

Relatório de Atividades | 2011





Missão do TRT/RJ

Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho.

Visão

Ser uma instituição pública reconhecida como modelo da justiça trabalhista.





JUSTIÇA
TRIBUNAL
FÓRUM MINAS

Valores

Acessibilidade

Compromisso e participação

Credibilidade

Eficácia e eficiência

Ética

Responsabilidade socioambiental

Transparência



A DO TRABALHO
REGIONAL DO TRABALHO
MINISTRO ARNALDO SÜSSEKIND

Política de qualidade

Desenvolver, continuamente, práticas de gestão que proporcionem a entrega da prestação jurisdicional, em tempo razoável, de forma eficaz e eficiente.

Sumário

Mensagem da presidência.....	11
Ações de 2011.....	12
Composição da Administração do TRT/RJ para o biênio 2011/2013	
Composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	
Composição do Órgão Especial, Seções Especializadas e Turmas	
Corregedoria.....	28
1. Atividade Correicional.....	28
2. Atividade Processual.....	
3. Elaboração e revisão de atos normativos	
3.1 Provimentos.....	
3.2 Recomendações.....	
4. Atividades vinculadas aos juízes	
4.1 Designação de juízes substitutos	
4.2 Informações sobre diárias e combustíveis	
4.3 Impedimentos e suspeições	
5. Outras atividades.....	
5.1 Processo de vitaliciamento	
5.2 Processos administrativos disciplinares	
5.3 Instrução de pedidos diversos relativos a processos administrativos de juízes	
5.4 Convênios e cadastro geral de peritos (CAGE)	
Anexos.....	
Secretaria do Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos	
1. Tribunal Pleno e Órgão Especial	
1.1 Sessões realizadas e processos julgados	
1.1.1 Sessões realizadas	
1.2 Resoluções administrativas aprovadas e publicadas no Diário Oficial do Rio de Janeiro	
1.3 Súmulas aprovadas e publicadas no Diário Oficial do Rio de Janeiro	
2. Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SEDIC	
2.1 Fase conciliatória.....	
2.2 Fase decisiva.....	
2.3 Fase recursal.....	
3. Seção Especializada em Dissídios Individuais - SEDI	
3.1 Movimento processual e atividade judicante em 2011	
Secretaria-Geral da Presidência – SPR	
Secretaria Judiciária de 2ª Instância – SJU-2	
1. Divisão de Serviços Processuais – DSEP	
2. Divisão de Distribuição de Feitos de 2ª Instância – DIFE-2	
3. Divisão de Gestão de Precatórios - DPRE	
3.1 Regime especial de liquidação de precatórios	
3.2 Precatórios.....	
3.3 Requisições de pequeno valor	
3.4 Proposta orçamentária	
3.5 Seção de precatórios – SEPREC	

3.6 Seção de Apoio à Conciliação – SEACI¹

3.7 Seção de Cálculos Judiciais – SCALJ²

Seção de Apoio Operacional e Cerimonial – SEAOC

1. Ações implementadas

Ouvidoria – OUV

1. Manifestações recebidas

2. Canais de atendimento

2.1 Quanto ao desdobramento de parte do gráfico anterior

2.2 Áreas de atuação

2.3 Categoria das manifestações

2.4 Ações continuadas e outras implementadas

Escola Judicial do TRT da 1ª Região – EJ1

1. Formação inicial e continuada

1.1 Clipping digital

1.2 Tempo do juiz: dinâmica entre trabalho, aperfeiçoamento e pesquisa (28 de janeiro)

1.3 A segurança do juiz: posturas e medidas preventivas aos fatores de risco à segurança pessoal e familiar (24 de fevereiro)

1.4 Oficina de tutoria (25 de fevereiro)

1.5 3º Curso de formação inicial de novos juizes do trabalho

1.6 Sistema JURISCALC (17 e 18 de março)

1.7 A coleta da prova oral (26 de maio)

1.8 Exigência de rápida solução dos litígios processuais do trabalho (30 de maio)

1.9 Poder e competência: dramas, tramas e traumas (3 de junho)

1.10 Procedimentos administrativos I (17 de junho)

1.11 Processo Eletrônico I (27 de junho)

1.12 Processo Eletrônico II (4 de julho)

1.13 Procedimentos Administrativos II (15 de julho)

1.14 Trabalho subordinado e autônomo, em cooperação e parceria. Uma breve exposição do sistema italiano. (15 de agosto)

1.15 Qualidade na Comunicação (19 e 26 de agosto)

1.16 Português Jurídico para magistrados – EAD (5 de setembro a 14 de outubro)

1.17 Decisões judiciais, precedentes e criação judicial do direito: possibilidades e limites (16 de setembro)

1.18 Media Training para Magistrados (21 de outubro)

1.19 Fundamentos constitucionais da Previdência Social (7 de novembro)

1.20 I Fórum Gestão Judiciária: a Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro (21 a 25 de novembro)

1.21 Atividades realizadas através de EAD

1.22 Ratificação do convênio com a AMATRA-1 e o TRT/RJ

1.23 Edição de Ato Normativo para remuneração de instrutores

Escola de Administração e Capacitação de Servidores – ESACS

1. Ações e resultados

2. Quantitativo de participação

3. Gestão Orçamentária - Capacitação de Recursos Humanos

4. Gestão de competências

5. Programa e estágio

6. Projetos da divisão de desenvolvimento profissional

7. Adicional de Qualificação

Assessoria Jurídica – AJU.

1. Pareceres na área de contratação/ convênios e demais ajustes
2. Pareceres na área de pessoal

Assessoria de Recurso de Revista – ARR

1. A utilização do sistema e-Recurso
2. A nova composição da ARR
3. O trabalho conjunto com a SJU-2
4. O comprometimento dos magistrados
5. Resultados numéricos no ano de 2011

Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADI

1. Adequação à Resolução Nº 63/2010 do CSJT
2. Sistema e-Gestão.
3. Instrução dos processos de acesso e promoção de juízes
4. Reunião de Análise Estratégica
5. Dados estatísticos do Plano Estratégico
6. Gestão das iniciativas estratégicas
7. Padrões Administrativos do TRT/RJ – PAD
8. Sistema de Gestão Simplificado (SIG)
9. Projeto de Mapeamento dos Processos de Serviços de mensageria – Processo TRT-DIN-03/11
10. Estudos técnicos
11. Pesquisa sobre atendimento das Varas do Trabalho
12. Cadastramento e certificação digital
13. Disponibilização da produtividade de magistrados e estatísticas no Portal

Secretaria de Controle Interno – SCI

1. Fiscalizações

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – AIC

1. Ações desenvolvidas em 2011
2. Resultados obtidos

Diretoria Geral – DG

1. Planejamento estratégico
2. Transferências e inaugurações
3. Inventário 1º grau – implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
4. Planejamento orçamentário anual
5. Participação em eventos e viagens
6. Atuação do Grupo de Apoio Correicional – GRACO
7. Comissões
8. Processos autuados em 2011

Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiros – CPL

Coordenadoria de Segurança – COSEG

1. Projetos em desenvolvimento

Secretaria Judiciária de 1ª Instância – SJU-1

1. Divisão de Controle e Distribuição de Mandados e Divisão de Execução
2. Divisão de Controle e Distribuição de Mandados – Município do Rio de Janeiro
- 2.1 Mandados Oriundos de 2ª Instância
3. Divisão de Execução.
 - 3.1 Seção de Arrecadação
4. Divisão de Feitos de 1ª Instância
 - 4.1 Seção de Distribuição de Feitos de 1ª Instância – SEDIS
 - 4.2 Seção de protocolo e controle de feitos – SECOE

- 4.3 Seção de protocolo de 1ª Instância – SEPRO 1
- 4.4 Seção de protocolo integrado – SEPRI
- 5. Divisão de Coordenação das Seções do Interior – DCOI

Secretaria de Gestão do Conhecimento – SGC

- 1. Gestão documental
- 2. Gestão de acervo bibliográfico

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Secretaria de Logística – SLG

- 1. Divisão de Contratação – DICO
- 2. Divisão de Material e Patrimônio – DMAP
- 3. Divisão de Infraestrutura – DINF

Secretaria de Manutenção e Obras – SMO

- 1. Divisão de Obras – DIOB
 - 1.1 Seção de Projetos – SPROJ
 - 1.1.1 Projetos básicos/termos de referência/orçamentos para devolução de imóveis
 - 1.1.2 Desenvolvimento de projetos
 - 1.1.3 Projetos (acompanhamento e fiscalização)
 - 1.2 Seção de Planejamento e Orçamento de Obras – SEPLA
 - 1.2.1 Elaboração de documentação técnica para licitação
 - 1.3 Seção de Fiscalização e Acompanhamento de Obras – SEFIS
 - 1.3.1 Obras finalizadas e garantia de serviços Concluídos
 - 1.3.2 Obras e serviços em andamento
 - 2. Divisão de Manutenção – DMAN
 - 2.1 Seção de Manutenção Predial – SEMAP
 - 2.1.1 Principais atividades desenvolvidas pela SEMAP durante o período
 - 2.2 Seção de Manutenção de equipamentos – SEMAE
 - 2.2.1 Principais atividades desenvolvidas pela SEMAE durante o período
 - 2.3 Seção de Manutenção do Interior – SEMAI
 - 2.3.1 Principais atividades desenvolvidas durante o período
- Resumo dos principais serviços executados pela SMO em 2011

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF

Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

- 1. Divisão de Recrutamento e Avaliação – DRAV
- 2. Divisão de Preparo de pagamento de Pessoal – DPPE
- 3. Divisão de Saúde – DSAD
- 4. Divisão de Administração de Pessoal – DIAP
- 5. Central de atendimento ao magistrado e servidor – CEMASE

Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental – CPRSA

Informações úteis



Mensagem da Presidência

A Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, durante o ano de 2011, foi marcada pela busca da gestão participativa. Neste sentido, foram envidados esforços para, em conjunto, Presidência e Vice-Presidência, atender às demandas internas e externas, não só procurando o alinhamento dos compromissos assumidos com as estratégias implementadas, mas também considerando os reclamos e a oitiva salutar de um sistema aberto de gestão, entendendo que a multiplicidade de opinião corrobora para o aperfeiçoamento e o atingimento das metas estabelecidas.

Consciente deste processo, mais uma vez ratificamos a tangência desta Administração com o Plenário do Tribunal, vislumbrando-se na multiplicidade de conselheiros da Corte o melhor caminho a seguir, trazendo a segurança necessária à adoção das medidas demandadas. Não poderíamos, assim, deixar de citar o comprometimento e o suporte recebido pelos integrantes do Conselho de Apoio à Administração e do Conselho de Gestão Estratégica, além de diversas outras Comissões e Comitês que omitimos tão somente para não cometer maiores injustiças com tantos colaboradores desta Administração.

Desta forma, a Administração, durante o ano de 2011, buscando sempre a transparência aliada ao paradigma do bem servir, divulgou seus atos e suas realizações para o controle e acompanhamento interno e externo, sem deixar de atender às demandas e determinações dos órgãos superiores.

Assim, fundados nesta estrutura pode a Administração, com confiança, buscar a inovação sem olvidar dos projetos já iniciados ou de rotina. Logo, entre outras realizações já relatadas durante a gestão, podemos citar a instituição, pela Resolução Administrativa Nº 33/2011, da Semana do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com a realização do I Fórum Gestão Judiciária: A Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro; a realização do I Congresso Internacional sobre Legislação Desportivo-Trabalhista; os projetos de cidadania, como a cooperação entre o Executivo e o Judiciário na Cidade de Deus e nos Complexos do Alemão e da Penha; a luta contra os acidentes de trabalho, integrando o Grupo Interinstitucional para uma Agenda de Trabalho Decente – GETRIN; o empenho na aprovação de projeto de lei para criação de novas Varas do Trabalho; o esforço maior para a implantação neste Tribunal do projeto nacional da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); além da conclusão de diversas obras referentes às novas instalações para unidades e Fóruns deste Regional, entre outros projetos e eventos abaixo relacionados.

Acreditamos assim que não perdemos a visão de ser uma instituição pública reconhecida como modelo da Justiça Trabalhista, e aproveitamos o ensejo para exaltar o esforço de servidores e magistrados no compartilhamento desta visão, que durante o ano de 2011 não mediram esforços para o alcance de metas, trabalhando a tempo e fora de tempo, e é com a certeza deste contínuo apoio que iniciamos o ano de 2012, sempre com o fim último de devolver à sociedade e aos jurisdicionados o serviço público de qualidade que estes nos confiam constitucionalmente.

Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry
Presidente TRT da 1ª Região

Desembargador Carlos Alberto A. Drummond
Vice-presidente TRT da 1ª Região

Ações de 2011

Atenção especial ao primeiro grau, por intermédio da atuação conjunta da Corregedoria e da Presidência

- Edição de Ato Conjunto com a Procuradoria Regional Federal da 2ª Região, disciplinando as intimações a este órgão, para ciência de acordo com parcelas de natureza indenizatória, otimizando os serviços nas Varas do Trabalho;
- Implantação do JURISCALC, com o auxílio do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região; importante ferramenta a facilitar a elaboração de cálculos dos processos em execução;
- Ampliação do Grupo de Apoio Correicional às Varas do Trabalho – GRACO;
- Finalização dos estudos relativos à remoção e permuta de magistrados, com a publicação da Resolução Administrativa Nº 32/2011.

Cumprimento e aperfeiçoamento do plano estratégico 2010-2014 e democratização do Conselho de Gestão Estratégica

- Organização e realização do monitoramento periódico dos Projetos Estratégicos, adequando-os às prioridades institucionais, por meio da realização de quatro Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) e seis reuniões do Conselho de Gestão Estratégica (CGE), em 2011;
- Formulação de nova metodologia para gestão dos Projetos Estratégicos;
- Comparação dos Planos Estratégicos do TRT/RJ, do CSJT e do CNJ, com o objetivo de promover o alinhamento das ações;
- Auxílio à gestora das Metas Regionais do CNJ no monitoramento e no cumprimento dos objetivos estratégicos previstos para toda a Justiça do Trabalho em 2011;

- Relatório das principais atividades estratégicas realizadas em 2010, encaminhado ao CSJT para inserção na Consolidação Estatística e Execução Estratégica da Justiça do Trabalho;
- Inclusão da Corregedoria no Conselho de Gestão Estratégica e modernização deste por meio do Ato Nº 42/2011.

Atuação incessante visando à aquisição de sede própria para as Varas do Trabalho do Rio de Janeiro e instalações condignas para as Varas do Trabalho fora da Capital e outras unidades

- Conclusão das obras referentes às instalações das Varas do Trabalho nos municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí e Cabo Frio;
- Novas instalações para as Varas do Trabalho dos municípios de Nilópolis e Barra Mansa;
- Novas instalações para o Arquivo Judicial, situado na Rua Mourão do Vale, nesta Capital;
- Conclusão das obras referentes às instalações do Anexo do Sepro-I, localizado no edifício Marquês do Lavradio;
- Proposta elaborada pela Secretaria de Manutenção e Obras (SMO) para o Plano de Priorização de Obras do TRT/RJ, em análise pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADI), para ajustes matemáticos na metodologia adotada;
- Iniciados os procedimentos necessários à contratação da edificação da sede do Fórum Trabalhista no município de Campos dos Goytacazes e no município de Resende;
- Liberação de recursos pelo Tribunal Superior do Trabalho para execução das obras para modernização das Varas do Trabalho dos municípios de Teresópolis, Magé e Niterói.

Busca ao atendimento da resolução N° 63 do CSJT

- Estudo para a formulação de anteprojeto de lei para adequação do quantitativo de cargos de Oficiais de Justiça do TRT/RJ às diretrizes da Resolução N° 63/2010 do CSJT;
- Reunificação das Diretorias-Gerais, por intermédio da Resolução N° 27/2011 deste Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento à Resolução N° 63/2010 do CSJT.

Cumprimento dos prazos para os processos de promoção e acesso; abertura imediata e sucessiva de concurso público para ingresso na magistratura, bem como para ingresso de novos servidores

- Abertura de três processos de acesso ao 2º grau de jurisdição, sendo um de acesso por antiguidade e dois de acesso por merecimento, em virtude de aposentadoria dos desembargadores Aloysio Santos, Aurora de Oliveira Coentro e Paulo Roberto Capanema da Fonseca;
- Encaminhamento de três listas tríplices ao CSJT, para preenchimento de vagas decorrentes do quinto constitucional;
- Homologação do concurso para o preenchimento de 39 vagas do cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa (especialidades diversas), envidando-se esforços para que houvesse autorização de posse imediata dos servidores, em função de dificuldades orçamentárias, com posses ocorridas em 2011;
- Realização do concurso para ingresso na magistratura, atualmente em curso;
- Conclusão do concurso para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança, com posses ocorridas em 2011.

Efetivo apoio à Escola de Administração e Capacitação de Servidores do TRT da 1ª Região – ESACS e à Escola Judicial

- Restabelecimento do convênio celebrado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a Escola Judicial e a Associação de Magistrados Trabalhistas, para aprimoramento institucional;
- Edição do Ato N° 61/2011, regulamentando a contratação e o pagamento de profissionais de ensino envolvidos nos processos de seleção, formação e aperfeiçoamento de magistrados do Trabalho e em outras atividades desenvolvidas pela Escola Judicial do TRT da 1ª Região;
- Pleno apoio à ESACS para realização de cursos e treinamentos, em especial o ensino à distância para atendimento de servidores lotados fora da Capital, como o curso “Português Jurídico – à distância”.

Apoio e incentivo à Comissão Socioambiental e ao Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

- Instituição do Clube da Corrida e Caminhada do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por meio do Ato N° 55/2011;
- Pleno apoio e incentivo aos eventos do Centro Cultural, com especial relevo às comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho, e aos projetos da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental (CPRSA).

Relacionamento contínuo com as entidades de classe, visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional

- Manutenção de relacionamento direto com as entidades de classe, apoiando as demandas requeridas como, por exemplo, a suspensão dos prazos no dia 20 de junho, em homenagem ao Dia do Advogado Trabalhista, requerida pela ACAT – Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas;
- Esclarecimentos sobre o sistema “Balcão Eletrônico” para grupo de advogados, representantes da categoria.

Empenho na agilização do andamento dos processos de criação de Varas do Trabalho e cargos

- Relação contínua com os Conselhos para o efetivo acompanhamento dos anteprojetos de lei que tramitam no CSJT e no CNJ, com a presença de representantes da Administração nas pautas de interesse do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, nesses órgãos superiores;
- Aprovação no CNJ do anteprojeto de lei para criação de 12 Varas do Trabalho, 12 cargos de Juiz Titular, cinco cargos de Juiz Substituto, 140 cargos de Analista Judiciário e 69 cargos de Técnico Judiciário.

Empenho na ampliação da STI

- Formulação de anteprojeto de lei para adequação do quantitativo de cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – especialidade Tecnologia da Informação, visando ao aumento do quadro de especialistas na STI, conforme Resolução N° 63 do CSJT;
- Conclusão do concurso para o cargo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, com 30 vagas

para Tecnologia da Informação, com posses ocorridas em 2011;

- Nova contratação visando à digitalização de processos de agravo de instrumento em recurso de revista e conseqüentemente o envio dos arquivos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para atendimento do passivo de processos e a necessidade do aumento do número de páginas a serem digitalizadas;
- Início da remessa dos dados de autuação de processo ao TST, por meio do envio de arquivo XML.

Eficiência na Execução Orçamentária

- Acompanhamento da eficiência na execução orçamentária de ações estratégicas, garantindo o profícuo atendimento das necessidades do Tribunal e transparência na realização de despesas, com o permanente monitoramento do processo de compras pela Administração, por intermédio de reuniões semanais;
- Fornecimento e monitoramento de dados da produção judiciária, de forma a atender à demanda de atualização de estimativas orçamentárias;
- Tratativas contínuas com os colegiados superiores buscando a otimização do orçamento, seja em planejamento, aquisições ou atendimentos suplementares;
- Regulamentação da concessão de diárias e ajuda de custo, por intermédio da Resolução N° 28/2011, conferindo melhor controle orçamentário.

Imediata submissão ao Pleno de regras claras no tocante à distribuição dos feitos no segundo grau

- Início de estudos dos critérios de distribuição de processos em 2ª Instância, com encaminhamento de dados estatísticos aos desembargadores, para análise de propostas;

- Disponibilização de dados estatísticos referentes à distribuição diária de feitos de segundo grau, na intranet.

Adoção de medidas visando à modernização da estrutura organizacional

- Criação do Comitê de Apoio à Administração (CAD), por intermédio do Ato N° 41/2011, passando a Administração a contar com a contribuição da experiência e conhecimento de seus membros na condução da gestão do Tribunal;
- Reestruturação da Administração por intermédio da unificação das Diretorias-Gerais, por meio da Resolução N° 27/2011, em atendimento à Resolução N° 63 do CSJT;
- Aprovação, pelo Ato N° 50/2011, do Grupo de Apoio à Comissão Permanente de Desfazimento de Bens;
- Formulação de anteprojeto de lei para adequação do quantitativo de cargos às exigências da Resolução N° 63 do CSJT.

Revisão da estrutura organizacional da Corregedoria Regional, dando-lhe meios para o cumprimento das suas atuais diretrizes

- Revisão da estrutura organizacional da Corregedoria Regional, valorizando-a com a alteração do cargo de Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional – CJ-3 para CJ-4;
- Disponibilização de três (03) funções comissionadas, adidas à Presidência, nível FC-5, para a Corregedoria Regional.

Composição da Administração do TRT/RJ para o biênio 2011/2013

Presidente

Desembargadora Maria de Lourdes D'Arrochella Lima Sallaberry

Vice-Presidente

Desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond

Corregedor

Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva

Vice-Corregedor

Desembargadora Ana Maria Soares de Moraes

Diretor da Escola Judicial

Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha

Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais

Desembargador Theocrito Borges dos Santos Filho

Comissão de Regimento Interno

Desembargadora Elma Pereira de Melo Carvalho

Desembargador Luiz Alfredo Mafra Lino

Desembargador Marcos Palacio

Desembargador Rildo Albuquerque Mousinho de Brito

Suplentes

Desembargador Valmir de Araújo Carvalho

Desembargadora Maria Aparecida Coutinho Magalhães

Conselho da Ordem do Mérito Judiciário

Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos

Desembargadora Ana Maria Soares de Moraes

Desembargador Alexandre de Souza Agra Belmonte

Suplente

Desembargador Valmir de Araújo Carvalho

Comissão de Jurisprudência

Desembargador José da Fonseca Martins Junior
Desembargador Jorge Fernando Gonçalves da Fonte
Desembargador Alexandre de Souza Agra Belmonte
Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira

Suplentes

Desembargador Theocrito Borges dos Santos Filho
Desembargador José Antonio Teixeira da Silva

Comissão de Vitaliciamento

Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva
Desembargadora Ana Maria Soares de Moraes
Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Desembargador José Nascimento Araujo Netto
Juíza Titular Mônica Batista Vieira Puglia
Juíza Substituta Fernanda Stipp

Centro Cultural do TRT da 1ª Região

Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos

Ouvidoria

Desembargador Damir Vrcibradic

Suplente

Desembargador Luiz Augusto Pimenta de Mello

Diretor-Geral

José Márcio da Silva Almeida

Secretário-Geral da Presidência

Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva

Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional

Roberto Fernando Nóbrega

Composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Desembargadores do TRT da 1ª Região *por antiguidade*

Luiz Augusto Pimenta de Mello
Nelson Tomaz Braga
Mirian Lippi Pacheco
Alberto Fortes Gil
Maria de Lourdes D'Arrochella Lima Sallaberry
Carlos Alberto Araujo Drummond
Gloria Regina Ferreira Mello
Elma Pereira de Melo Carvalho
José Carlos Novis César
Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
José da Fonseca Martins Junior
Tania da Silva Garcia
Ana Maria Soares de Moraes
Fernando Antonio Zorzenon da Silva
José Nascimento Araujo Netto
Edith Maria Corrêa Tourinho
Antonio Carlos Areal
Luiz Alfredo Mafra Lino
Damir Vrcibradic
Rosana Salim Villela Travesedo
José Antonio Teixeira da Silva
Mery Bucker Caminha

Cesar Marques Carvalho
José Luiz da Gama Lima Valentino
Antonio Carlos de Azevedo Rodrigues
José Geraldo da Fonseca
Flávio Ernesto Rodrigues Silva
Jorge Fernando Gonçalves da Fonte
Gustavo Tadeu Alkmim
Evandro Pereira Valadão Lopes
Theocrito Borges dos Santos Filho
Alexandre Agra Belmonte
Valmir de Araújo Carvalho
José Ricardo Damião de Araujo Areosa
Angela Fiorencio Soares da Cunha
Marcos Antonio Palacio
Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Marcos de Oliveira Cavalcante
Maria Aparecida Coutinho Magalhães
Celio Juaçaba Cavalcante
Roque Lucarelli Dattoli
Marcelo Augusto Souto de Oliveira
Rildo Albuquerque Mousinho de Brito
Mário Sérgio Medeiros Pinheiro

Composição do Órgão Especial, Seções Especializadas e Turmas

Órgão Especial

Desembargadores por antiguidade

Desembargador Luiz Augusto Pimenta de Mello
Desembargador Nelson Tomaz Braga
Desembargadora Mirian Lippi Pacheco
Desembargador Alberto Fortes Gil
Desembargadora Maria de Lourdes D'Arrochella Lima Sallaberry (presidente)
Desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond
Desembargadora Gloria Regina Ferreira Mello
Desembargadora Elma Pereira de Melo Carvalho

Desembargadores por eleição:

Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
Desembargadora Ana Maria Soares de Moraes
Desembargador Damir Vrcibradic
Desembargadora Rosana Salim Villela Travesedo
Desembargador José Antonio Teixeira da Silva
Desembargador Jorge Fernando Gonçalves da Fonte
Desembargador Gustavo Tadeu Alkmim
Desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes

Seção Especializada em Dissídios Coletivos

Maria de Lourdes D'Arrochella Sallaberry (presidente)
Carlos Alberto Araujo Drummond
José Nascimento Araujo Netto
Edith Maria Corrêa Tourinho
Mery Bucker Caminha
Flávio Ernesto Rodrigues Silva
José Ricardo Damiano Areosa
Angela Fiorencio Soares da Cunha
Celio Juaçaba Cavalcante

Juízes (convocados)

Giselle Bondim Lopes Ribeiro
Leonardo Dias Borges
Álvaro Luiz Carvalho Moreira

Seção Especializada em Dissídios Individuais

SEDI I

Desembargador Theocrito Borges dos Santos Filho (presidente)
Desembargador José da Fonseca Martins Junior
Desembargador Luiz Alfredo Mafra Lino
Desembargador Antonio Carlos de Azevedo Rodrigues
Desembargador José Geraldo da Fonseca
Desembargador Alexandre de Souza Agra Belmonte
Desembargador Valmir de Araújo Carvalho
Desembargador Marcos Antonio Palacio
Desembargadora Maria Aparecida Coutinho Magalhães
Desembargador Roque Lucarelli Dattoli
Desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira
Juíza Márcia Leite Nery (convocada)

SEDI II

Desembargador Theocrito Borges dos Santos Filho (presidente)
 Desembargadora Tania da Silva Garcia
 Desembargador Antonio Carlos Areal
 Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
 Desembargador Marcos de Oliveira Cavalcante
 Desembargador Rildo Albuquerque Mousinho de Brito
 Desembargador Mário Sérgio Medeiros Pinheiro
 Juiz Rogério Lucas Martins (convocado)
 Juíza Claudia de Souza Gomes Freire (convocada)
 Juiz Bruno Losada Albuquerque Lopes (convocado)
 Juíza Dalva Amelia de Oliveira (convocada)
 Juiz Marcelo Antero de Carvalho (convocado)
 Juiz Paulo Marcelo de Miranda Serrano (convocado)
 Juiz Ivan da Costa Alemão Ferreira (convocado)
 Juíza Vólia Bomfim Cassar (convocada)
 Juíza Patrícia Pellegrini Baptista da Silva (convocada)

Turmas**1ª TURMA**

Desembargadora Elma Pereira de Melo Carvalho (presidente)
 Desembargadora Mery Bucker Caminha
 Desembargador José Nascimento de A. Netto
 Desembargador Gustavo Alkmim
 Desembargador Mário Sérgio Medeiros Pinheiro
 Juiz Paulo Marcelo de Miranda Serrano (convocado)

2ª TURMA

Desembargador José Geraldo da Fonseca (presidente)
 Desembargador Valmir de Araújo Carvalho
 Desembargadora Maria Aparecida Coutinho Magalhães
 Juíza Marcia Leite Nery (convocada)
 Juíza Vólia Bomfim Cassar (convocada)

3ª TURMA

Desembargadora Glória Regina Ferreira Mello (presidente)

Desembargador Jorge Fernando Gonçalves da Fonte

Desembargador Marcos Antonio Palacio

Desembargador Rildo Albuquerque Mousinho de Brito

Juíza Dalva Amélia de Oliveira (convocada)

Juíza Giselle Bondim Lopes Ribeiro (convocada)

4ª TURMA

Desembargador Luiz Augusto Pimenta de Mello (presidente)

Desembargador Luiz Alfredo Mafra Lino

Desembargador Damir Vrcibradic

Desembargador Cesar Marques Carvalho (afastado para assessorar a Presidência)

Desembargadora Angela Fiorencio Soares da Cunha

Juiz Alvaro Luiz Carvalho Moreira (convocado)

5ª TURMA

Desembargadora Mirian Lippi Pacheco (presidente)

Desembargador Antonio Carlos Areal

Desembargadora Tania da Silva Garcia

Juiz Bruno Losada Albuquerque Lopes (convocado)

Juiz Ivan da Costa Alemão Ferreira (convocado)

6ª TURMA

Desembargador Nelson Tomaz Braga (presidente)

Desembargador José Antonio Teixeira da Silva

Desembargador Theocrito Borges dos Santos Filho

Desembargador Alexandre de Souza Agra Belmonte

Juiz Marcelo Antero de Carvalho (convocado)

7ª TURMA

Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos (presidente)
Desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes
Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Juiz Paulo Marcelo de Miranda Serrano (convocado)
Juíza Patrícia Pellegrini Baptista da Silva (convocada)

8ª TURMA

Desembargador Alberto Fortes Gil (presidente)
Desembargadora Edith Maria Corrêa Tourinho
Desembargador Roque Lucarelli Dattoli
Desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira
Desembargador José Carlos Novis César
Juiz Leonardo Dias Borges (convocado)

9ª TURMA

Desembargador José da Fonseca Martins Junior (presidente)
Desembargador Antonio Carlos de Azevedo Rodrigues
Desembargador José Luiz da Gama Valentino
Juiz Rogerio Lucas Martins (convocado)
Juíza Claudia de Souza Gomes Freire (convocada)
Juíza Giselle Bondim Lopes Ribeiro (convocada)

10ª TURMA

Desembargadora Rosana Salim Villela Travesedo (presidente)
Desembargador Flávio Ernesto Rodrigues Silva
Desembargador José Ricardo Damião Areosa
Desembargador Marcos Cavalcante
Desembargador Célio Juaçaba Cavalcante

Juízes Titulares de Varas do Trabalho

por antiguidade

Núria de Andrade Peris
 Rogério Lucas Martins
 Roberto Norris
 Claudia de Souza Gomes Freire
 Marcia Leite Nery
 Bruno Losada Albuquerque Lopes
 Dalva Amélia de Oliveira
 Marcelo Antero de Carvalho
 Paulo Marcelo de Miranda Serrano
 Ivan da Costa Alemão Ferreira
 Angelo Galvão Zamorano
 Leydir Kling Lago Alves da Cruz
 Giselle Bondim Lopes Ribeiro
 Volia Bomfim Cassar
 Leonardo Dias Borges
 Alvaro Luiz Carvalho Moreira
 Glaucia Zuccari Fernandes Braga
 Francisco de Assis Macedo Barreto
 Patrícia Pellegrini Baptista da Silva
 Cláudia Regina Vianna Marques Barrozo
 Mônica Batista Vieira Puglia
 Maria Helena Motta
 Ronaldo Becker Lopes de Souza Pinto
 José Roberto Crisafulli
 Eduardo Henrique R. von Adamovich
 Jorge Orlando Sereno Ramos
 Carlos Henrique Chernicharo
 Daniela Collomb Michetti
 Raquel de Oliveira Maciel
 Alba Valéria Guedes Fernandes da Silva
 Lúcia Maria Motta de Oliveira Barros
 Leonardo da Silveira Pacheco
 Antonio Paes Araujo
 Maurício Caetano Lourenço
 Marise Costa Rodrigues
 José Veillard Reis

Cláudia Maria Samy Pereira da Silva
 Sérgio Rodrigues Heckler
 Marta Verônica Borges Vieira
 Alvaro Antonio Borges Faria
 Benimar Ramos de Medeiros Marins
 José Antonio Piton
 Evelyn Correa de Guama Guimarães
 Cláudio José Montesso
 Moisés Luis Gerstel
 Heloisa Juncken Rodrigues
 Marcia Regina Leal Campos
 Leila Costa de Vasconcelos
 Rosane Ribeiro Catrib
 Dalva Macedo
 Jacqueline Lippi Rodrigues Moura
 José Monteiro Lopes
 José Mateus Alexandre Romano
 Hugo Schiavo
 Marcel da Costa Roman Bispo
 José Horta de Souza Miranda
 Roberto da Silva Fragale Filho
 Linda Brandão Dias
 José Saba Filho
 Marcia Cristina Teixeira Cardoso
 Cláudia Maia Teixeira
 Rosangela Kraus de Oliveira
 Mauricio Paes Barreto Pizarro Drummond
 Andre Gustavo Bittencourt Villela
 Henrique da Conceição Freitas Santos
 Marcelo Segal
 Silvia Regina da Silva Barros da Cunha
 Nélie Oliveira Perbeils
 Luiz Nelcy Pires de Souza
 Monica Rocha de Castro
 Denise Ferreira de Souza Barros Pacheco
 Nathalia Thami Chalub Prezotti

Katia Emilio Louzada
Mauren Xavier Seeling
Paulo Guilherme Santos Périssé
Maria Letícia Gonçalves
Marcelo José Duarte Raffaele
Cissa de Almeida Biasoli
Gabriela Canellas Cavalcanti
Anna Elisabeth Junqueira Ayres Manso Cabral Jansen
Gisela Ávila Lutz
Oswaldo Henrique Pereira Mesquita
Alexandre Armando Couce de Menezes
Gisele Rosich Soares Velloso
Cristina Solange Rocha Xavier
Érico Santos da Gama e Souza
Gustavo Eugênio de Carvalho Maya
Claudio Olímpio Lemos de Carvalho
Múcio Nascimento Borges
Paulo de Tarso Machado Brandão
Américo César Brasil Corrêa
Maria Thereza da Costa Prata
Cléa Maria Carvalho do Couto
Miriam Valle Bittencourt da Silva
Hélio Ricardo Silva Monjardim da Fonseca
Luciana Gonçalves de Oliveira Pereira das Neves
Eliane Zahar
Enéas Mendes da Silva
Raquel Rodrigues Braga
Ana Rita Lugon Ramacciotti
Anélita Assed Pedroso
Áurea Regina de Souza Sampaio
Maria Alice de Andrade Novaes
Mirna Rosana Ray Macedo Corrêa
Claudio Aurélio Azevedo Freitas
Juliana Ribeiro Castello Branco
Sonia Maria Martinez Tomaz Braga
Otavio Amaral Calvet

Maria Bernadete Miranda Barbosa da Silva
Renata Jiquiriçá
Marcelo Antonio de Oliveira Alves de Moura
Ana Celina Laks Weissbluth
Flávia Alves Mendonça Aranha
Renato Abreu Paiva
Simone Poubel Lima
Fernando Reis de Abreu
Ricardo Georges Affonso Miguel
Roseana Mendes Marques
Patricia da Silva Lima
José Augusto Cavalcante dos Santos
Patrícia Vianna de Medeiros Ribeiro
Eduardo Henrique Elgarten Rocha
Maurício Madeu
Monica de Almeida Rodrigues
Derly Mauro Cavalcante da Silva
Claudia Regina Reina Pinheiro
Danielle Soares Abeijon
Claudia de Abreu Lima Pisco
Marcos Dias de Castro

Juízes do Trabalho Substitutos

Anita Natal
Nelise Maria Behnken
Andre Correa Figueira
George Luis Leitão Nunes
Fabio Rodrigues Gomes
Elisio Correa de Moraes Neto
Carlos Eduardo Diniz Maudonet
Adriana Maria dos Remedios Branco de Moraes C Tarazona
Gilberto Garcia da Silva
Daniela Valle da Rocha Muller
Fernanda Stipp
Cristina Almeida de Oliveira
Rosemary Mazini
Airton da Silva Vargas
Rodrigo Dias Pereira
Marcelo Alexandrino da Costa Santos
Glener Pimenta Stroppa
Ana Cristina Magalhães Fontes
Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes
Teresa Aparecida Farinchon Carelli
Ana Paula Moura Bonfante de Almeida
Alessandra Jappone Rocha Magalhães
Marco Antonio Belchior da Silveira
Edson Dias de Souza
Flavio Alves Pereira
Francisco Antonio de Abreu Magalhães
Aline Maria de Azevedo Leporaci
Adriana Malheiro Rocha de Lima
Epilogo Pinto de Medeiros Baptista
Monique da Silva Caldeira Kozlowski de Paula
Kiria Simões Garcia
Marcelo Ribeiro Silva
Wanessa Donyella Mateucci de Paiva Carelli
Valeska Facure Neves de Salles Soares
Leticia Costa Abdalla
Luciana dos Anjos Reis Ribeiro
Regina Celia Silva Areal
Claudia Marcia de Carvalho Soares

Ronaldo da Silva Callado
Bruno de Paula Vieira Manzini
Evandro Lorega Guimarães
Sofia Fontes Regueira
Robert de Assunção Aguiar
Antonio Carlos Amigo da Cunha
Rita de Cássia Ligiero Armond
Celio Baptista Bittencourt
André Luiz Amorim Franco
Valéria Couriel Gomes Valladares
Andre Luiz da Costa Carvalho
Monica de Amorim Torres Brandão
Roberto Alonso Barros Rodrigues Gago
Claudia Siqueira da Silva Lopes
Raquel Pereira de Farias Moreira
Paulo Rogerio dos Santos
Gustavo Farah Correa
Roberta Ferme Sivoiella
Astrid Silva Britto
Kassandra Nataly de A Carvalho e Lima
Aline Tinoco Boechat
Robson Gomes Ramos
Adriana Maia de Lima
Adriana Freitas de Aguiar
Stella Fiuza Cançado
Fernando Resende Guimarães
Ana Beatriz de Melo Santos
Renata Orvita Leconte de Souza
Elisabeth Manhães Nascimento Borges
Juliana Pinheiro de Toledo Piza
Neila Costa de Mendonça
Marco Antonio Mattos Lemos
Filipe Ribeiro Alves Passos
Debora Blaichman
Paula Cristina Netto Gonçalves Guerra Gama
Roberta Lima Carvalho
Leonardo Saggese Fonseca
Leandro Nascimento Soares

Glauca Alves Gomes
Helen Marques Peixoto
Rossana Tinoco Novaes
Maria Gabriela Nuti
Roberta Torres da Rocha Guimarães
Denise Mendonça Vieites
Josneide Jeanne Carvalho Nascimento
Raquel Fernandes Martins
André Braga Barreto
Jerônimo Borges Pundek
Glaucio Guagliariello
Diane Rocha Trocoli Ahlert
Marly Costa da Silveira
Anelise Haase de Miranda
Marcela de Miranda Jordão
Michael Pinheiro McCloghrie
Luciana Muniz Vanoni
Elisangela Figueiredo da Silva
Maria Candida Rosmaninho Soares
Raphael Viga Castro
Daniel Chein Guimaraes
Janice Bastos
Admar Lino da Silva
Angelina Moreira de Sousa Costa
Eduardo Almeida Jeronimo
Sergio Silveira Mourão
Filipe Bernardo da Silva
Nilton Beltrão de Albuquerque Junior
Patricia Lampert Gomes
Delano de Barros Guaicurus
Elisa Torres Sanvicente
William Martins
Fabiano de Lima Caetano
Ana Paula Almeida Ferreira
Adriana Leandro de Sousa Freitas
Luís Guilherme Bueno Bonin
Camila Leal Lima

Corregedoria

1. Atividade Correicional

O trabalho desempenhado pelas Seções de Correição e de Inspeção desta Corregedoria no ano de 2011, até o mês de outubro, foi efetuado conforme relatado a seguir.

Atuaram na Corregedoria Regional o Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva – Corregedor Regional, a Desembargadora Ana Maria Soares de Moraes – Vice-Corregedora Regional, a Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry – atuando como Corregedora Regional até março de 2011, a Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos – atuando como Vice-Corregedora Regional até março de 2011, a Desembargadora Gloria Regina Ferreira Mello – atuando como Vice-Corregedora regimental, e os Desembargadores Carlos Alberto Araujo Drummond e José da Fonseca Martins Junior – atuando como Corregedor regimental e Vice-Corregedor regimental, respectivamente.

O trabalho desenvolvido no ano de 2011 buscou cumprir o cronograma definido para o ano e as metas estabelecidas. As metas traçadas foram cumpridas em dois momentos distintos: a primeira etapa das correições foi realizada de janeiro a março e a segunda etapa das correições, que ainda está sendo realizada, de abril a dezembro.

Na primeira etapa foi encerrado o cronograma estabelecido na gestão anterior e, na segunda etapa, o cronograma foi fixado pela nova gestão, para ser cumprido de abril de 2011 a março de 2012, quando serão realizadas correições em todas as Varas do Trabalho e demais órgãos judiciários da 1ª Região.

Da análise da execução dos trabalhos, atenta-se para o cumprimento fiel do planejamento realizado, com pequenas exceções, em casos que não dependiam da vontade desta Corregedoria, fazendo-se necessárias algumas alterações estratégicas.

Assim, expõe-se o seguinte:

- Durante o ano, foram realizadas seis inspeções em Varas do Trabalho e no Posto Avançado de Maricá, sendo um pelo Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, uma pela Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos e quatro por servidores desta Corregedoria, por determinação do Desembargador Corregedor, conforme datas e locais dispostos no Anexo I.
- No corrente ano, com o início dos trabalhos em 10 de janeiro, foram realizadas, até o mês de outubro, 115 correições, sendo 102 em Varas do Trabalho, das quais 60 na Capital, uma no Posto Avançado de Valença, 11 em Seções e uma na Secretaria Judiciária de 1ª instância.
- O Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva realizou 63 correições, sendo 51 em Varas do Trabalho, uma em Posto Avançado e 11 em Sessões; a Desembargadora Ana Maria Soares de Moraes realizou 22 correições, sendo 21 em Varas do Trabalho e uma na Secretaria Judiciária de 1ª Instância; a Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry realizou quatro correições, todas em Varas do Trabalho; a Desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos realizou 22 correições, todas em Varas do Trabalho; o Desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond realizou duas correições, ambas em Varas do Trabalho; o Desembargador José da Fonseca Martins realizou duas correições, ambas em Varas do Trabalho. A tabela com todas as correições realizadas até o mês de outubro encontra-se no Anexo II.

2. Atividade Processual

Até o dia 31 de outubro de 2011, foram protocolizados, na Divisão de Apoio Administrativo da Corregedoria (DADM), entre ofícios, malotes digitais, e-mails, petições, memorandos, *fac-símiles*, dentre outros documentos, 5.227 expedientes.

Até outubro de 2011, foram julgados 407 processos, sendo 155 Reclamações Correicionais e 252 Pedidos de Providências, conforme tabelas dispostas no Anexo III.

3. Elaboração e revisão de atos normativos

3.1 Provimentos

Até 31 de outubro, a Corregedoria editou 13 Provimentos, conforme Anexo IV.

3.2 Recomendações

Até 31 de outubro, foi editada uma Recomendação, sendo esta a de Nº 01/2011, que versa sobre a forma de expedição das notificações processuais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

4. Atividades vinculadas aos juízes

Este Regional dispõe de 129 juízes Titulares e 113 juízes Substitutos, totalizando 242 juízes no 1º Grau.

4.1 Designação de juízes substitutos

A designação de juiz Substituto para atuar em Vara do Trabalho provisoriamente vaga é feita segundo a solicitação dos juízes Substitutos, observada a ordem de antiguidade e, na hipótese de ausência de requerimento, a critério do Corregedor.

Já a escala dos juízes Substitutos designados para cobrir os afastamentos dos titulares é feita conforme as indicações dos juízes Titulares, prevalecendo a opção do juiz Substituto ou a indicação do juiz Titular mais antigo, na hipótese de mais de uma indicação para o mesmo juiz Substituto. Na ausência de indicação de juiz Titular ou de recusa do juiz Substituto, a designação será definida pela Corregedoria.

4.2 Informações sobre diárias e combustíveis

A Corregedoria Regional repassa, mensalmente, à Seção de Orçamento e Finanças deste Tribunal, por ofício, as datas em que os juízes Substitutos atuaram ou atuarão nas Varas do Trabalho localizadas fora da Capital, conforme os Termos de Declaração de Frequência para fins de diárias e auxílio combustível preenchidos pelos magistrados.

Ressalte-se que tais formulários devem ser assinados pelo juiz Substituto declarante e pelo diretor da Vara do Trabalho referida na declaração, posteriormente encaminhados por e-mail a esta Corregedoria.

4.3 Impedimentos e suspeições

O juiz Titular deve sempre comunicar seus impedimentos à Divisão de Feitos de Primeira Instância e à Corregedoria.

Porém, os processos em que o juiz Titular declare impedimento superveniente ou suspeição serão despachados e julgados pelo juiz que estiver substituindo o Titular, pelo juiz que estiver prestando auxílio ou pelo juiz designado pela Corregedoria em escala disponibilizada na Internet, sucessivamente.

Ressalte-se que a escala a que se refere o parágrafo anterior foi publicada através do Ato Nº 15/2011.

5. Outras atividades

5.1 Processo de vitaliciamento

O processo de vitaliciamento foi regulamentado neste Egrégio Tribunal por meio das Resoluções Administrativas N° 22/2006 e N° 35/2011.

O desempenho do magistrado e sua aptidão para o cargo são avaliados por uma Comissão de Vitaliciamento composta pelo Corregedor Regional (presidente e dirigente dos trabalhos, conforme artigo 28, inciso XV, do Regimento Interno), pelo Vice-Corregedor Regional e pelo diretor geral da Escola Judicial do TRT da 1ª Região, como membros natos; por um desembargador em exercício, eleito por seus pares na mesma data e sessão em que realizada a eleição para os cargos de direção do Tribunal (artigo 21 do Regimento Interno); por um juiz Titular e um juiz Substituto vitalício, integrantes do quinto mais antigo da respectiva categoria, a serem eleitos por seus pares. Na atual Administração, a Comissão é composta pelo Desembargador Corregedor Fernando Antonio Zorzenon da Silva, pela Desembargadora Vice-Corregedora Ana Maria Soares de Moraes, pelo Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, pelo Desembargador José Nascimento Araujo Netto, pela juíza Titular Mônica Batista Vieira Puglia e, finalmente, pela juíza Substituta Fernanda Stipp.

A Secretaria da Corregedoria expediu ofício aos juízes vitaliciandos solicitando o encaminhamento de relatório das atividades exercidas no trimestre anterior. O encaminhamento deve ser feito a cada trimestre do período compreendido entre a investidura no cargo e o décimo oitavo mês de exercício da função. Neste ofício, foi-lhes solicitada a elaboração e envio de dossiês, também trimestrais, contendo atas de audiências realizadas, sentenças proferidas, acordos homologados, decisões e despachos, salvo os de mero expediente ou meramente homologatórios. Por fim, constou um calendário no qual ficaram estabelecidos os meses em que os juízes vitaliciandos deveriam encaminhar seus relatórios e dossiês.

Foram abertas duas pastas individuais para cada um dos juízes vitaliciandos: uma para arquivo dos memorandos, portarias e atos, além de outros documentos relevantes à avaliação, e outra contendo os relatórios e dossiês por eles elaborados.

Em 11 de outubro de 2011, a Comissão de Vitaliciamento realizou sua Primeira Reunião Ordinária, na qual foi deliberada a distribuição, por sorteio entre os cinco membros da comissão, da responsabilidade pelo acompanhamento do desempenho dos juízes em processo de vitaliciamento. Ante o fato de ser o Desembargador Corregedor, por força do Regimento Interno, responsável pela fiscalização dos trabalhos e, eventualmente, pela aplicação de punições aos juízes de primeiro grau, dentre estes os vitaliciandos, foi aquele magistrado excluído da referida distribuição, cujos números se encontram no Anexo V.

Nesta primeira reunião, deliberou-se pelo envio de um questionário a ser respondido pelo juiz Titular ou Substituto no exercício da titularidade das Varas onde cada vitaliciando atuou pelo período aproximado de 30 dias, cujo modelo foi elaborado naquele ato pela Comissão. Na reunião, ficou designado o dia 5 de dezembro de 2011 para nova reunião da Comissão para tratar, principalmente, da apresentação dos relatórios finais das juízas Ana Paula Almeida Ferreira e Camila Leal Lima, tendo em vista o termo do período de vitaliciamento de ambas em junho de 2012.

A Seção de Monitoramento da Corregedoria Regional (SEMON) procedeu ao levantamento da produtividade dos juízes em processo de vitaliciamento com as seguintes informações: decisões com ou sem resolução de mérito, acordos homologados, extinções, audiências realizadas, dentre outras.

Para dar início às avaliações, as pastas de vitaliciamento foram encaminhadas aos membros da Comissão

para que procedam às avaliações trimestrais e final. Conforme deliberado na Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Vitaliciamento, a Secretaria da Corregedoria arquivará os documentos relativos aos juízes vitaliciandos para enviá-los aos membros da Comissão mensalmente.

Estão em processo de vitaliciamento no corrente ano os(as) Excelentíssimos(as) juízes(as) Admar Lino da Silva, Angelina Moreira de Souza Costa, Daniel Chein Guimarães, Delano de Barros Guaicurus, Eduardo Almeida Jerônimo, Elisa Sanvicente, Filipe Bernardo Silva, Janice Bastos, Nilton Beltrão de Albuquerque Junior, Patrícia Lampert Gomes, Sérgio Silveira Mourão e William Martins, todos empossados em 28 de fevereiro do corrente ano. Encontram-se ainda em vitaliciamento os juízes removidos, por permuta, para este Regional, Luis Guilherme Bueno Bonin, provindo do TRT da 15ª Região, e Ana Paula Almeida Ferreira e Camila Leal Lima, ambas oriundas do TRT da 2ª Região.

5.2 Processos administrativos disciplinares

No ano de 2011, até o mês de outubro, foram instaurados 6 (seis) processos administrativos disciplinares perante o Órgão Especial, para apuração de conduta dos magistrados (Anexo VI).

5.3 Instrução de pedidos diversos relativos a processos administrativos de juízes

- Permutas ou remoções de juízes Titulares (Anexo VII)
- Permutas ou remoções de juízes Substitutos (Anexo VIII)
- Promoção de magistrados por merecimento ou antiguidade (Anexo IX)
- Acesso de magistrados por merecimento ou antiguidade (Anexo X)
- Licença para estudo

Nos termos da Resolução Administrativa N° 04/2011, permanece afastada, por motivo de licença estudo, a magistrada Ana Cristina Magalhães Fontes, embora suspensa a referida licença em razão de licença maternidade até o dia 10 de fevereiro de 2012. Ademais, houve a concessão, em 20 de outubro de 2011, de licença estudo à magistrada Renata Orvita Leconte de Souza, restrita a uma semana por mês, a partir de 12 de março de 2012 até 30 de novembro do mesmo ano.

- Resolução Administrativa N° 009/2008 – Autorização para os magistrados residirem fora do Município-sede da Vara do Trabalho em que são Titulares.

Foram editadas, neste ano de 2011, até o mês de outubro, duas Resoluções Administrativas, de números 40/2011 (publicada no DOERJ em 23/9/2011) e 46/2011 (publicada no DOERJ em 27/10/2011), de competência do Órgão Especial, que tratam da autorização concedida, respectivamente, às juízas Evelyn Corrêa de Guamá Guimarães e Claudia de Abreu Lima Pisco para residirem fora do Município-sede das Varas do Trabalho em que titulares, a teor do que dispõe o artigo 1º, §1º, alínea c, da Resolução Administrativa N° 009/2008.

5.4 Convênios e cadastro geral de peritos (CAGE)

Compete à Corregedoria Regional o monitoramento dos convênios INFOJUD, RENAJUD e BACEN-JUD, além do Cadastro Geral de Peritos (CAGE). Observe-se no Anexo XI as tabelas demonstrativas.

Anexos

Anexo 1

Varas do Trabalho	Datas
VT/Angra dos Reis	13/1/2011
10ª VT/Rio de Janeiro	8/4/2011
13ª VT/Rio de Janeiro	8/4/2011
17ª VT/Rio de Janeiro	8/4/2011
21ª VT/Rio de Janeiro	27/4/2011
Posto Avançado de Maricá	29/9/2011

Anexo 2

Correições realizadas		
Dia	Vara/Órgão	Desembargador
10/jan/2011	RJ 5	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
10/jan/2011	RJ 6	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
11/jan/2011	RJ 2	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
25/jan/2011	RJ 1	Carlos Alberto Araujo Drummond e Fernando Antonio Zorzenon da Silva
27/jan/2011	RJ 8	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
1º/fev/2011	NI 3	Carlos Alberto Araujo Drummond e Fernando Antonio Zorzenon da Silva
7/fev/2011	NI 2	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
7/fev/2011	NI 4	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
11/fev/2011	RJ 10	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
11/fev/2011	RJ 13	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
18/fev/2011	RJ 14	Maria de Lourdes Sallaberry
18/fev/2011	RJ 17	Maria de Lourdes Sallaberry

21/fev/2011	RJ 9	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
14/mar/2011	CF 1	Maria de Lourdes Sallaberry
14/mar/2011	CF 2	Maria de Lourdes Sallaberry
16/mar/2011	RJ 18	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
18/mar/2011	RJ 19	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
18/mar/2011	RJ 20	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
21/mar/2011	DC 5	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
22/mar/2011	DC 6	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
22/mar/2011	DC 7	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
14/abr/2011	RJ 3	Fernando Antonio Zorzenon da Silva e Ana Maria Soares de Moraes
14/abr/2011	RJ 4	Fernando Antonio Zorzenon da Silva e Ana Maria Soares de Moraes
14/abr/2011	RJ 22	Fernando Antonio Zorzenon da Silva e Ana Maria Soares de Moraes
18/abr/2011	SJM 1	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
18/abr/2011	SJM 2	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
18/abr/2011	SJM – SEAPO	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
19/abr/2011	RJ 7	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
19/abr/2011	RJ 11	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
19/abr/2011	RJ 12	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
29/abr/2011	NI 5	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
29/abr/2011	NI 6	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
6/mai/2011	NI 1	Ana Maria Soares de Moraes
16/mai/2011	RJ 15	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
16/mai/2011	RJ 16	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
16/mai/2011	RJ 23	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
19/mai/2011	RJ 24	Ana Maria Soares de Moraes
19/mai/2011	RJ 25	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
19/mai/2011	RJ 26	Ana Maria Soares de Moraes
24/mai/2011	DC 1	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
24/mai/2011	DC 2	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
24/mai/2011	DC 3	Fernando Antonio Zorzenon da Silva

24/mai/2011	DC 4	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
24/mai/2011	DC-SEDIF	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
24/mai/2011	DC-SEDIM	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
24/mai/2011	DC-SEPEX	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
26/mai/2011	NIL	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
6/jun/2011	RJ 27	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
6/jun/2011	RJ 28	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
6/jun/2011	RJ 29	Ana Maria Soares de Moraes
13/jun/2011	MAC 1	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
13/jun/2011	MAC 2	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
13/jun/2011	MAC-SEAPO	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
14/jun/2011	CG 2	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
14/jun/2011	CG-SEAPO	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
14/jun/2011	ITP	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
15/jun/2011	CG 1	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
15/jun/2011	CG 3	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
24/jun/2011	RJ 30	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
24/jun/2011	RJ 31	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
27/jun/2011	RJ 32	Ana Maria Soares de Moraes
27/jun/2011	RJ 33	Ana Maria Soares de Moraes
4/jul/2011	ITG	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
5/jul/2011	AR	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
8/jul/2011	RJ 34	Ana Maria Soares de Moraes
8/jul/2011	RJ 35	Ana Maria Soares de Moraes
12/jul/2011	RJ 36	Ana Maria Soares de Moraes
12/jul/2011	RJ 37	Ana Maria Soares de Moraes
14/jul/2011	RJ 38	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
14/jul/2011	RJ 39	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
15/jul/2011	RJ 40	Ana Maria Soares de Moraes
15/jul/2011	RJ-SJU 1	Ana Maria Soares de Moraes
20/jul/2011	MAG	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
5/ago/2011	RJ 45	Ana Maria Soares de Moraes

5/ago/2011	RJ 48	Ana Maria Soares de Moraes
10/ago/2011	RJ 41	José da Fonseca Martins Junior
10/ago/2011	RJ 43	José da Fonseca Martins Junior
15/ago/2011	RJ 44	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
15/ago/2011	RJ 52	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
26/ago/2011	RJ 42	Ana Maria Soares de Moraes
26/ago/2011	RJ 46	Ana Maria Soares de Moraes
29/ago/2011	RJ 47	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
30/ago/2011	RJ 50	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
30/ago/2011	RJ 53	Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos
2/set/2011	RJ 49	Ana Maria Soares de Moraes
2/set/2011	RJ 51	Ana Maria Soares de Moraes
6/set/2011	NIT 2	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
6/set/2011	NIT 3	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
6/set/2011	NIT-SEDIF	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
6/set/2011	NIT-SEPEX	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
8/set/2011	NIT 6	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
8/set/2011	NIT 7	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
8/set/2011	NIT-SEDIM	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
13/set/2011	BP	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
13/set/2011	VALENÇA	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
14/set/2011	RES	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
22/set/2011	NIT 4	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
22/set/2011	NIT 5	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
26/set/2011	VR 1	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
26/set/2011	VR-SEAPO	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
27/set/2011	VR 2	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
27/set/2011	VR 3	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
3/out/2011	TR	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
4/out/2011	PET 1	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
4/out/2011	PET 2	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
4/out/2011	PET-SEAPO	Fernando Antonio Zorzenon da Silva

5/out/2011	TER	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
17/out/2011	RJ 56	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
17/out/2011	RJ 59	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
19/out/2011	RJ 54	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
19/out/2011	RJ 55	Fernando Antonio Zorzenon da Silva
24/out/2011	RJ 58	Ana Maria Soares de Moraes
24/out/2011	RJ 61	Ana Maria Soares de Moraes
27/out/2011	RJ 57	Ana Maria Soares de Moraes
27/out/2011	RJ 60	Ana Maria Soares de Moraes

Anexo 3

Autuações	Total
Reclamação correicional (RC)	178
Pedido de providência (PP)	306
Reclamações disciplinares	25

Decisões	Total RC	Total PP
Procedentes	22	120
Procedentes em parte	5	9
Improcedentes	77	63
Não conhecidos	6	2
Deferidos	0	0
Indeferidos	0	-
Declarada a perda do objeto	-	1
Rejeito o embargo de declaração	4	1
Dou provimento	1	0
Dou provimento parcial	0	-
Nego provimento	0	0
Extintos	19	17
Prejudicados	1	19
Desistências	0	0

Intempestivos	1	-
Apensado	1	1
Arquivado	0	7
Reautuada	0	0
Nulos	0	0
Suspensos	0	0
Outros	18	12

Anexo 4

Provimento	Matéria
01/2011	Determina que sejam observadas as disposições insertas nos Provimentos que regulam a expedição de alvarás no âmbito desta Justiça.
02/2011	Revogado pelo Provimento 03/2011.
03/2011	Regulamenta a organização das pautas de audiências, os procedimentos para prolação de sentença e outras decisões, a designação de juízes Substitutos e a tramitação de petições e outros expedientes no sistema informatizado pelas Varas do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e adota outras providências.
04/2011	Regulamenta a correição ordinária anual, inspeção permanente da regularidade dos serviços da Secretaria das Varas do Trabalho e requisitos da reclamação correicional (correição parcial) e do pedido de providência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
05/2011	Altera o Provimento N° 03, de 14 de abril de 2011.
06/2011	Regulamenta o exame dos pressupostos de admissibilidade recursal pelos juízes de primeiro grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
07/2011	Revoga o artigo 64 do Provimento Geral Consolidado, com a redação que lhe deu o Provimento N° 03, de 21 de novembro de 2001.
08/2011	Altera o artigo 1º do Provimento N° 03, de 14 de abril de 2011.
09/2011	Veda a prática de atribuir-se força de mandado judicial às cartas precatórias.
10/2011	Revoga o art. 6º do Provimento N° 04/2011.
11/2011	Altera o <i>caput</i> do art. 57 do Provimento N° 3/2011.
12/2011	Altera a redação dos arts. 12 e 18 e revoga o art. 14 do Provimento N° 3/2011.
13/2011	Veda a programação de publicações superiores ao prazo estabelecido pelo art. 190 do CPC e regula a expedição de mandados distribuídos a oficial de justiça.

Anexo 5

Magistrados da Comissão	Juízes vitaliciandos
Ana Maria Soares de Moraes	Ana Paula Almeida Ferreira Daniel Chein Guimarães Camila Leal Lima
José Nascimento Araujo Netto	Sérgio Silveira Mourão Delano de Barros Guaicurus Janice Bastos
Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha	Admar Lino da Silva Luis Guilherme Bueno Bonin Eduardo Almeida Gerônimo
Mônica Batista Vieira Puglia	Nilton Beltrão de Albuquerque Junior Angelina Moreira de Sousa Costa Elisa Torres Sanvicente
Fernanda Stipp	William Martins Filipe Bernardo da Silva Patrícia Lampert Gomes

Anexo 6

Processo	Juiz	Situação atual
0003158-31.2011.5.01.0000	Airton da Silva Vargas	Em diligência
0003160-98.2011.5.01.0000	Airton da Silva Vargas	Apensado ao anterior
0003182-59.2011.5.01.0000	Airton da Silva Vargas	Em andamento
0004119-69.2011.5.01.0000	José Monteiro Lopes	Em diligência – PRT
0004747-58.2011.5.01.0000	Francisco Antonio de Abreu Magalhães	Em andamento
0006268-38.2011.5.01.0000	Celio Baptista Bittencourt	Em andamento – PRT

Anexo 7**Permutas**

Juiz	Vara de origem	Vara atual
Evelyn Correa de Guama Guimarães	2ª VT/Petrópolis	58ª VT/Rio de Janeiro
Cláudio José Montesso	58ª VT/Rio de Janeiro	2ª VT/Petrópolis

Remoções

Juiz	Vara de origem	Vara atual
Claudia Regina Reina Pinheiro	1ª VT/Macaé	22ª VT/Rio de Janeiro
Sérgio Rodrigues Heckler	VT/Barra do Pirai	VT/Barra Mansa
Derly Mauro Cavalcante da Silva	2ª VT/Campos dos Goytacazes	2ª VT/Nova Friburgo

Anexo 8**Permutas**

Juízes atuando no TRT da 1ª Região	Origem	Juízes que permutaram para outro Regional
Raphael Viga Castro	TRT 15ª Região	Alessandra Regina Trevisan Lambert
Adriana Leandro de Sousa Freitas	TRT 5ª Região	Álvaro Marcos Cordeiro Maia
Ana Paula Almeida Ferreira	TRT 2ª Região	Camille Oliveira Menezes Macedo
Luiz Guilherme Bueno Bonin	TRT 15ª Região	Claudia Bueno Rocha Chiuzuli
Camila Leal Lima	TRT 2ª Região	Edgar Gurjão Wanderley Neto
Paulo César Moreira Santos Junior	TRT 19ª Região	Kassandra Nataly de Andrade Carvalho

Remoções

Juízes removidos	Origem	Destino
Fabiano de Lima Caetano	TRT 15ª Região	TRT 1ª Região
Glauco Rodrigues Becho	TRT 1ª Região	TRT 3ª Região
Simone Soares Bernardes	TRT 1ª Região	TRT 3ª Região

Anexo 9

Juiz Substituto promovido	Data da posse	Vara
Derly Mauro Cavalcante PA N° 05070-2009-000-01-00-5	15/9/2011	2ª VT/Campos dos Goytacazes
Claudia Regina Reina Pinheiro PA N° 05070-2009-000-01-00-5	15/9/2011	1ª VT/Macaé
Danielle Soares Abeijon PA N° 05070-2010-000-01-00-9	15/9/2011	1ª VT/Campo dos Goytacazes
Claudia de Abreu Lima Pisco PA N° 05196-2010-000-01-00-3	15/9/2011	1ª VT/Nova Friburgo
Marcos Dias de Castro PA N° 00366-2010-000-01-00-3	15/9/2011	VT/Itaguaí
Processo Administrativo N° 09642-2011-000-01-00-0		Em andamento
Processo Administrativo N° 10907-2011-000-01-00-2		Em andamento
Processo Administrativo N° 12136-2011-000-01-00-8		Em andamento
Processo Administrativo N° 12138-2011-000-01-00-7		Em andamento

Anexo 10

Juiz Titular promovido	Gabinete
Processo Administrativo N° 12793-2010-000-01-00-4	Em andamento
Processo Administrativo N° 03314-2009-000-01-00-5	Em andamento
Processo Administrativo N° 00988-2010-000-01-00-1	Em andamento
Processo Administrativo N° 03308-2009-000-01-00-8	Em andamento
Processo Administrativo N° 04904-2011-000-01-00-0	Em andamento
Processo Administrativo N° 04927-2011-000-01-00-4	Em andamento
Processo Administrativo N° 12506-2011-000-01-00-7	Em andamento

Anexo 11**BACEN-JUD**

Descrição	Quantidade
Magistrados cadastrados	213
Magistrados não cadastrados	19

RENAJUD

Descrição	Quantidade
Magistrados cadastrados	185
Magistrados não cadastrados	57

INFOJUD

Descrição	Quantidade
Magistrados cadastrados	203
Magistrados não cadastrados	49

Cadastro Geral de Peritos (CAGE)

Descrição	Quantidade
Peritos cadastrados e regularizados após o Provimento SCR Nº 9/2007 em pastas físicas arquivadas e digitalizadas	462
Peritos com pendências de documentação arquivadas e digitalizadas	150

Secretaria do Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos

1. Tribunal Pleno e Órgão Especial

1.1 Sessões realizadas e processos julgados

1.1.1 Sessões realizadas

	2011	
	Órgão Especial	Tribunal Pleno
Sessões Solenes	1	1
Sessões Ordinárias	13	12
Sessões Extraordinárias	1	-

1.1.2 Processos julgados

	2011	
	Órgão Especial	Tribunal Pleno
Conflitos de competência	46	-
Agravo Regimental	101	-
Mandado de Segurança	26	-
Embargos de Declaração	37	2
Recurso Administrativo	41	-
Exceção de Suspeição	136	-
Arguição de Inconstitucionalidade	9	-
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	3	-
Recurso de Multa	1	-
Petição	3	-
Cautelar Inominada	1	-
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	-	7
TOTAL	404	9

1.2 Resoluções administrativas aprovadas e publicadas no Diário Oficial do Rio de Janeiro

2011
51

1.3 Súmulas aprovadas e publicadas no Diário Oficial do Rio de Janeiro

2011
58



Sessão do Tribunal Pleno,
em 20.10.11

Plenário Délio Maranhão



2. Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SEDIC

2.1 Fase conciliatória

Foram autuadas por esta Secretaria 194 (cento e noventa e quatro) ações, a saber: 60 (sessenta) Dissídios Coletivos, 18 (dezoito) Dissídios Coletivos de Greve, 99 (noventa e nove) Protestos, 4 (quatro) Ações Anulatórias de Cláusulas Convencionais, 8 (oito) Agravos Regimentais, 2 (duas) Cautelares Inominadas, 2 (duas) Petições e 1 (um) Contraprotesto.

2.2 Fase decisiva

Foram distribuídas 65 (sessenta e cinco) ações, a saber: 46 (quarenta e seis) Dissídios Coletivos, 13 (treze) Dissídios Coletivos de Greve, 3 (três) Cautelares Inominadas, 2 (duas) Ações Anulatórias de Cláusulas Convencionais e 1 (uma) Petição.

Neste período foram realizadas 7 (sete) sessões ordinárias e 3 (três) extraordinárias, nas quais foram apreciadas 56 (cinquenta e seis) ações, a saber: 38 (trinta e oito) Dissídios Coletivos, 13 (treze) Dissídios Coletivos de Greve, 3 (três) Cautelares Inominadas e 2 (duas) Ações Anulatórias de Cláusulas Convencionais.

Foram julgados monocraticamente 1 (um) Dissídio Coletivo, 1 (um) Dissídio Coletivo de Greve e 1 (uma) Petição.

2.3 Fase recursal

Foram recebidos 7 (sete) Embargos de Declaração e 8 (oito) Agravos Regimentais (por vinculação) e julgados 10 (dez) Embargos de Declaração e 6 (seis) Agravos Regimentais.

Foram interpostos 11 (onze) Recursos Ordinários e remetidos ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho 12 (doze) Recursos Ordinários.

3. Seção Especializada em Dissídios Individuais - SEDI

3.1 Movimento processual e atividade judicante em 2011

Em 2011, a Seção Especializada em Dissídios Individuais manteve-se na trajetória de rigoroso cumprimento das metas elaboradas no âmbito do programa ISO-9001, sempre objetivando melhoria na prestação de seus serviços, com significativa redução do prazo na entrega da jurisdição.

Houve nesse período especial atenção para a implementação e modificação de métodos de trabalho, tanto no âmbito da Secretaria como na própria sessão de julgamento. Dentre os procedimentos adotados podemos citar:

- Descentralização de despachos ordinatórios do presidente da SEDI através da Ordem de Serviço 01/2011, que expressamente delegou ao chefe da secretaria as seguintes atribuições: o encaminhamento com baixa e requisição de autos de processo ao Arquivo Geral; a juntada aos autos de petições e de documentos, inclusive de recursos e de contrarrazões; o

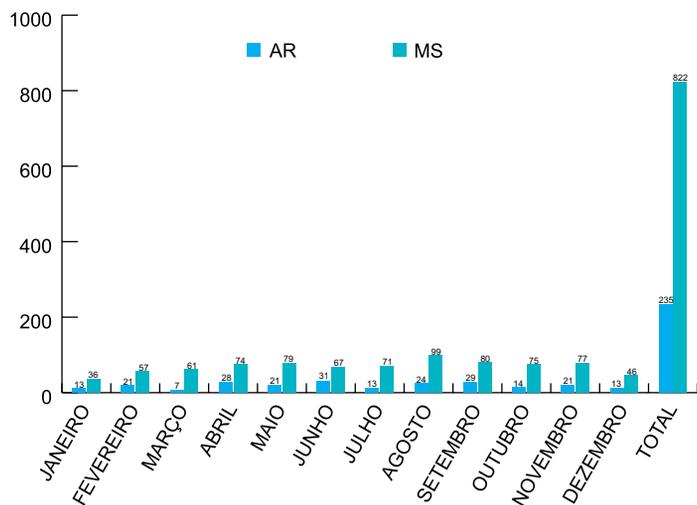
encaminhamento dos autos para digitalização e envio ao TST e o encaminhamento de ofícios às instituições bancárias solicitando informações sobre a transferência à disposição do juízo de valores decorrentes de bloqueio através do sistema Bacen-Jud;

- Incentivo à liberação do voto do Relator no SAPWEB para apreciação dos demais componentes da Seção Especializada, antes da sessão de julgamento;
- Implementação de planilha dos processos da pauta, elaborada pelos respectivos Relatores, contendo o número dos processos, partes, ementa e dispositivo, cuja finalidade é permitir aos demais componentes o conhecimento antecipado do entendimento do Relator acerca do processo em julgamento, sem prejuízo do acesso à íntegra dos votos disponibilizados para o esclarecimento de dúvidas;
- Agrupamento dos processos por tema nas sessões da Subseção II, sem prejuízo do julgamento em separado de cada processo, a partir da sessão de 28/4/11.

Como resultado do esforço dos magistrados e servidores, segue a evolução da atividade judicante, no ano de 2011, expressa nas tabelas e gráficos abaixo.

	Quantidade de sessões por subseção no período
Janeiro	1
Fevereiro	1
Março	1
Abril	3
Mai	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	1
TOTAL:	21
Média/Mês	1,8

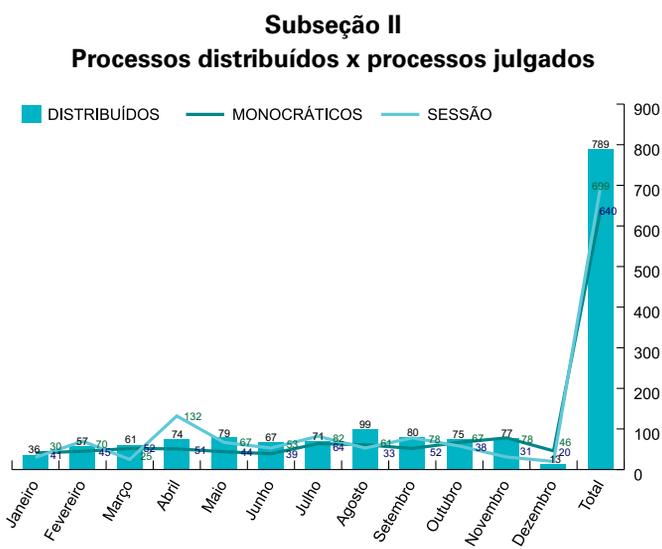
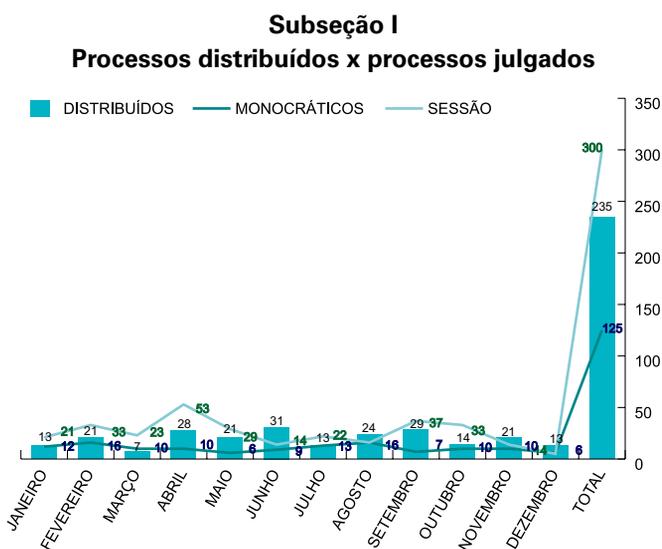
Processos distribuídos



* AR – Ação rescisória; MS – Mandado de segurança

Subseção I			
Mês	Processos distribuídos	JULGADOS	
		Monocrática	Sessão
Janeiro	13	12	21
Fevereiro	21	16	33
Março	7	10	23
Abril	28	10	53
Maiο	21	6	29
Junho	31	9	14
Julho	13	13	22
Agosto	24	16	16
Setembro	29	7	37
Outubro	14	10	33
Novembro	21	10	14
Dezembro	13	6	5
TOTAL	235	125	300

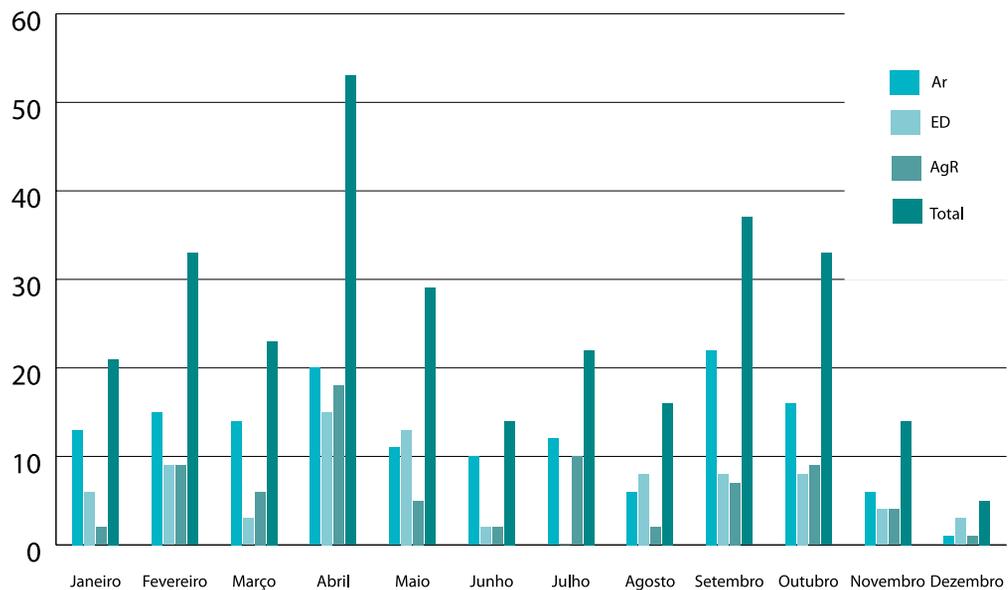
Subseção II			
Mês	Processos distribuídos	JULGADOS	
		Monocrática	Sessão
Janeiro	36	41	30
Fevereiro	57	45	70
Março	61	52	25
Abril	74	51	132
Maiο	79	44	67
Junho	67	39	53
Julho	71	64	82
Agosto	99	61	53
Setembro	80	52	78
Outubro	75	67	58
Novembro	77	78	31
Dezembro	13	46	20
TOTAL	789	640	699



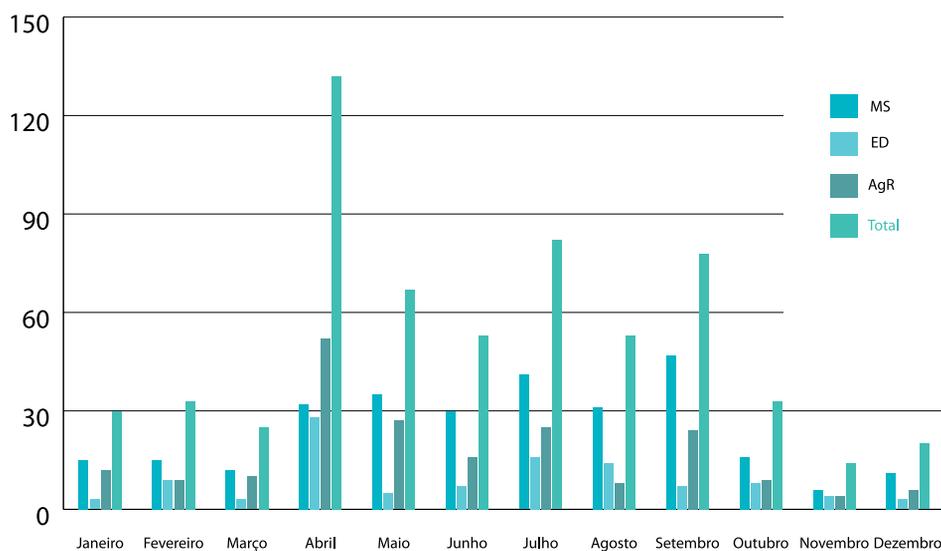
	Julgados em sessão							
	SEDI 1				SEDI2			
	AR	ED	AgR	TOTAL	MS	ED	AgR	TOTAL
Janeiro	13	6	2	21	15	3	12	30
Fevereiro	15	9	9	33	27	11	32	70
Março	14	3	6	23	12	3	10	25
Abril	20	15	18	53	52	28	52	132
Maiο	11	13	5	29	35	5	27	67
Junho	10	2	2	14	30	7	16	53
Julho	12	0	10	22	41	16	25	82
Agosto	6	8	2	16	31	14	8	53
Setembro	22	8	7	37	47	7	24	78
Outubro	16	8	9	33	16	8	9	33
Novembro	6	4	4	14	6	4	4	14
Dezembro	1	3	1	5	11	3	6	20
TOTAL:	146	79	75	300	323	109	225	657

* AR – Ação rescisória; ED – Embargos de Declaração; AgR – Agravo Regimental; MS – Mandado de Segurança

JULGADOS EM SESSÃO SUBSEÇÃO I



JULGADOS EM SESSÃO SUBSEÇÃO II



	Decisões monocráticas	
	SEDI 1	SEDI 2
Janeiro	12	41
Fevereiro	16	45
Março	10	52
Abril	10	51
Maio	6	44
Junho	9	39
Julho	13	64
Agosto	16	61
Setembro	7	52
Outubro	10	67
Novembro	10	78
Dezembro	6	46

Tempo médio de espera (entre a chegada dos autos à SEDI e o julgamento) em número de dias

	AR	MS
Janeiro	63,38	61,29
Fevereiro	71,65	63,22
Março	82,09	67,83
Abril	55,67	56,89
Maiο	25,76	42,16
Junho	84,00	68,08
Julho	24,93	37,46
Agosto	20,54	101,87
Setembro	38,36	51,44
Outubro	55,31	78,21
Novembro	37,5	44,19
Dezembro	37,5	10

Tempo médio de espera

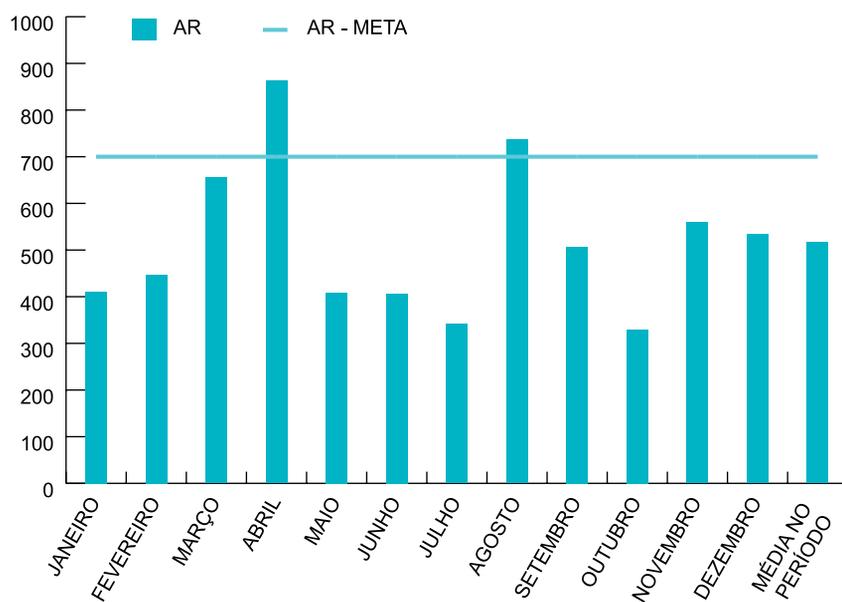


	Aguardando pauta		
	AR	MS	AgR
Janeiro	10	8	11
Fevereiro	23	13	41
Março	16	14	45
Abril	12	9	27
Maiο	9	3	10
Junho	5	16	18
Julho	14	16	9
Agosto	16	17	22
Setembro	12	9	10
Outubro	10	8	11
Novembro	7	6	10
Dezembro	15	26	19

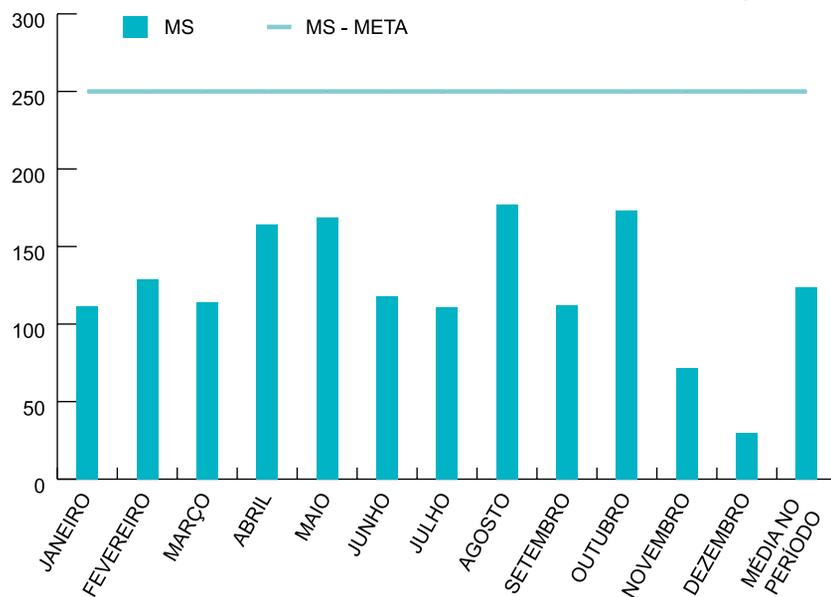
Prazo médio para julgamento (em dias)

	AR	MS
Janeiro	411,17	111,71
Fevereiro	446,81	129,13
Março	655,65	114,1
Abril	862,90	164,46
Maiο	408,56	168,46
Junho	406,68	118,04
Julho	341,76	111,02
Agosto	736,14	177,31
Setembro	506,38	111,98
Outubro	329,54	173,10
Novembro	559,36	71,71
Dezembro	533,83	30,17
Média no período	516,57	123,43
META	700,00	250,00

Prazo médio de julgamento de ação rescisória



Prazo médio de julgamento de mandado de segurança



Secretaria-Geral da Presidência – SPR

A Secretaria-Geral da Presidência tem por atribuição contribuir para o desempenho das atividades administrativas, políticas e de representação da Presidência, projetando e fortalecendo a imagem institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Valendo-se de tal missão, cumpriu a esta Secretaria no ano de 2011 promover todo o suporte necessário para o atendimento das funções da Presidência e da Vice-Presidência em seu exercício regimental, dirigindo e orientando as atividades inerentes a esse fim.

Neste sentido, a Secretaria coordenou as atividades realizadas por suas unidades subordinadas, contando diretamente, no que tange ao desenvolvimento das funções de representação da Presidência, com a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (AIC), a Seção de Apoio Operacional e Cerimonial e a Seção de Apoio Externo Institucional.

A Resolução Administrativa Nº 27/2011, por sua vez, transferiu a Secretaria Judiciária de 2ª Instância e as respectivas divisões, seções, setores e central de atendimento para a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência, passando a esta a responsabilidade de sua coordenação.

A partir de 15 de setembro de 2011, com a criação do Núcleo de Centralização de Execução e Conciliação (Nuceci) pela Resolução Administrativa Nº 38/2011, passou este também a integrar a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência, assim como as atividades inerentes à conferência das requisições de pagamentos de honorários de perito, do tradutor e do intérprete, no caso de concessão à parte do benefício da gratuidade de justiça, efetivadas pelo Ato Nº 88/2011 da Presidência deste Tribunal.

A atuação da Secretaria também se fez presente pela coordenação da Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADI), bem como pela participação direta do secretário-geral da Presidência como membro integrante

do Conselho de Gestão Estratégica, o qual é secretariado e assessorado pela referida unidade de Desenvolvimento Institucional.

De igual forma, com a criação do Comitê de Apoio à Administração, pelo Ato da Presidência Nº 41/2011, a Secretaria-Geral da Presidência passou a assessorar e secretariar as reuniões do referido Comitê, além da participação direta do secretário-geral como membro integrante deste. Assim, a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência, em que pese tenha suas atribuições genericamente definidas, busca no pronto atendimento das demandas e necessidades da Presidência o alcance de seu objetivo.

Desta forma, além de diversos outros fatores de responsabilidade desta Secretaria, contatos internos e externos necessários às atividades da Presidência e atividades outras não mencionadas, vale destacar que durante o ano de 2011 foram protocolados e submetidos à Presidência 4.334 (quatro mil, trezentos e trinta e quatro) expedientes; foram produzidos 1.716 (hum mil, setecentos e dezesseis) ofícios e 140 (cento e quarenta) memorandos; apoio, supervisão e controle na realização de pelo menos 30 eventos, entre congressos, inaugurações de novas sedes e Varas do Trabalho e outros eventos, onde foi necessário suporte pleno da secretaria; regulamentação, controle e emissão de 443 (quatrocentos e quarenta e três) cartões para utilização dos estacionamentos privativos de veículos nas instalações deste Tribunal; publicação de 388 (trezentos e oitenta e oito) Atos Normativos, observadas as regras estabelecidas pela Resolução Administrativa Nº 04/2006, com as alterações introduzidas pela Resolução Administrativa Nº 01/2007; atuação de 51 (cinquenta e um) processos para movimentação de magistrados, incluindo posses, aposentadorias, remoções, permutas, exoneração, promoção e falecimento.





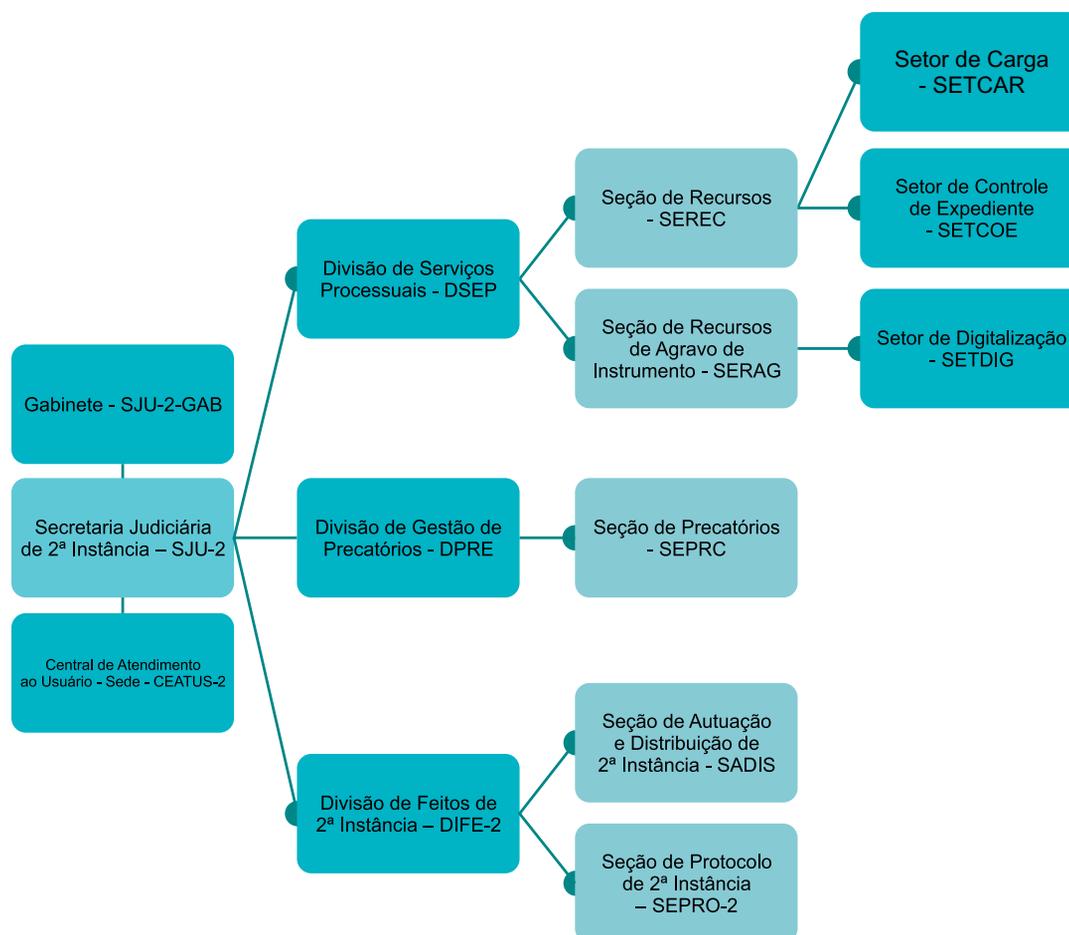
Novo Fórum de Cabo Frio, inaugurado em 14.11.2011

Secretaria Judiciária de 2ª Instância – SJU-2

A Secretaria Judiciária atua diretamente na coordenação de todas as suas unidades, otimizando tarefas, desenvolvendo habilidades, aproximando os servidores de unidades diferentes, buscando propiciar ambientes de trabalho agradáveis com servidores satisfeitos. Como consequência, proporciona celeridade e transparência nos atos processuais, bem como melhor atendimento aos jurisdicionados.

A Resolução Administrativa N° 29/2010, de 2 de dezembro de 2010, modificou a estrutura da Secretaria com a criação da Central de Atendimento ao Usuário – SEDE (CEATUS-2) e do Setor de Controle de Expediente (SETCOE) e a transferência da Divisão de Feitos da 2ª Instância (DIFE-2) e suas respectivas Seções para esta Secretaria.

A CEATUS-2 iniciou suas atividades no final de julho de 2011, prestando informações a partes e advogados sobre o andamento e fases de processos de 2ª Instância. Já no mês de agosto realizou 1.287 atendimentos, o que repercutiu na diminuição de atendimento em outras unidades da Secretaria.

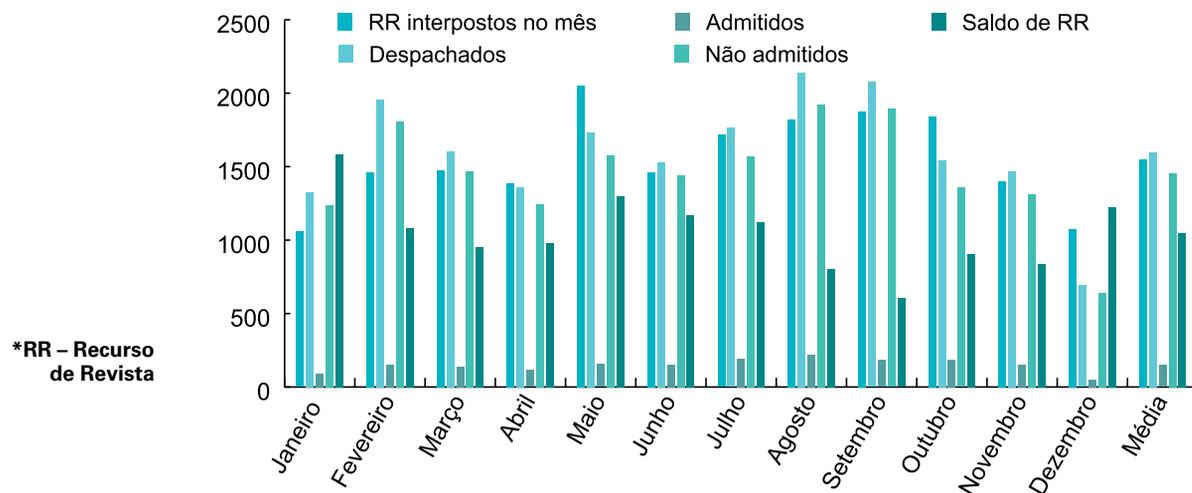


1. Divisão de Serviços Processuais – DSEP

O movimento de petições e processos analisados por esta Divisão, oriundos do assessoramento nos despachos da Vice-Presidência, teve média mensal de 3.870 processos e 677 petições avulsas, como demonstrado na tabela abaixo:

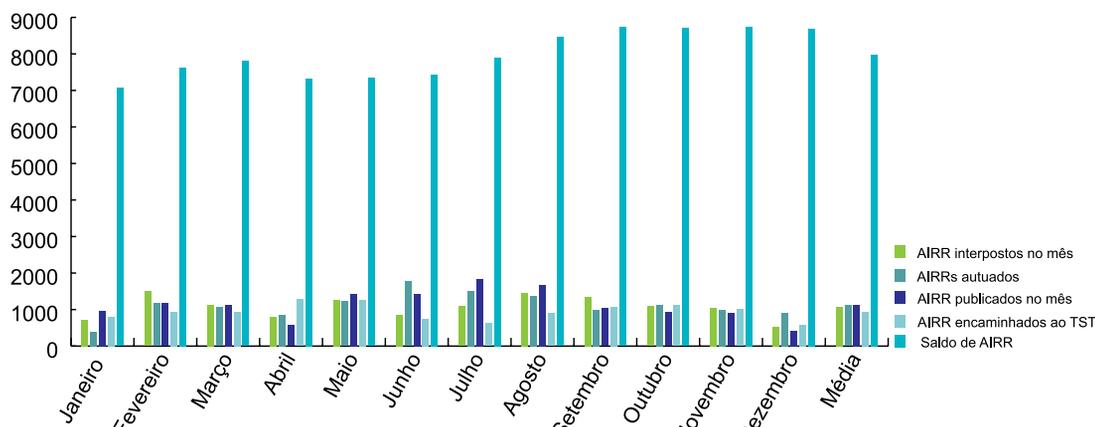
Na Seção de Recursos, foram interpostos 18.623 recursos de revista e publicados 19.253 despachos, restando ainda 1.224 recursos.

	Processos despachados	Petições despachadas
Janeiro	3.409	588
Fevereiro	3.398	592
Março	4.665	808
Abril	3.843	678
Maio	4.454	762
Junho	4.033	697
Julho	3.198	565
Agosto	4.465	748
Setembro	4.103	752
Outubro	4.046	671
Novembro	4.037	687
Dezembro	2.789	574
Total:	46.440	8.123



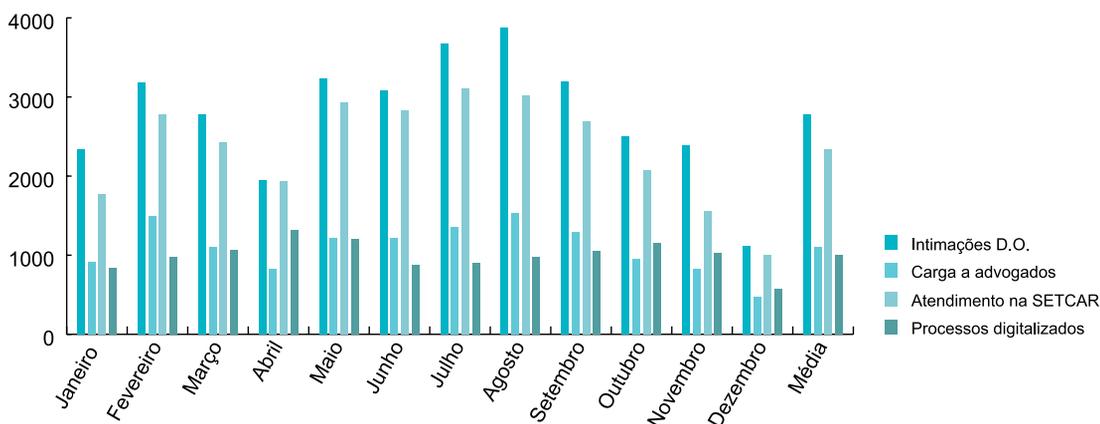
Na Seção de Recursos de Agravo de Instrumento foram interpostos 12.802 AIRR's. O SETDIG remeteu eletronicamente ao TST 11.272 AIRR's e 1.350 RR's. A Resolução Administrativa Nº 1418/2010 do TST, a partir de 1º setembro de 2010, determinou o processamento nos autos do recurso denegado, o que resultou na digitalização integral dos autos principais e não mais na dos

AIRR's autuados em apartado, aumentando consideravelmente o número de folhas a serem digitalizadas. Tal fato acarretou o passivo de 8.691 AIRR's. Apesar deste represamento, cerca de 5.000 processos encontram-se prontos para o envio às empresas contratadas para execução da tarefa e posterior remessa ao TST.



* AIRR – Agravo de instrumento em recurso de Revista

Na DSEP foram efetuadas 33.293 intimações por Diário Oficial. O SETCAR registrou 16.532 processos retirados para cópia e 13.186 cargas aos advogados. O SETCOE remeteu 23.386 processos às Varas do Trabalho.



2. Divisão de Distribuição de Feitos de 2ª Instância – DIFE-2

DIFE-2	
Certidões expedidas	5.057
Despachos relativos à autuação e distribuição de feitos	3.328

SEPRO-2	
Petições recebidas	
Diversas	39.621
Recursos de revista	18.623
Agravos de instrumento	12.802
Embargos de declaração	14.859
Recursos ordinários	272
Total	86.177

SADIS							
Autuação e distribuição		Processos autuados e sujeitos à distribuição		Processos apenas distribuição		Processos autuados não sujeitos à distribuição	
Recursos distribuídos	53.337	Ação rescisória	242	Dissídios coletivos e outros	65	Pedido de providência/ Reclamação correicional	534
Processos distribuídos	1.691	Cautelar inominada	71	Petições	26
Proc./Rec. distribuídos	5.829	Mandado de segurança	982
.....	<i>Habeas corpus</i>	2
.....	Outros	394
Total	60.857	Subtotal	1.691	Subtotal	65	560
		Total					2.316

3. Divisão de Gestão de Precatórios - DPRE

3.1 Regime especial de liquidação de precatórios

De início, é imperioso destacar que aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2011, foi celebrado **acordo de cooperação** entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, prevendo questões atinentes ao pagamento dos precatórios inscritos no Regime Especial de Liquidação dos Entes Públicos

no Estado do Rio de Janeiro, publicado em 28/07/2011, no DOETJ, Caderno I, pág. 15 (Art. 97, do ADCT).

Outrossim, foram abertas contas judiciais para o recebimento de valores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com o escopo de viabilizar a quitação dos precatórios ínsitos no Regime Especial de Liquidação de Precatórios deste Regional.

3.2 Precatórios

A avaliação do resultado em 2011 é positiva, pois dos 91 (noventa e um) precatórios federais (Administração Direta e Indireta) inscritos para o exercício de 2011, 90 (noventa) foram pagos, e 01 (um) foi cancelado, por solicitação do Juízo da execução, por questões processuais.

Nesse sentido, a movimentação em recursos dos precatórios federais foi na ordem de R\$ 43.684.599,17 (quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezessete centavos).

3.3 Requisições de pequeno valor

Para fazer frente às despesas do exercício de 2011, este Regional recebeu a dotação inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com posterior suplementação de R\$ 14.522.565,00 (quatorze milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), sendo inscritos em restos a pagar a monta de R\$ 266.582,73 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos), referentes à natureza alimentar.

Registre-se, também, que foi utilizada a monta de R\$ 184.215,56 (cento e oitenta e quatro mil, duzentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), referentes à natureza não alimentar.

Dessa forma, foi executado, em 2011, o montante de R\$ 16.440.197,83 (dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e três centavos). Outro ponto que merece relevo é o aumento significativo dos valores de requisições de pequeno valor em relação ao exercício de 2010, ou seja, houve um aumento de 87,5%.

3.4 Proposta orçamentária

A proposta orçamentária deste Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região elaborada no exercício de 2011, relativa aos precatórios federais para o exercício de 2012, foi finalizada por meio do ofício OF.TRT/SEPPEC Nº 151-A, de 6 de julho de 2011, que foi encaminhado ao Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, perfazendo um total de 217 (duzentos e dezessete) precatórios, correspondentes a R\$ 107.167.154,46 (cento e sete milhões, cento e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

3.5 Seção de precatórios – SEPREC

Precatórios saneados	Atuados	428	848
	Devolvidos (peças)	420	
RPV's saneadas	Atuadas	414	725
	Devolvidas (peças)	311	
Expedientes (ofícios, mandados, memorandos, remessas, notificações)			3.529
Total geral			5.102

3.6 Seção de Apoio à Conciliação – SEACI¹

3.7 Seção de Cálculos Judiciais – SCALJ²

Expediente			
Memorandos expedidos	Ofícios	Visitas/reuniões/audiências	Pareceres técnicos
0	0	0	1.074

¹ Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Poder Judiciário, de 04.10.2011 (fls.5), Resolução Administrativa N° 38/2011, alterando a nomenclatura da Seção de Apoio à Conciliação – SEACI, vinculada à Divisão de Gestão de Precatórios, da Secretaria Judiciária da 2ª Instância, para Núcleo de Centralização de Execução e Conciliação – NUCECI, bem como transferindo a vinculação para a Secretaria-Geral da Presidência do TRT – 1ª Região.

² Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Poder Judiciário, de 07.07.2011 (fls.5), Resolução Administrativa N° 27/2011, extinguindo a Seção de Cálculos Judiciais – SCALJ, da Divisão de Gestão de Precatórios, da Secretaria Judiciária de 2ª Instância.

Seção de Apoio Operacional e Cerimonial – SEAOC

A Seção de Apoio Operacional e Cerimonial do Gabinete da Presidência tem por principal atribuição planejar, divulgar, operacionalizar e supervisionar solenidades e eventos institucionais, incluindo prestação de contas.

1. Ações implementadas

Posses

Evento	Data
Nova Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para o Biênio 2011-2013	Dia 25 de março, às 16h
Novos juízes Titulares	Dia 15 de setembro, às 16h
Mário Sérgio Medeiros Pinheiro no cargo de Desembargador Federal do Trabalho	Dia 10 de novembro, às 17h

Inaugurações

Evento	Data
Novas instalações das Varas do Trabalho no município de Nova Friburgo	Dia 26 de janeiro, às 11h30
Novas instalações das Varas do Trabalho no município de Nova Iguaçu	Dia 21 de março, às 11h
Novas instalações do Arquivo Judicial em São Cristóvão – município do Rio de Janeiro	Dia 4 de julho, às 11h
Novas instalações da Vara do Trabalho no município de Nilópolis	Dia 22 de agosto às 15h
Novas instalações do Protocolo da 1ª Instância da Justiça do Trabalho no Fórum da Rua Marquês do Lavradio	Dia 7 de outubro, às 11h
Novas instalações das Varas do Trabalho no município de Cabo Frio	Dia 14 de novembro, às 15h
Nova Vara do Trabalho no município de Barra Mansa	Dia 18 de novembro, às 15h
Novas instalações da Vara do Trabalho no município de Itaguaí	Dia 6 de dezembro, às 11h

Conferências, congressos e seminários

Evento	Data
Seminário "Trabalho Precoce e Direitos Humanos – A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculos ao desenvolvimento saudável e à cidadania" AMATRA-1	Dia 16 de maio, às 18h, e dias 17 e 18 de maio, das 8h30 às 18h
Congresso sobre Legislação Desportivo-Trabalhista	Dia 4 de agosto, às 18h, e dia 5 de agosto, das 9h às 19h 30
I Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente – Secretaria de Trabalho e Renda do Governo do Estado do Rio de Janeiro	Dias 14 e 15 de dezembro, das 8h às 17h

Eventos culturais

Evento	Data
Encontro de Corais – CCTRT/RJ	Dia 11 de maio
Exposição em Homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente – CCTRT/RJ	Dia 9 de junho
Lançamento do livro Trilhas Abertas na História do Direito – CCTRT/RJ	Dia 27 de junho, às 17h
Exposição "Cores e Contrastes" – CCTRT/RJ	Dia 7 de novembro
V Encontro de Empreendedorismo na Área Musical – CCTRT/RJ	Dia 16 de dezembro

Diversos

Evento	Data
70 Anos da Justiça do Trabalho	Dia 5 de maio
Projeto Ouvir é Legal – Fórum da Lavradio	Dia 11 de maio
Rede Nacional de Cooperação Judiciária – TRT-CNJ	Dia 1º de julho
Assinatura do Protocolo de Intenções da Campanha Estadual de Prevenção de Doenças e Acidentes do Trabalho	Dia 27 de julho, às 16h
Nomeação do Fórum Trabalhista de Petrópolis "Desembargador Carlos José Essinger Schafer"	Dia 19 de agosto, às 16h
Apresentação do Projeto "Passadiço Cultural"	Dia 12 de dezembro, às 16h





I Congresso Internacional sobre Legislação Desportivo-Trabalhista, realizado de 3 a 5 de agosto de 2011

Ouvidoria – OUV

A Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região foi criada por resolução do Órgão Especial, aprovada na sessão do dia 18 de maio de 2003 e sua implantação foi regulamentada pelo Ato Nº 1354/2005, pela Resolução 09/2006 e de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução Nº 103/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

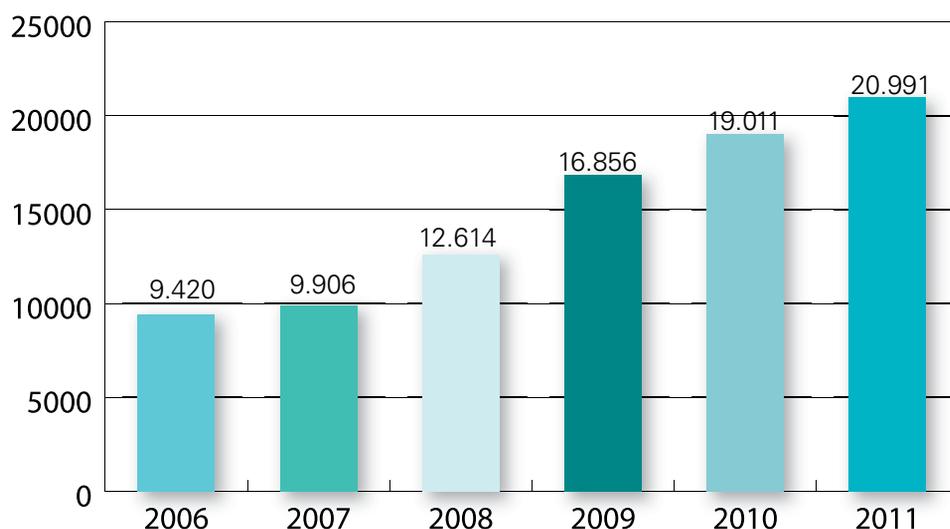
Compete à Ouvidoria garantir um permanente canal de comunicação entre a sociedade e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, recebendo elogios, críticas, reclamações, denúncias, sugestões de aprimoramento ou prestando informações acerca dos serviços. Sua missão é tornar a Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro mais próxima do cidadão, ouvindo sua opinião acerca dos serviços e, com base nela, colaborar para elevar o nível de excelência das atividades, sugerindo medidas de aprimoramento e buscando soluções para os problemas apontados.

1. Manifestações recebidas

Em 2011, foram realizados 20.991 atendimentos, representando um incremento de 10% em relação ao atendimento prestado em 2010. Destaca-se que, de 2006 a dezembro de 2011, foram contabilizados 88.798 atendimentos.

Para atendimento dessa crescente demanda, que revela a necessidade da sociedade interagir com o Poder Judiciário, além do Juiz-Ouvidor, desembargador eleito pelo Tribunal Pleno, que atende partes, advogados, magistrados e servidores sempre que solicitado, encontram-se lotados na Ouvidoria 9 (nove) servidores, sendo 3 (três), exclusivamente, para atendimento telefônico.

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS - TOTAL 88.798¹



1 Não contabilizadas as recebidas em 2005, em virtude de não possuir sistema informatizado - SISOUV

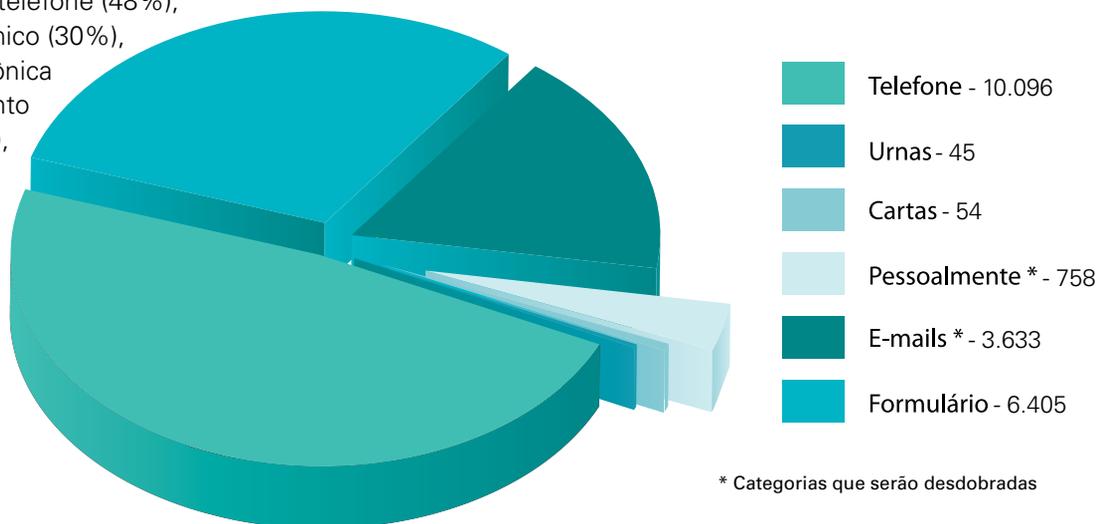
2. Canais de atendimento

A Ouvidoria recebe manifestações através dos seguintes canais: atendimento telefônico, formulário eletrônico, mensagem eletrônica, atendimento presencial, urnas, cartas e fax. São, ao todo, 7 (sete) canais de atendimento, além de colaborar, às terças-feiras, com a coluna “Carta Branca – Lei Trabalhista” do Jornal EXTRA.

Em 2011, um novo canal foi colocado à disposição da sociedade, com a implantação da ação estratégica denominada **“OUVIR É LEGAL”**, que tem o objetivo de aprimorar a comunicação com os públicos externo e interno, ampliando o acesso à Justiça e, consequentemente, aperfeiçoando a prestação jurisdicional. Consiste em deslocar parte da equipe da Ouvidoria para os foros que possuam mais de três varas, em datas pré-determinadas, considerando o elevado número de pessoas que circulam nesses locais.

O **“OUVIR É LEGAL”** estreou como projeto piloto na Cidade de Deus, em 30 de abril, quando o TRT/RJ participou da primeira ação itinerante da Casa de Direitos na comunidade. O projeto foi implantado nos foros da Capital e de Niterói, em 12 de maio e 11 de novembro, onde a equipe passou a atender às quintas e quartas, respectivamente.

Em ordem de preferência, em 2011, os canais mais utilizados foram: telefone (48%), formulário eletrônico (30%), mensagem eletrônica (17%), atendimento presencial (3,6%), cartas (0,25%) e urnas (0,24%) e não foram recebidas manifestações por fax.

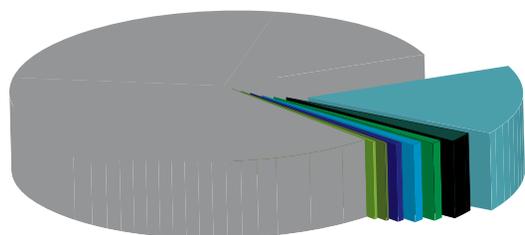


2.1 Quanto ao desdobramento de parte do gráfico anterior

O desdobramento do quadro de manifestações recebidas por mensagem eletrônica decorre da necessidade de quantificar, para melhor facilitar o trabalho de resposta, aquelas encaminhadas diretamente do usuário para a caixa de correio eletrônico da Ouvidoria; as demandadas pelos usuários que procuram a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, repassando as questões por e-mail; e as recebidas por intermédio do Jornal Extra, que recebe dúvidas dos leitores e, da mesma forma feita pela Ouvidoria do CNJ, as repassam para a caixa de entrada deste Regional.

Quanto ao atendimento presencial, o desdobramento foi feito considerando haver quatro modalidades de atender o cidadão que procura a Ouvidoria pessoalmente. São elas: atendimento realizado na sede da Ouvidoria, nas atividades itinerantes, quais sejam: os projetos "CASA DE DIREITOS" e "SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO", e aquele efetivado nos postos de atendimento dos foros da Lavradio e de Niterói.

DESDOBRAMENTOS

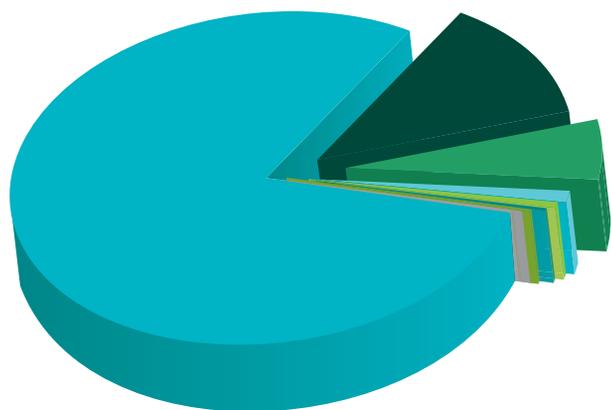


Usuário - Ouvidoria (3358)	Ouvir é Legal (186)
Via Jornal Extra (170)	SN Conciliação (138)
Via CNJ (105)	Casa de Direitos (9)
Sede (425)	

2.2 Áreas de atuação

Em 2011, quem mais interagiu com a Ouvidoria foram os jurisdicionados, com o total de 16.688 manifestantes, correspondendo a mais de 80% da categoria por área de atuação, seguidos de advogados, servidores, estagiários, concursados, magistrados e peritos judiciais. O equivalente a 6%, mais precisamente 1.238 usuários, optaram por não informar seu relacionamento com a Instituição.

RELACIONAMENTO COM A INSTITUIÇÃO



Peritos - 13	Advogados - 2.655
Magistrados - 15	Não Informado - 1.238
Concursados - 41	Servidores - 231
Estagiários - 110	Jurisdicionados - 16.688

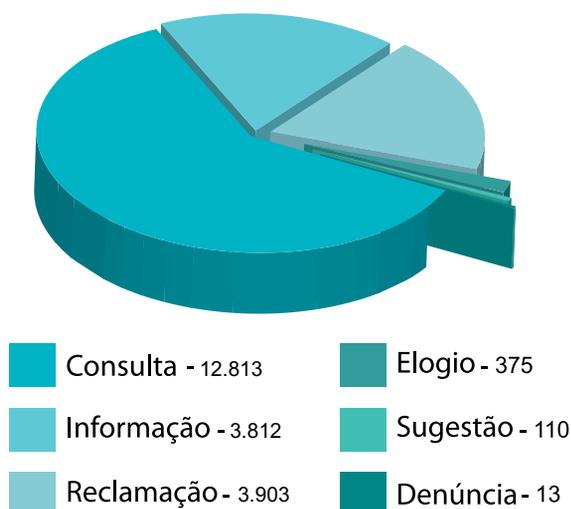
2.3 Categoria das manifestações

Na esfera das categorias, as mais abordadas em 2011 foram a CONSULTA PROCESSUAL (61%), seguida por RECLAMAÇÃO (18,59%), PEDIDO DE INFORMAÇÃO (18,16), ELOGIO (1,79), SUGESTÃO DE APRIMORAMENTO (0,36) e DENÚNCIA (0,06).

Merece destacar que, dos 20.991 atendimentos realizados, menos de 19% foram classificados na categoria “reclamação”, o que corresponde a uma significativa redução na demanda histórica dessa categoria, que se situava na faixa de 27%, e somente 1,6% geraram comunicação à Corregedoria Regional,

o que demonstra o empenho das unidades em dar a resposta de forma célere e consistente, vindo a facilitar sobremaneira o trabalho da OUVIDORIA, especialmente junto ao usuário externo, produzindo uma sensível melhora na qualidade do atendimento prestado.

Isso significa ainda que aproximadamente 80% das manifestações são respondidas de pronto pela própria equipe da Ouvidoria, seja por consulta ao sítio e, principalmente, pelo Sistema de Acompanhamento Processual.



2.4 Ações continuadas e outras implementadas

- Para melhor situar o usuário dos serviços prestados, foi elaborada uma modernização na página da Ouvidoria, que transformou a antiga página numa nova, com visual mais “clean” e despoluído;
- Em 2011, mais de 150, dentre magistrados e servi-

dores, já assistiram à palestra “Ouvidoria – canal de cidadania”, proferida nos Cursos de Ambientação promovidos pela Escola Judicial e pela ESACS;

- Foi implantada a ação estratégica denominada “**OUVIR É LEGAL**”, nos foros do Lavradio e Niterói, além dos atendimentos na Cidade de Deus e Semana

Nacional de Conciliação e Execução. A implantação proporcionou um incremento de 89% quanto ao número de atendimentos presenciais em relação aos anos anteriores;

- A Ouvidoria colaborou, com esclarecimentos à população, na Semana Nacional de Conciliação e Execução, realizando 138 atendimentos em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nas tendas que abrigaram estruturas dos Tribunais fluminenses;
- Apoio à atividade correicional – as relações institucionais entre Ouvidoria e Corregedoria mantêm-se em contínuo avanço. Foram enviados relatórios simplificados de todas as Varas do Trabalho, SEAPOs e dos Postos Avançados, contendo dados como número de reclamações recebidas/solucionadas e elogios. Considera-se

uma de nossas melhores práticas deste Regional a utilização, pela equipe de correição, de relatórios simplificados da Ouvidoria, pois tal prática é nada mais que mostrar a percepção do usuário aos órgãos responsáveis pela boa entrega da prestação jurisdicional;

- Conforme entendimentos mantidos entre o Juiz-Corregedor e o Juiz-Ouvidor, um e-mail deveria ser enviado à Corregedoria, quando uma ou mais Varas atingissem o montante de 30 reclamações no decorrer do ano. Portanto, de acordo com pesquisas realizadas constantemente, a cada 15 ou 30 dias, tais informações foram sendo enviadas, contendo a denominação da unidade e o número exato de reclamações.



Ouvidoria do TRT/RJ participa da 2ª ação itinerante da Casa de Direitos, na Cidade de Deus, em 2.7.11

Escola Judicial do TRT da 1ª Região – EJ1

1. Formação inicial e continuada

1.1 Clipping digital

A Escola deu continuidade, durante todo o ano de 2011, à atividade de clipagem, iniciada em 1º de junho de 2009, identificando referências a temas de interesse dos magistrados e de gerenciamento de seus conteúdos, através de uma seleção semanal efetuada em diversos sítios: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Associação dos Magistrados Brasileiros, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Consultor Jurídico e Direito Vivo, dentre outros. As notícias, disponibilizadas por sítio, resumidas em manchetes e enviadas por e-mail, visam à agilização do processo seletivo efetuado pelo magistrado, otimizando seu tempo.

1.2 Tempo do juiz: dinâmica entre trabalho, aperfeiçoamento e pesquisa (28 de janeiro)

Mesa-redonda coordenada pelo Juiz do TRT/RJ, Roberto da Silva Fragale Filho, realizada com os magistrados em processo de vitaliciamento.

1.3 A segurança do juiz: posturas e medidas preventivas aos fatores de risco à segurança pessoal e familiar (24 de fevereiro)

Palestra ministrada pelo Coronel Francisco Costa Matias de Carvalho, Diretor-Geral de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo Tenente-Coronel Eduardo Jany, comandante do Batalhão

Antiterrorismo dos Marines (EUA) e pelo Major Milton Luiz Fernandes dos Santos, Chefe da Seção de Apoio Externo e Institucional do TRT da 1ª Região, tendo como objetivo orientar o magistrado na adoção de posturas e medidas preventivas aos fatores de risco à segurança pessoal e familiar, no exercício da profissão.

1.4 Oficina de tutoria (25 de fevereiro)

Coordenada pelo Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, diretor da Escola, e pelo juiz Roberto da Silva Fragale Filho, com o objetivo de preparar juízes Titulares para funcionar como tutores dos juízes Substitutos ao longo do módulo regional concentrado de formação inicial. Participaram como palestrantes os juízes do TRT/RJ Cláudio Olímpio Lemos de Carvalho e Glauco Rodrigues Becho.

1.5 3º Curso de formação inicial de novos juízes do trabalho

Dividido em duas etapas: 1º a 18 de março e 18 de abril a 30 de maio, intercalado pelo Módulo Nacional, em Brasília. Partindo da Resolução Administrativa Nº 1/2008, atualizada pela Resolução Nº 7/2010, ambas da ENAMAT, e da necessidade de integração dos magistrados à estrutura organizacional do TRT da 1ª Região, este curso teve como objetivos apresentar a organização da gestão do Tribunal, analisar casos concretos, manobrando com temas relevantes do momento, levantar questões relacionadas à vida profissional e oferecer uma visão multidisciplinar, a fim de auxiliar os novos magistrados em sua atividade judicante e em seu relacionamento com todas as pessoas envolvidas no processo.

1.6 Sistema JURISCALC (17 e 18 de março)

Curso ministrado pelo servidor do TRT da 8ª Região, Alacid Correa Guerreiro. Apresentação de uma ferramenta de trabalho, desenvolvida pela 8ª Região, objetivando agilizar o prazo médio para elaboração de cálculos de liquidação; desenvolver um sistema integrado de cálculos judiciais trabalhistas; cumprir a exigência, a partir da implantação do rito sumaríssimo trabalhista, de que as partes apresentem os cálculos no ajuizamento da ação e de que os litigantes formulem impugnações fundamentadas à conta, sob pena de não conhecimento do recurso e suprir a lacuna de uma ausência de padronização entre as soluções adotadas para apuração das quantias decorrentes de condenações trabalhistas.

1.7 A coleta da prova oral (26 de maio)

Curso ministrado pelo agente da Polícia Federal Oscar Marcelo Silveira de Silveira, com o objetivo de auxiliar o magistrado a obter a colaboração de quem passa o conhecimento, incrementar a qualidade/quantidade do conhecimento colhido, incentivar a veracidade nas narrativas e detectar mentiras inseridas no discurso.

1.8 Exigência de rápida solução dos litígios processuais do trabalho (30 de maio)

Palestra proferida pelo Ministro Aloysio Correa da Veiga, diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho – ENAMAT.

1.9 Poder e competência: dramas, tramas e traumas (3 de junho)

Palestra ministrada pelo professor Mario Sergio Cortella, com o objetivo de conduzir à reflexão acerca da ética no trabalho, relações interpessoais, valores, preconceitos, versatilidade, ousadia, exercício do poder e da autoridade, através de um conteúdo filosófico, aplicado tanto à vida profissional quanto à pessoal.

1.10 Procedimentos administrativos I (17 de junho)

Primeira parte do curso ministrado pelo professor Guilherme Peña de Moraes, Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Doutorando em Direito Constitucional também pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, abordando a Teoria Geral do Processo Administrativo.

1.11 Processo Eletrônico I (27 de junho)

Primeira parte do curso ministrado pelos advogados Ana Amélia Menna Barreto e Walter Capanema, com o objetivo de discutir o sistema de peticionamento eletrônico da Justiça Trabalhista, as polêmicas por ele geradas e a legislação pertinente.

1.12 Processo Eletrônico II (4 de julho)

Segunda parte do curso ministrado pelos advogados Ana Amélia Menna Barreto e Walter Capanema

13. Procedimentos Administrativos II (15 de julho)

Segunda parte do curso ministrado pelo professor Guilherme Peña de Moraes, abordando o Controle da Administração Pública no Poder Judiciário.

1.14 Trabalho subordinado e autônomo, em cooperação e parceria. Uma breve exposição do sistema italiano. (15 de agosto)

Palestra ministrada pelo professor Fabio Petrucci, Doutor em Direito do Trabalho pela Università degli Studi di Roma La Sapienza, Itália.

1.15 Qualidade na Comunicação (19 e 26 de agosto)

Curso ministrado pelo professor Sergio Nogueira Duarte da Silva, com o objetivo de abordar as qualidades da comunicação escrita e os vícios de linguagem.

1.16 Português Jurídico para magistrados – EAD (5 de setembro a 14 de outubro)

Curso na modalidade à distância, organizado pelo Instituto Educere, com o objetivo de discutir temas como: a importância da linguagem na atividade jurídica; padronizações e normalizações; expressões e vocabulários; erros de preciosismo, rebuscamento ou coloquialismo; dúvidas comuns no uso adequado de expressões jurídicas; qualidades e defeitos de um texto; princípios de um texto adequado; pensamento dedutivo e indutivo; linguagem adequada em órgãos públicos; organização do pensamento; novo acordo ortográfico e aspectos gramaticais.

1.17 Decisões judiciais, precedentes e criação judicial do direito: possibilidades e limites (16 de setembro)

Palestra ministrada pelo Desembargador Eugênio Facchini Neto, do Tribunal do Rio Grande do Sul, abordando a inevitabilidade da criação judicial do Direito e os argumentos contrários à criação judicial do Direito e ao “ativismo judicial”.

1.18 Media Training para Magistrados (21 de outubro)

Curso ministrado pelo coordenador de comunicação do TRT/13ª Região, José Vieira Neto, com o objetivo de potencializar as ferramentas de comunicação e fortalecer a imagem das instituições.

1.19 Fundamentos constitucionais da Previdência Social (7 de novembro)

Palestra ministrada pelo juiz Milton Vasques Thibau de Almeida, do TRT da 3ª Região, abordando o surgimento e o desenvolvimento histórico da Previdência Social no plano constitucional brasileiro, enfocando o Sistema de Seguridade Social.

1.20 I Fórum Gestão Judiciária: a Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro (21 a 25 de novembro)

Teve por objetivo institucionalizar, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, através de debates, um sistema de comprometimento dos desembargadores e juízes de 1ª Instância com a gestão judiciária e a administração da justiça, focando, especialmente, a gestão de pessoas e a gestão por processos, valorizando a experiência na dinâmica da atividade jurisdicional, definindo e implementando processos de melhoria, além de promover um intercâmbio profissional, através da prática de cooperação entre os dois graus de jurisdição. Estiveram presentes 183 magistrados. Das 175 propostas encaminhadas à EJ1, 97 foram levadas à Plenária para deliberação, sendo ao final aprovadas 90 diretrizes de ação.

Para a realização do Fórum, a Escola Judicial promoveu a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, que incluiu o planejamento operacional, execução, acompanhamento

e fornecimento de bens e apoio logístico. O programa do evento foi submetido à avaliação acadêmica da ENAMAT, que concordou com o projeto apresentado pela Escola Judicial, o que possibilitou, inclusive, a descentralização de crédito da Escola Nacional para custear parcialmente as despesas necessárias para a realização do Fórum.

1.21 Atividades realizadas através de EAD

Dentro do objetivo de aprimorar as ferramentas de trabalho, ocorreram participações dos magistrados em ações pedagógicas realizadas pela ENAMAT, na modalidade à distância (Cursos de Administração de Vara do Trabalho e Efetividade da Execução Trabalhista) e na modalidade presencial (Gestão de Escolas Judiciais e Teoria Geral do Processo Eletrônico).

1.22 Ratificação do convênio com a AMATRA-1 e o TRT/RJ

Por requerimento da direção da Escola Judicial, a gestão que assumiu a Presidência do TRT/RJ para o biênio 2011/2013 revogou a decisão da gestão anterior de denunciar o convênio tripartite celebrado entre o TRT/RJ, a Escola Judicial e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região – AMATRA-1, para o aproveitamento dos recursos extraorçamentários decorrentes da contraprestação de cursos preparatórios para a magistratura trabalhista arrecadados até 2007. Atualmente, o montante desses recursos, denominados Superávit/Lucro Acumulado, totaliza mais de R\$900,00 (novecentos mil reais).

O requerimento da Escola Judicial fundamentou-se na regulamentação, no âmbito deste Regional, de Ato Normativo que permitirá a contratação e pagamento de

profissionais de ensino, bem como outros eventos de natureza institucional da Escola.

Outra importante justificativa para a manutenção do convênio baseou-se nos futuros e necessários investimentos em ensino à distância (EAD), o que já foi, inclusive, tratado pela ENAMAT por meio da Resolução Nº 6/2010.

Acolhendo as razões aduzidas pela Escola Judicial, a Presidência revogou a decisão de denúncia e o convênio foi ratificado pelos convenientes, acarretando a disponibilização de recursos necessários para o bom cumprimento do seu mister institucional.

No exercício de 2011, os recursos da verba Superávit/Lucro Acumulado custearam as despesas com a contratação dos eminentes professores Mário Sérgio Cortella e Marco Aurélio Ferreira Vianna que proferiram palestras durante o I Fórum Gestão Judiciária.

1.23 Edição de Ato Normativo para remuneração de instrutores

Em atendimento à Recomendação Nº 10, de 9 de março de 2010, do CSJT, referente à aplicação nos Tribunais das disposições fixadas no Ato Conjunto TST.ENAMAT Nº 3, de 24 de fevereiro de 2010, o TRT/RJ, por meio de proposta da Escola Judicial, editou o Ato Nº 61/2011, que regulamentou a contratação e o pagamento de profissionais de ensino nos processos de seleção, formação e aperfeiçoamento de magistrados do Trabalho em outras atividades desenvolvidas pela Escola Judicial.

A edição do Ato Nº 61/2011 permitirá, atendidos os requisitos legais, a contratação simplificada e o pagamento de profissionais de ensino, por meio de credenciamento prévio, dispensando os complexos procedimentos da contratação pública ordinária.

Escola de Administração e Capacitação de Servidores – ESACS

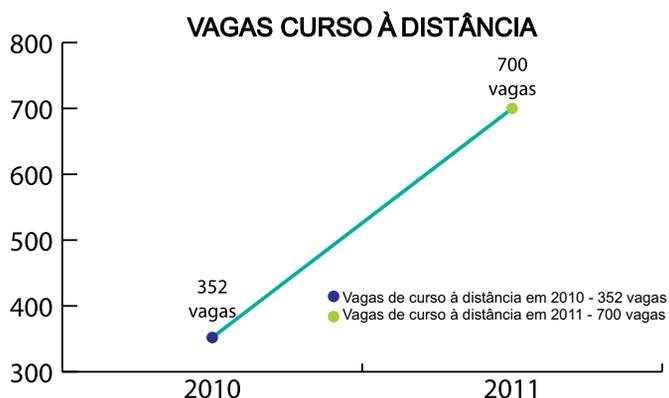
Mais oportunidades de treinamento para quem é lotado em unidades fora da capital e alto índice de satisfação dos participantes – foram resultados apresentados pela Escola de Administração e Capacitação de Servidores (ESACS), que no decorrer de 2011, promoveu atividades de treinamento para aproximadamente 4.000 servidores e 264 estagiários, de nível médio, vindos da rede pública estadual.

A ESACS contribui para o desenvolvimento profissional dos servidores, atuando na implementação do programa de gestão por competências e, também, do adicional de qualificação, concedido aos servidores que fizeram cursos de pós-graduação ou participaram de ações de capacitação.

Para as atividades de treinamento e desenvolvimento, a escola dispõe de seis salas de aula e um laboratório de informática em sua sede, no Edifício Barão de Mauá, e em salas multifuncionais (aulas e informática) localizadas em Niterói e Duque de Caxias e na sala de aula em Campos dos Goytacazes. Neste último caso, vale destacar que o convênio que permitiu a capacitação dos servidores do norte fluminense foi feito com instituição educacional local (processo TRT-SLG – 010/2008).

1. Ações e resultados

Em 2011, a ESACS atuou de forma inovadora, ampliando as oportunidades de treinamento para servidores lotados em outros municípios do Estado por meio da primeira contratação de curso a distância. Além das vagas oferecidas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), as aproximadamente 500 (quinhentas) vagas contratadas do curso “Português Jurídico” foram totalmente preenchidas pelos servidores de todas as áreas do Tribunal e representou, conforme quadro abaixo, um aumento de 100% (cem por cento) da oferta de curso a distância em relação ao ano anterior.



A Escola também atuou de maneira decisiva em projetos do Tribunal, promovendo o treinamento para a implantação do JURISCALC, do sistema e-Gestão (2º Grau), da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, dentre outras ações de treinamento previstas no Plano Anual de Capacitação (PAC), que contempla as necessidades de treinamento indicadas pelos gestores das unidades da instituição e pelas lacunas de competências identificadas pela Escola, em conformidade com o Planejamento Estratégico da Corte.

2. Quantitativo de Participações

Superando a meta estabelecida para o ano (2.200 participações), foram obtidas 2.722 participações em 2011. Tal resultado reflete amplo alcance, em comparação com o exercício anterior:

Participações em atividades de treinamento	Presencial	À distância	Total
2010	2648	257	2905
2011	2138	584	2722

A redução do total de participações em 2011, se comparado ao ano anterior, foi proporcional ao investimento realizado em ações de treinamento em Tecnologia da Informação. Neste particular, importa destacar que mais de 20% (vinte por cento) do orçamento disponibilizado para a capacitação de servidores foi destinado àquela área, possibilitando, inclusive, a realização do Projeto Estratégico PE 10 - GOVERNANÇA E PLANO ESTRATÉGICO DE TIC.

Ciente de seu papel estratégico na instituição, a Escola atuou cumulativamente às atividades previstas no Plano Anual de Capacitação, na realização dos Projetos Estratégicos PE 20 – DIFE-1 **Em busca do atendimento eficaz**; e PE 22 – **Eficácia no recebimento e remessa de peças processuais**, e vem atuado em parceria com os respectivos gestores, na implementação do PE 08 – **Livro Falado**.

3. Gestão Orçamentária – Capacitação de Recursos Humanos

Em 2011, a ESACS executou integralmente o orçamento disponibilizado, que foi de R\$ 916.448,00 (novecentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) para a contratação de treinamentos externos, pagamento de instrutores internos, concessão de diárias/passagens aéreas e de ressarcimento de despesas com transporte dos participantes das atividades de treinamento promovidas para os servidores.

4. Gestão por Competências

Na sua missão de orientar comportamentos, iniciativas e atitudes, a Escola vem promovendo ampla divulgação dos conceitos relacionados à implantação da gestão de competências no TRT da 1ª Região. As matrizes de competências, refletindo as sugestões dos gestores das

unidades, logo depois de validadas são disponibilizadas na intranet para consulta, com esclarecimentos sobre o tema.

O indicador de desempenho dessa área pode ser observado no quadro a seguir.

Indicador	2010	2011
Índices de lacunas de competências eliminadas	24,7%	24,8%

5. Programa de Estágio

O programa de estágio de ensino médio se iniciou em 2002 e teve constante crescimento de participações nos últimos anos. Houve redução do número de estudantes em 2009, em função da disponibilidade orçamentária naquele exercício, mas em 2010 tivemos o retorno do segundo estagiário para as Varas de Trabalho, mantido em 2011.

Ano	Quantidade de estagiários
2010	264
2011	266

O estágio de nível superior (PE-17/Processo TRT-DIN 23/10) foi aprovado pelo Conselho de Gestão Estratégica (CGE) nos novos moldes propostos pela ESACS. O projeto foi subdividido em subprojeto 1: estágio de nível superior nas Unidades Administrativas e subprojeto 2 : estágio de nível superior nas Varas do Trabalho da capital e de Niterói. Ambos os subprojetos têm previsão de implementação em 2012. Os convênios com Universidades para concessão de estágio de nível superior são formalizados e acompanhados no Processo TRT-SLG 36/11.

A área de estágio também acompanha o desempenho de seu trabalho a partir do indicador, a seguir demonstrado:

Indicador	2010	2011
Índice de conclusão de estágio	82,12%	83,58%

6. Projetos da Divisão de Desenvolvimento Profissional

Projeto	Objetivo	Situação
Estágios de Nível Superior: subprojeto 1: estágio de nível superior nas Unidades Administrativas subprojeto 2 : estágio de nível superior nas Varas do Trabalho da capital e de Niterói	Criar e manter um espírito de renovação e oxigenação permanentes, proporcionando um canal eficiente para acompanhamento de avanços conceituais nesta Instituição, obtidos através do contato com estudantes universitários	Em fase de implementação do subprojeto 1
Ensino à distância	Implantar o ensino à distância com uso da internet para realizar ações de treinamento, com foco maior no servidor lotado fora da capital	Implantação iniciada em 2010, através de tutoriais autoinstrutivos; teve continuidade em 2011 com treinamento interno dos servidores da ESACS e EJ1 na plataforma <i>Moodle</i>
Banco de talentos para ex-estagiários de nível médio (ação estratégica)	Auxiliar na inclusão de ex-estagiários de nível médio no mercado de trabalho	Cancelada (cancelamento aprovado pelo CGE)

7. Adicional de Qualificação

A criação do Adicional de Qualificação, pela Lei nº 11.416/2006, acarretou aumento da demanda dos cursos oferecidos pela ESACS. Em 2011, o impacto de tal medida permaneceu, cabendo à ESACS validar ou não tais cursos, para fins do Adicional de Qualificação.

A ESACS procedeu ainda, ao registro no sistema Ergon de mais de 2.700 (dois mil e setecentos) processos do Adicional de Qualificação, abrangendo as atividades de análise, avaliação, conferência e publicação das decisões.

A Tabela de Correlação de áreas de interesse do TRT/RJ com Cargos e Funções é atualizada periodicamente, o que acarreta pedidos de reconsideração, sendo atendidos inúmeros questionamentos de servidores.

Assessoria Jurídica – AJU

A Assessoria Jurídica da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região rege-se em conformidade com as atribuições previstas no Ato Nº 40, de 27 de maio de 2010, sendo órgão vinculado diretamente à Presidência, criado para lhe prestar assessoramento jurídico nas matérias em que sua apreciação seja necessária, na forma da lei, ou tida por pertinente.

As manifestações da Assessoria Jurídica são submetidas à apreciação e aprovação pela Presidência, materializando-se em pareceres e despachos (estes de cunho não opinativo).

O objeto de atuação da Assessoria Jurídica estende-se às diversas áreas do Direito, em especial Direito Constitucional, Administrativo, Financeiro-Orçamentário, Trabalhista, Civil, Processual Civil e Tributário.

Conforme ocorrera no ano anterior, em 2011 as funções de assessoramento jurídico estiveram, quase em sua totalidade, vinculadas às atividades de natureza administrativa do Tribunal, destacando-se a elaboração de pareceres em matéria de contratação administrativa (nos termos da Lei Nº 8.666/1993) e de pessoal, considerando, ainda, a solução de divergência de entendimento entre unidades administrativas do Tribunal.

O órgão jurídico proferiu manifestação, igualmente, em relação a minutas de atos normativos propostos pelos órgãos internos, quando encaminhadas pela Presidência.

No caso de ações judiciais, em apoio à atividade desempenhada pela Advocacia-Geral da União, e no bojo de procedimentos de controle administrativo perante o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, a atividade da Assessoria Jurídica demandou, em regra, manifestação urgente, a qual se referiu, em síntese, ao assessoramento à Presidência quanto à matéria de fundo e posterior elaboração de minutas de ofícios com informações a serem prestadas às respectivas entidades.

Em matéria de contratações administrativas, a Assessoria Jurídica elaborou 391 pareceres, envolvendo

tanto a análise e aprovação de minutas de edital de licitação e de contrato, nas diversas modalidades (pregão, convite, tomada de preços e concorrência) – sendo vários os casos de aquisição na sistemática de registro de preços, como processos de contratação direta, por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação, assim como as respectivas minutas de contrato. Além disso, foram apreciadas minutas de convênios, acordos e termos aditivos aos instrumentos já firmados.

Neste campo, foram realizadas análises jurídicas em todas as contratações realizadas pelo Tribunal, compreendendo, em apertada síntese, desde obras e serviços de engenharia; serviços e aquisições na área de tecnologia da informação; serviços comuns ou especializados e aquisições em geral. Quanto aos termos aditivos, em sua maioria referiram-se a hipóteses de alteração quantitativa do objeto ou reajustes/repactuações do preço contratado em serviços de prestação continuada.

1. Pareceres na área de contratação/ convênios e demais ajustes

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Pregão (incluindo RP)		8	3	6	7	13	12	10	11	20	11	8
Adesão a RP	-	-	1	-	-	1	3	2	1	5	2	-
Convênio	-	1	-	-	1	2	1	-	1	1	2	-
Termo aditivo	3	5	4	3	4	5	4	10	7	9	3	12
Inexigibilidade	-	1	3	11	4	4	-	4	10	6	5	-
Dispensa	3	1	-	2	1	-	2	-	1	2	7	1
Outros	12	9	12	5	12	11	4	12	10	10	8	7
Concorrência	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Total	24	25	23	28	29	36	26	38	42	54	38	28

Alguns dos expedientes e processos encaminhados à Assessoria Jurídica foram analisados em caráter de urgência, nos termos do procedimento fixado pela Portaria

Nº 32/2007, art. 4º, § 2º, consoante os números que seguem, salvo casos não contabilizados de solicitação de priorização de análise:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Urgente	3	8	1	1	6	5	4	4	1	4	3	1

No que se refere à matéria de pessoal, o exame da Assessoria Jurídica é provocado por divergência de entendimento de natureza jurídica entre unidades administrativas do Tribunal; para a análise de atos normativos ou em procedimentos disciplinares e de revisão de aposentadoria/pensão.

Nestes casos, o exame em caráter de urgência é excepcional, não obstante haja constante preocupação em se proceder à análise com a brevidade necessária, não

só em consideração aos direitos pessoais do servidor, mas também para que não se opere a prescrição, especialmente nos processos de sindicância. Além disso, é dado tratamento prioritário nos processos administrativos que envolvem direitos de idosos.

Foram elaborados 138 Pareceres nesta atuação específica, sendo os números mensais expressos da seguinte forma:

2. Pareceres na área de pessoal

Assunto/Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Revisão e Após/Pensão	3	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	1
Proc. disciplinares	4	4	4	15	3	5	7	6	5	7	6	2
Outros	5	7	1	3	2	7	1	7	9	10	6	3
Total	12	13	6	20	5	12	8	13	14	17	12	6

Neste total, também estão incluídas as análises de minutas de atos normativos do Tribunal.

No correr do ano, à exceção da função de Assistente Administrativo (FC-3), o quadro desta Assessoria Jurídica esteve completo, sendo composto por um Assessor da Presidência, um Assessor Jurídico, três Assistentes Jurídicos, um Assistente Secretário e dois Assistentes Administrativos.

No ano de 2011, esta Assessoria recebeu diversos processos administrativos e expedientes, **totalizando 656 entradas, somados 13 processos remanescentes de 2010**. Nem todos estes expedientes demandaram manifestação, e foram proferidos **89 despachos**.

Seguem os números de entrada, apurados mês a mês, conforme a tabela abaixo:

	Entradas	
	Processos	Expedientes
Janeiro	38	7
Fevereiro	39	11
Março	42	9
Abril	39	5
Maió	50	10
Junho	41	5
Julho	48	9
Agosto	67	7
Setembro	67	8
Outubro	60	3
Novembro	36	3
Dezembro	47	5
Somatório	574	82

Foram emitidos **529 Pareceres**, considerando, neste cálculo, os processos remanescentes do ano de 2010.

A produtividade e a qualidade da atividade desempenhada na Assessoria Jurídica demandou a participação

de seus integrantes em cursos diversos na área de licitação e contratos, bem como em matéria de pessoal, visando ao treinamento e aprimoramento nas funções desempenhadas.

Assessoria de Recurso de Revista – ARR

Ações pontuais na Assessoria de Recurso de Revista – ARR influíram diretamente nos resultados alcançados, a saber:

- I A utilização do sistema e-Recurso;
- II A nova composição da ARR;
- III O trabalho conjunto com a Secretaria Judiciária de Segunda Instância (SJU-2);
- IV O comprometimento dos magistrados.

1. A utilização do sistema e-Recurso

Ao longo de 2011, o sistema e-Recurso se mostrou importante para a elaboração de despachos mais objetivos, céleres e padronizados, sem que com isso fosse prejudicada a qualidade de seu conteúdo.

Em junho, foi disponibilizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI à ARR a última versão do e-Recurso, totalmente compatível com a nova numeração única dos processos, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

2. A nova composição da ARR

Hoje a ARR, com a nova formação, vem mantendo sob controle, sem descuidar da qualidade, o número de recursos de revista pendentes de exame de admissibilidade, não havendo dentro de suas dependências atraso ou acúmulo de processos.

3. O trabalho conjunto com a SJU-2

A Secretaria Judiciária de Segunda Instância vem trabalhando em conjunto com a ARR, sempre atendendo todas as demandas da assessoria, no sentido de agilizar o trâmite e o envio dos recursos de revista, para que o exame de admissibilidade possa ser realizado com a maior brevidade possível.

4. O comprometimento dos magistrados

Os magistrados responsáveis pelo exame de admissibilidade dos recursos de revista (presidente, vice-presidente, Corregedor e vice-corregedora) têm atuado com bastante comprometimento, mostrando incansável disposição em cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ e CSJT, entre elas, imprimir maior celeridade aos despachos de admissibilidade, objetivando assim atender, de forma eficiente, às expectativas dos jurisdicionados.

5. Resultados numéricos no ano de 2011

Na tabela abaixo os dados relativos à coluna “**interpostos**” refletem o número de recursos de revista que ingressaram nas dependências da Corte nos meses em referência; na coluna “**despachados**” encontra-se a quantidade de recursos de revista, efetivamente, disponibilizada pela SJU-2 à ARR. Eventuais diferenças existentes entre o número de interpostos e despachados, em um mesmo mês, justificam-se pela existência de um quantitativo de recursos ainda em trânsito no Tribunal (Gabinetes, Turmas, SJU), que não podem, por diversas razões (julgamento de ED, abertura de volume, autuação, expedição de mandados, diligências, restaurações etc.), ser enviados, prontamente, à ARR para despacho, ficando muitas vezes para o mês ou ano subseqüentes.

	Entradas			
	Interpostos	Despachados	Admitidos	Não admitidos
Janeiro	1.058	1.363	137	1.226
Fevereiro	1.459	1.912	201	1.711
Março	1.475	1.504	150	1.354
Abril	1.387	1.307	125	1.182
Maio	2.050	1.611	161	1.450
Junho	1.460	1.829	219	1.610
Julho	1.716	1.890	211	1.679
Agosto	1.822	1.967	246	1.721
Setembro	1.877	1.949	201	1.748
Outubro	1.844	1.769	203	1.566
Novembro	1.398	1.754	164	1.590
Dezembro	1.077	1.034	92	942
Total:	18.623	19.889	2.110	17.779

A tabela mostra que no ano de 2011 foram interpostos 18.623 (+23,06% que 2010), 19.889 despachados (+16,52% que 2010); 2.110 admitidos (+22,96% que 2010), 17.779 não admitidos (+15,80% que 2010). Indica, ainda, que os recursos admitidos em relação aos despachados alcançou 10,61%, e de não admitidos em relação aos despachados alcançou 89,39%. A média mensal de interposição de recursos foi 1.551,91 e a de despachos foi 1.657,41, havendo assim a redução de um pequeno passivo de recursos de revista de anos anteriores, ainda existente nas dependências do Tribunal (Turmas, Gabinetes e Secretaria Judiciária).

Foram alcançados, plenamente, os dois principais objetivos traçados pela Administração deste Regional: o controle da quantidade de recursos de revista pendentes de despacho de admissibilidade e a busca incessante de sua qualidade.

Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADI

1. Adequação à Resolução Nº 63/2010 do CSJT

Em 2011, a Resolução Nº 63/2010 foi alterada e republicada. Com isso, o Tribunal teve que executar diversas ações para iniciar a adequação da estrutura organizacional às diretrizes estabelecidas pelo Conselho.

A ADI teve papel importante nessas ações, pois elaborou o Plano de Ação até 31/12/2012, de envio obrigatório ao Conselho, e a Proposta de Anteprojeto de Lei para aumento do quadro de servidores do Tribunal. Tais documentos foram ratificados pelo Comitê de Apoio à Administração (CAD) e pelo Órgão Especial.

Caso o Anteprojeto de Lei seja aprovado na íntegra, o Tribunal contará com mais 82 (oitenta e dois) cargos de Analista Judiciário – Apoio Especializado: Tecnologia da Informação, 171 (cento e setenta e um) cargos de Oficiais de Justiça e 675 (seiscentos e setenta e cinco) outros cargos de Analista Judiciário.

O quadro de servidores será aumentado em 30%, o que trará melhores condições de trabalho, gerando, em consequência, maior qualidade no serviço prestado à sociedade.

2. Sistema e-Gestão

A Assessoria de Desenvolvimento Institucional é integrante do Grupo Gestor Regional do Sistema **e-Gestão**, instituído pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – CGJT. Como o TRT/RJ foi o primeiro Regional a implantar o sistema nas duas instâncias, antecipando-se às determinações da CGJT, suspendeu-se a remessa de boletins estatísticos dos Órgãos Julgadores ao Nudest, que, por sua vez, passou a realizar uma série de validações dos dados de 1º e 2º graus, que são registrados no SAPWEB e disponibilizados pelo e-Gestão. Tais validações geram uma maior fidedignidade e confiabilidade às estatísticas oficiais do Tribunal que, no Plano Estratégico, eram consideradas como um ponto fraco da instituição.

Por conta do trabalho árduo do Grupo Gestor Regional, todas as informações estatísticas do Tribunal podem ser coletadas de forma confiável de uma única fonte, o que é de extrema importância para diversas atividades como, por exemplo, Correições Ordinárias e Extraordinárias, informação das Metas do CNJ, indicadores do Plano Estratégico, Relatório de Gestão do TCU e Justiça em Números do CNJ.

3. Instrução dos processos de acesso e promoção de juizes

Foram levantados e apresentados os dados estatísticos, com base nos critérios de merecimento, estabelecidos pela Resolução Administrativa Nº 28, de 14/10/2010, em 5 (cinco) processos de promoção de juizes Substitutos para preenchimento de cargo de juiz Titular e em 2 (dois) processos de acesso de magistrados ao 2º grau de jurisdição deste TRT.

4. Reunião de Análise Estratégica

A Resolução CNJ Nº 70/2009 dispõe que os Tribunais promoverão Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs trimestrais para acompanhamento dos resultados das metas fixadas, oportunidade em que poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho.

Atenta a tal determinação, a ADI promoveu 4 (quatro) RAEs em 2011:

- 1ª RAE de 2011, em 22/03/2011, que focou os indicadores estratégicos;
- 2ª RAE de 2011, realizada em 2 (duas) etapas. A primeira, em 28/06/2011 e a segunda, em 02/08/2011, sendo que em ambas foi focada a análise dos projetos estratégicos (PEs);

- 3º RAE de 2011, em 04/10/2011, em que mais uma vez se focou os indicadores estratégicos; e
- 4º RAE de 2011, em 12/12/2011, cujo foco foram as ações estratégicas (AEs) e, novamente, os projetos estratégicos.

No que tange às iniciativas estratégicas, foram promovidos diversos ajustes com o intuito de aprimorar o Plano Estratégico Plurianual 2010-2014 (PEP 2010-2014). Foram cancelados 5 (cinco) projetos estratégicos e 8 (oito) ações estratégicas, encerrados 9 (nove) projetos/subprojetos e 4 (quatro) AEs.

Além das iniciativas já existentes no início do ano, o CGE aprovou novas iniciativas: PE 37 – Processo Administrativo Eletrônico e PE 17 – Implantação do Estágio de Nível Superior (Subprojeto 2: Estágio de Nível Superior nas Varas do Trabalho da Capital e Niterói).

Tais ajustes determinaram a necessidade de atualizar o PEP 2010-2014, tendo sido publicada a sua revisão nas páginas da internet e da intranet do TRT da 1ª Região, após autorização da Presidência.

5. Dados estatísticos do Plano Estratégico

Em março e em setembro, objetivando executar fielmente o Plano Estratégico da instituição, foram apurados dados e elaborado material para apresentação ao Conselho de Gestão Estratégica, na I e III Reunião de Análise da Estratégia (RAE), realizadas, respectivamente, em 22/03/2011 e 04/10/2011. Por meio desse material é possível monitorar a estratégia do TRT/RJ, o qual atribui notas e faróis indicativos do desempenho de cada objetivo estratégico (OE), a partir de metodologia adaptada do Manual de Indicadores do GESPÚBLICA. Os indicadores que compõem cada OE recebem uma nota individual e são classificados conforme a dimensão que pretendem mensurar (efetividade, eficácia, eficiência, execução, excelência e economicidade).

O CGE constatou que os indicadores não estão

medindo de forma adequada os diversos esforços da instituição. Assim, a ADI, atualmente, está conduzindo junto aos gestores do Tribunal uma adequação do Plano Estratégico.

6. Gestão das iniciativas estratégicas

Em 04/10/2011, o Conselho de Gestão Estratégica – CGE aprovou o Manual de Gestão de Projetos Estratégicos. Este manual consolida os principais procedimentos e documentos a serem adotados na gestão dos projetos estratégicos – PEs, a partir da conciliação da metodologia de gerenciamento de projetos estabelecida no PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*) e das especificidades do TRT da 1ª Região.

Em paralelo à elaboração, aprovação e divulgação desse manual, a ADI atuou na orientação e apoio aos responsáveis pelos PEs, realizando, inclusive, reuniões específicas, dentre as quais se destacam as seguintes:

- Reunião com os patrocinadores e coordenadores, em 16/06/2011; e
- Reuniões com os gestores, no período de 11/07 a 30/08/2011.

Quanto às ações estratégicas – AEs, foram realizadas reuniões com os titulares das unidades responsáveis, no período de 25 a 28/10/2011, que permitiram um melhor conhecimento da situação atual de cada uma destas ações, além de ter sido apresentado o novo formulário para seu acompanhamento, com orientações sobre as demandas a serem apreciadas pelo CGE.

Como resultado dessa atuação, foi possível observar uma melhoria na disseminação do conhecimento e, por conseguinte, na qualidade das informações disponibilizadas pelos responsáveis, o que tem reflexo nas deliberações do CGE, que dispõe de mais dados para tomada de decisões. Além disso, é possível constatar um maior comprometimento dos responsáveis pelas iniciativas estratégicas, com a execução das ações conforme o planejamento inicial.

7. Padrões Administrativos do TRT/RJ – PAD

Em julho de 2011, o Núcleo de Gestão da Qualidade – Nugesq iniciou a revisão dos PAD, juntamente com as unidades com padrões já publicados.

Seguindo a metodologia de mapeamento dos processos, foram realizadas reuniões com representantes dos setores nas suas respectivas áreas. Os dados foram compilados e validados com os gestores, resultando em atualização e/ou construção de PAD, de forma que 60 PAD e 40 anexos entraram em revisão e 10 novos PAD e 2 novos anexos estão em construção.

Algumas revisões e construções estão em andamento como, por exemplo, a construção do PAD-TRT-10 – Gerenciar Indenizações de Ajuda de Custo, Diárias e Transportes que, por abranger diversas unidades deste Tribunal, envolveu a equipe em reuniões com as áreas interessadas, atuando também como facilitadora nas questões divergentes.

Está sendo desenvolvida, em conjunto com o GRACO, minuta de PAD de processo de expedição de alvará e arquivamento de autos, por solicitação da Diretoria-Geral, para posterior apreciação das Varas do Trabalho.

8. Sistema de Gestão Simplificado (SIG)

O SIG foi reiniciado em 14/11/2011 com um novo escopo e novo termo de abertura, tendo como objetivo geral criar um Sistema de Gestão, tanto nas unidades jurisdicionais quanto nas unidades administrativas, resultando em uma cultura de gerenciamento voltada para a melhoria contínua dos processos e com foco nos resultados.

Os principais marcos e entregas propostos são: continuidade na criação/atualização de padrões administrativos (PAD), elaboração de ferramenta de acompanhamento de capacitação, elaboração de plano de ge-

renciamento de rotina de trabalho, manual de gestão e treinamento dos gestores no SIG.

Os benefícios esperados com o projeto são: processos de trabalho mais ágeis, metas alcançadas, maior controle sobre a unidade, alinhamento ao plano estratégico, cultura de gerenciamento e capacitação do servidor de acordo com a função desempenhada.

9. Projeto de Mapeamento dos Processos de Serviços de mensageria – Processo TRT-DIN-03/11

Foi autuado processo administrativo de desenvolvimento institucional (DIN) para guarda dos dados e informações referentes ao Projeto de Mapeamento dos Processos de Serviços de Mensageria.

Esse projeto partiu da solicitação da Diretoria-Geral para elaboração, em parceria com a Divisão de Infraestrutura (DINF), de PAD de Processo de Mensageria, e tem como objetivo evitar o extravio de processos, aperfeiçoar o controle de sua movimentação sem perda da agilidade e ainda facilitar a localização dos autos quando do seu extravio.

Atualmente estão sendo realizadas reuniões com as áreas com maior movimentação processual e as próximas etapas serão mapeamento e modelagem do processo. A previsão de término do projeto é abril de 2012.

10. Estudos técnicos

A ADI realizou diversas análises técnicas ao longo do ano, sempre objetivando a geração de insumos para tomadas de decisões da instituição. Seguem algumas das análises e as respectivas unidades solicitantes:

- Análise das planilhas de avaliação técnica do Sistema de Priorização de Obras deste Regional (Diretoria-Geral e Secretaria de Manutenção e Obras);
- Análise da proposta de ranking de produtividade e resultados nos Tribunais Regionais do Trabalho no Brasil (Diretoria-Geral e CNJ);
- Análise sobre a relação entre Quantidade de Licenças Médicas de Magistrados e Movimentação Processual, para o período de 2007-2011 (Presidência e CGE);
- Análise sobre a Relação entre Quantidade de Licenças Médicas de Servidores e Movimentação Processual, para o período de 2007-2011 (Presidência e CGE).

11. Pesquisa sobre atendimento das Varas do Trabalho

Atendendo à solicitação dos gestores do GRACO, a ADI desenvolveu uma nova metodologia para a pesquisa de tempo de atendimento das Varas do Trabalho, assim como de satisfação dos clientes externos. O objetivo principal é estimar o tempo decorrido entre o horário de chegada à fila e o horário de término do atendimento, antes e após a atuação do Grupo, para verificação de possíveis melhorias nas rotinas de trabalho.

A pesquisa foi realizada nas seguintes Varas: 17ª VT/RJ, 21ª VT/RJ, 1ª VT/NT e 2ª VT/SG. Na 17ª VT/RJ e 2ª VT/SG, foram entrevistados 92 clientes e na 1ª VT/NT foram 63 respondentes. Na 21ª VT/RJ, as duas etapas (antes e após) foram realizadas, com um total de 92 pesquisados, por etapa. Todos os relatórios com as análises dos dados foram encaminhados aos gestores do GRACO.

12. Cadastramento e certificação digital

O Setor de Cadastramento – Setcad efetivou 800 cadastramentos por mês em diversos sistemas, como SAPWEB, e-DOC, Malote Digital e Carta Precatória

Eletrônica. Além dos novos cadastros, diversos ajustes foram efetuados nas bases de dados do SAPWEB. Com o saneamento, os dados estatísticos do sistema e-Gestão ficaram mais fidedignos.

No período de 25 a 29 de abril, foi realizado o processo de emissão de certificados digitais aos magistrados. Após convocação da Presidência, mais de 200 certificados digitais foram emitidos, sendo que toda a organização e logística foi atribuída ao Setcad.

Além das atividades de rotina para certificação de servidores junto à Caixa Econômica Federal, objetivando a implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, no mês de novembro, foi realizada uma força-tarefa para emissão de 194 certificações às Varas do Trabalho. Atualmente, todas as Varas contam com, ao menos, dois servidores certificados.

13. Disponibilização da produtividade de magistrados e estatísticas no Portal

Mensalmente, o Nudest, utilizando os dados do Sistema e-Gestão, elabora relatórios de produtividade de juízes Titulares e Substitutos e de desembargadores, disponibilizando-os na página principal do sítio deste Regional. Tal ação é resultado de uma Meta definida pelo CNJ para o Poder Judiciário em 2010 e que, atualmente, agregou-se às rotinas do Tribunal.

No decorrer do ano, a Presidência autorizou a publicação de outras estatísticas oficiais no Portal, e os relatórios estão em fase de produção e validação. A publicidade das informações gerará uma maior transparência aos resultados institucionais do Tribunal e, conseqüentemente, espera-se um aumento de desempenho.

Necessário ressaltar que a transparência é um dos valores institucionais definidos pelo Tribunal em seu Plano Estratégico.

Secretaria de Controle Interno – SCI

Controlar é, antes, orientar, avaliar, agir preventivamente e recomendar melhorias.

Como Órgão de Controle Interno, a Secretaria de Controle Interno traz os referenciais adotados no exercício das competências constitucionais e legais que lhe são afetas, com a finalidade de verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

Com amparo nas disposições do Ato Nº 78/2010 da Presidência, a SCI passou a desempenhar suas atribuições de forma cada vez mais proativa, antecipando-se aos problemas e às eventuais impropriedades detectadas por equipe de fiscalização e sugerindo ações corretivas, tornando-se, assim, elemento imprescindível para a eficiência e o aprimoramento da gestão.

No entanto, a eficácia da atividade de Controle Interno não se esgota no âmbito do que dispõe aquele Ato, devido ao modelo de controle por ele adotado, que requer a participação suplementar das demais Unidades Administrativas que praticam atos de cogestão, contribuindo, assim, para fortalecer as atividades de controle prévio e de controle de conformidade. Tais atividades passaram a ser realizadas também pelos sistemas e procedimentos de controles internos daquelas Unidades, recentemente implantados neste Regional pela Resolução Administrativa Nº 29/2010, com a alocação de funções específicas de Analistas Especializados (FC-5), cujos servidores ficaram responsáveis pela análise dos processos de contratação e respectivo apoio às iniciativas estratégicas específicas de cada Secretaria.

A transparência nos resultados dos trabalhos e na forma de atuação da SCI é de fundamental importância para o fortalecimento do Controle Interno. Nesse aspecto, a SCI busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito no exercício de 2011, destacam-se os Relatórios Trimestrais, que tornam disponíveis aos gestores deste Tribunal Regional avaliações, orientações e recomendações,

com o objetivo de corrigir falhas e melhorar a gestão e o desempenho das Unidades Administrativas, com reflexo na eficiência e efetividade da execução orçamentária.

Quanto ao aprimoramento dos processos de trabalho do Tribunal, teve especial destaque o mencionado Relatório Trimestral, que se constituiu, em essência, em uma fonte inestimável de informações, servindo de subsídio a uma melhor formulação de procedimentos nos processos licitatórios, ao incremento da qualidade de bens e serviços, à melhoria do desempenho dos controles internos das Unidades, bem como ao aprimoramento da legislação federal e à disseminação das melhores práticas observadas na Administração, a exemplo do Relatório de Auditoria realizado para avaliar a aderência dos procedimentos de contratação em relação aos critérios de sustentabilidade ambiental.

Importa consignar ainda a melhoria observada no desempenho das atividades da SCI, crédito que deve ser atribuído ao aprimoramento dos processos de trabalho; ao desenvolvimento de novas ferramentas e sistemáticas, em vista da atuação cada vez mais rigorosa e seletiva em áreas de relevância de pessoal, licitação e contratos; à busca de aperfeiçoamento na estrutura legal e normativa de suporte às atividades de controles interno e externo; ao trabalho de auditoria desenvolvido em parceria com diversos setores administrativos; e, na medida do possível, com o apoio da ESACS ao constante investimento em capacitação de seus servidores.

1. Fiscalizações

A SCI, por meio do Ato Nº 78/2010 e do documento denominado "MANUAL DE FISCALIZAÇÃO", instituído pela OS-SCI Nº 04/2010, baixada por força do art. 6º do supracitado Ato, estabeleceu princípios e normas que formam a base para o desenvolvimento das atividades de fiscalização e auditoria no âmbito deste Tribunal Regional.

O manual permite entender como funciona a SCI, como Unidade integrante do Sistema de Controle Interno, e estabelece padrões técnicos e de comportamento para que os trabalhos possam ser realizados com segurança, qualidade, consistência e objetividade.

A fiscalização exercida hoje pela SCI é realizada por meio de auditorias, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos, instrumentos previstos no Ato Nº 78/2010 deste Tribunal Regional.

A auditoria examina a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, bem como avalia o desempenho das Unidades Administrativas quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia. As auditorias também subsidiam a apreciação dos atos sujeitos a registro por parte do Tribunal de Contas da União.

A inspeção é utilizada para suprir omissões e lacunas de informações em processos administrativos, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos da Administração e de atos administrativos.

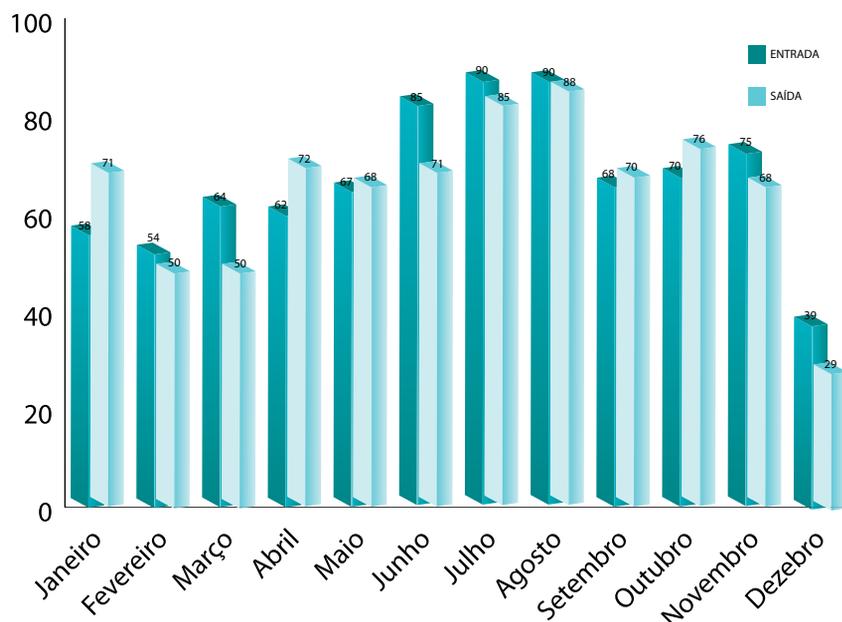
O levantamento tem por objetivo conhecer o funcionamento e a forma de atuação de determinada unidade/setor da Administração.

Por meio do acompanhamento, a SCI tem por escopo principal a verificação do cumprimento das determinações do

TCU, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Já o monitoramento verifica o cumprimento das suas recomendações feitas em processos de fiscalização realizada e os resultados delas advindos.

Para o ano de 2011, foram definidas as prioridades gerais de atuação da SCI que foram expressas no Plano de Fiscalização Anual, previamente aprovado pela Presidência do Tribunal. O documento, cuja elaboração contou com a participação de dirigentes e servidores da SCI, trouxe os objetivos que pautaram suas ações, além dos principais desafios enfrentados no dia-a-dia no cumprimento de sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, que em 2011 atingiu a casa dos R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais). No ano de 2011, foram examinados cerca de 798 processos, no âmbito das auditorias ordinárias previstas no Plano Anual de Fiscalização, conforme quadro adiante.



Ademais, foram realizadas auditorias especiais de diversas naturezas, que também contribuíram para o aprimoramento dos controles internos das unidades audi-

tadas e consequente melhoria do desempenho da área administrativa da instituição, conforme detalhamento adiante.

Tipo de fiscalização	Ação	Detalhamento da ação
Não se aplica	Capacitação de servidores	Foi realizado um programa de treinamento dos servidores ocupantes da função FC-05 Analista Especializado nas secretarias administrativas, com o intuito de prepará-los para a atuação no Sistema de Controle Interno do Tribunal.
Monitoramento	Auditoria na gestão dos passivos de pessoal	O trabalho foi realizado visando à adequada instrução do Processo de Contas do Órgão acerca da contabilização de passivos de despesa de pessoal relativos a exercícios anteriores.
Auditoria operacional	Auditoria na gestão do patrimônio imobiliário	O trabalho foi realizado visando à adequada instrução do Processo de Contas do Órgão acerca da gestão dos imóveis utilizados pelo Tribunal, principalmente quanto ao estado de conservação, valor, despesas com a manutenção e registro das informações no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.
Auditoria operacional	Auditoria na gestão de Tecnologia da Informação	O trabalho foi realizado visando à adequada instrução do Processo de Contas do Órgão acerca da gestão de Tecnologia da Informação (TI) do Órgão, destacando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, os procedimentos para salvaguarda da informação, a capacidade para o desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços de TI.
Auditoria de conformidade	Auditoria dos atos de cessão e requisição de pessoal	Verificação por amostragem da conformidade legal dos atos de cessão e requisição de pessoal no período de 2008/2010.
Auditoria de conformidade	Auditoria relativa aos critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações	O trabalho foi realizado visando à adequada instrução do Processo de Contas do Órgão acerca da conformidade dos atos no que tange ao cumprimento dos requisitos do Decreto Nº 5.940/2006, Instrução Normativa SLTI Nº 1/2010 e Portaria SLTI Nº 2/2010.

No contexto geral, a avaliação procedida pela Secretaria de Controle Interno, à vista dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2011, reflete a eficiência, eficácia e economicidade da gestão dos responsáveis pelas de-

mais Unidades deste Tribunal, sendo satisfatório o desempenho da ação administrativa quanto aos resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – AIC

Melhorar a comunicação com o público interno e externo é um dos objetivos estratégicos da atuação institucional do TRT/RJ. No segundo semestre de 2011, a redação da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (AIC) foi transferida para novas instalações do prédio-sede, no Centro da cidade.

A mudança fez parte de um plano estratégico da atual Administração que, desde o mês de abril, pretendia concentrar num mesmo edifício a maioria das unidades-chave. A AIC funcionou durante meses no prédio da Avenida Augusto Severo, na Glória, uma das unidades do Regional. E, desde outubro, ocupa o 4º andar, na Ala Sul, na Avenida Presidente Antônio Carlos.

Com atuação pontual no dia-a-dia do Tribunal, a AIC tem várias atribuições, entre elas, estabelecer critérios e procedimentos para levantar, consolidar, registrar e divulgar interna e externamente informações e eventos do TRT/RJ; apurar diariamente informações e notícias; elaborar o Relatório Anual de Atividades do Tribunal; acompanhar convênios estabelecidos para a execução de serviços gráficos; analisar diariamente o clipping de notícias e enviar para o público-alvo.

O processo de comunicação realizado no Tribunal fundamenta-se no meio eletrônico: o Portal e a intranet. A restrição ao uso de meios impressos se justifica pela necessidade de redução de custos e pela adesão a políticas socioambientais.

A equipe da AIC trabalha em busca da qualidade, quantidade e transparência de conteúdo, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça (Resolução Nº 85/2009), e está alinhada com as diretrizes da Instituição, tais como: motivação interna, estabelecendo meios de comprometer magistrados e servidores com a estratégia da Instituição; promoção da cidadania e da responsabilidade socioambiental; maior interação e troca de experiências com outros Tribunais; ampliação do acesso à Justiça, através do aprimoramento das notícias veiculadas no Portal, buscando maior satisfação do cidadão.

1. Ações desenvolvidas em 2011

Ao longo do ano, a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social planejou e executou diversas atividades, tais como:

- Mapeou as áreas importantes do TRT/RJ e a partir daí, diariamente, os integrantes da equipe passaram a contatar por telefone setores distintos do Tribunal em busca de notícia. Em quase 100% dos dados apurados as informações deram origem a reportagens para o Portal e intranet;
- Encaminhou ofício para as Varas do Trabalho, solicitando informações sobre sentenças curiosas e assuntos correlatos. Os magistrados se mobilizaram e contribuíram com a AIC;
- Consolidou a coluna do Portal intitulada “Destaques Jurídicos” – criada em dezembro de 2010, para veicular os textos redigidos a partir de acórdãos e sentenças. O retorno foi muito positivo, com grande receptividade da mídia;
- Passou a divulgar a agenda de compromissos da Presidência e a ação foi muito bem recebida pelos setores do Tribunal e pela imprensa;
- Deu continuidade ao processo para a contratação de empresa de *mailing* eletrônico, para facilitar o contato com os veículos de comunicação;
- Abriu uma conta no microblog *Twitter* para o TRT/RJ. A AIC seguiu a tendência mundial da Comunicação de se fazer presente também através das mídias sociais. O resultado foi excelente. A conta do Tribunal já passou dos 700 seguidores;
- Desenvolveu diversos produtos para o projeto **“70 anos da Justiça do Trabalho”**, comemorado em maio (com o apoio da SGC): um selo comemorativo para a data; a programação visual para os cabeçalhos das páginas de notícias do Portal e Intranet; convite virtual – distribuído para magistrados, servidores, advogados, personalidades e mídia externa; um plano de fundo temático para os *desktops*, disponibilizado

para todos os usuários do TRT/RJ; a coluna “Artigos” foi criada e personalidades foram convidadas a escrever sobre a história da Justiça do Trabalho; também foi criada a coluna “Clique e Descubra”, na página principal do Portal, que leva o usuário a conhecer fatos históricos e curiosidades de personalidades do mundo jurídico, através de fotos-legenda; uma apresentação em slides com fotografias e notícias sobre os 70 Anos da JT foi produzida e exibida na abertura oficial do evento, no Centro Cultural do TRT/RJ; a equipe da AIC também colaborou com a seleção e ampliação de registros fotográficos para a exposição comemorativa pelos 70 Anos da JT, realizada no Centro Cultural do Tribunal;

- A AIC, representada pela assessora Alessandra Martins, participou, em Brasília, da 1ª Reunião de Trabalho com todos os assessores de imprensa dos Tribunais do Trabalho, além de participar da solenidade oficial do TST pelos 70 Anos da JT, no Distrito Federal;
- Iniciou pesquisas, junto a outros Tribunais, para a implantação do projeto piloto da TV TRT/RJ, previsto para iniciar em 2012. Através de licitação, uma empresa produzirá um programa por mês, com 30 minutos de duração, contendo entrevistas e reportagens;
- Criou o programa Balcão Eletrônico – uma apresentação, em *Power Point*, de todas as ferramentas eletrônicas disponibilizadas pelo Tribunal. O material foi apresentado, na sede do TRT/RJ, para representantes das diversas associações de advogados do RJ;
- Campanhas: Ao longo de 2011, a AIC desenvolveu inúmeras campanhas em parceria com a Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental (CPRSA), o Centro Cultural (CCTRT/RJ), Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADI), Presidência, Secretaria de Gestão do Conhecimento (SGC), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e a Escola de Administração e Capacitação de Servidores (Esacs). Para todos os trabalhos foram criados mecanismos de comunicação interna e externa, contemplando as unidades da Capital e do interior, através de reportagens especiais, cartazes, folders, e-mail marketing e avisos eletrônicos nos painéis dos elevadores das unidades do Tribunal;
- Passou a gerenciar a nova empresa, vencedora de licitação, para prestar o serviço de clipping diário de notícias. O monitoramento das informações sobre o TRT/RJ, a Justiça do Trabalho e o Poder Judiciário é feito com vistas à elaboração de respostas adequadas e transparentes a abordagens equivocadas ou questionamentos negativos;
- Integrantes da AIC participaram do curso de “Gestão da Comunicação e Assessoria de Imprensa na Administração Pública”, em junho, e do Congresso Brasileiro de Assessores da Justiça (Conbrascom), realizado no Rio de Janeiro, no mesmo mês.

2. Resultados obtidos

A publicação de notícias no Portal do TRT/RJ, produzidas pela equipe da AIC, ultrapassou a marca de 1.000 (hum mil). No decorrer de 2010, foram publicadas 429 (quatrocentas e vinte e nove) reportagens, contra 290 (duzentas e noventa) divulgadas pela AIC no mesmo período em 2009. Em relação às matérias institucionais positivas, a mídia veiculou 721 (setecentos e vinte e uma) notícias de um total de 1.089 (hum mil e oitenta e nove) produzidas por diversos veículos de comunicação.

Para alcançar objetivos e metas é preciso que cada um, servidores e magistrados, compreenda o seu papel

para a conquista do resultado final. A comunicação é ferramenta indispensável para garantir o esclarecimento dos colaboradores e, assim, obter a motivação, o engajamento e o apoio de todos na instituição. Destaca-se ainda a importância desta Assessoria avaliar se o processo de comunicação está sendo conduzido conforme desejado e planejado. Sem dúvida, só é possível aprimorar quando se conhece o que pode ser melhorado.



Orquestra de Cordas da Petrobras Sinfônica - Apresentação em comemoração aos 70 Anos da JT no CCTRT/RJ

Diretoria Geral – DG

Publicada em 7 de julho de 2011, a Resolução Administrativa N° 27/2011 unificou as estruturas da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa e da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária, passando a nova unidade a denominar-se Diretoria-Geral.

A Diretoria-Geral, então, passou a ter como atribuições principais a gestão de recursos administrativos, orçamentários e financeiros, da infraestrutura operacional, do patrimônio, do material, dos transportes e do pessoal, além do gerenciamento e da coordenação das ações de apoio e acompanhamento à prestação jurisdicional de 1º grau e aperfeiçoamento das ferramentas e processos de trabalho.

Neste contexto, merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas no exercício de 2011:

1. Planejamento estratégico

A Diretoria-Geral prosseguiu no desenvolvimento dos Projetos aprovados pelo Conselho de Gestão Estratégica em 2010, sob sua responsabilidade direta, conforme segue:

PROJETOS ESTRATÉGICOS – Gabinete DG Patrocínio e coordenação da Diretoria-Geral	
PROJETO	ESCOPO
PE-13 Descentralização da Prestação Jurisdicional	Ampliar a atuação da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, levando o atendimento jurisdicional às cidades que não possuem sedes de Varas do Trabalho ou unidades judiciais descentralizadas, e onde é mais difícil o acesso do trabalhador aos instrumentos legais para reivindicar seus direitos.
PE-14 Protocolo Ágil	Implantar uma unidade de Protocolo Único no Foro de Niterói, abrangendo as atividades de protocolo de petições vinculadas, distribuição de feitos e emissão de certidões de feitos, visando agilizar o processamento de documentos dirigidos pelos jurisdicionados às Varas do Foro de Niterói, além de prestar orientações sobre assuntos ligados à Justiça do Trabalho.
PE-37 Processo Administrativo Eletrônico	Conferir celeridade e maior segurança à tramitação dos processos administrativos do TRT da 1ª Região.

2. Transferências e inaugurações

Uma das inovações trazidas para o biênio 2011/2013 foi destacar um Assistente de Diretor-Geral para atuar especificamente no acompanhamento das obras e trâmites burocráticos para a consecução de imóveis. Foram inauguradas novas instalações em Nilópolis, Cabo Frio e Itaguaí.

O município de Resende também recebeu a visita de representantes da Administração deste Regional, com o objetivo de adotar as providências necessárias à consecução de novas instalações para a Justiça do Trabalho naquela localidade, o que gerou, inclusive, a formalização da cessão do terreno onde será construído o novo Fórum. Além das novas instalações, foi inaugurada, em 18 de novembro de 2011, a Vara do Trabalho de Barra Mansa.

Cabe ressaltar, ainda, a inauguração do Arquivo Judicial, localizado no bairro de São Cristóvão, que trouxe melhorias físicas e conseqüente organização do acervo documental, bem como a inauguração do Anexo da SEPRO-1, localizado no Edifício Marquês do Lavradio, quando então restou centralizado o recebimento dos processos, o que redundou na diminuição das filas nos balcões das Varas da Capital e melhores condições de acesso aos advogados.

3. Inventário 1º grau – implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Com vistas à implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Nº 12.440/2011, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região realizou, no período de 21/11/2011 a 09/12/2011, inventário dos processos que tramitam na esfera judiciária.

A Diretoria-Geral participou do grupo de coordenação das atividades que propiciaram a implementação da CNDT.

4. Planejamento orçamentário anual

Após o levantamento das necessidades orçamentárias realizado por todas as unidades deste Tribunal, direcionadas às Unidades Executoras, a Diretoria-Geral, como Unidade Estratégica, avaliou, aprovou e consolidou aquelas que foram incluídas no orçamento para execução no exercício 2012, conforme a metodologia e diretrizes aprovadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. A Diretoria-Geral realizou, também, reuniões semanais durante todo o ano de 2011 para execução do orçamento previsto para este exercício.

5. Participação em eventos e viagens

A Diretoria-Geral participou de eventos de relevância estratégica para a Instituição, tais como:

Janeiro

- Inauguração da 2ª Vara do Trabalho de Nova Friburgo;

Fevereiro

- Encontro de Diretores-Gerais e reunião sobre o sistema e-Gestão, em Brasília;

Março

- COLEPRECOR e 1ª Reunião de Trabalho das Metas Nacionais de 2011, em Brasília;
- Inauguração da nova sede do Foro de Nova Iguaçu;

Abril

- Viagem a Resende, acompanhando o desembargador vice-presidente desta Corte, em visita a imóvel, com vistas à implementação de novas instalações da Justiça do Trabalho naquela localidade;

Maiο

- Encontro de Diretores-Gerais, tendo como uma das pautas o Sistema de Auto-Gestão do TRT da 8ª Região, em Belém;
- Reuniões no CSJT, no TCU e COLEPRECOR, em Brasília;

Junho

- Visita ao TRT da 4ª Região com o objetivo de conhecer o Processo Administrativo Eletrônico implantado naquele Regional;
- COLEPRECOR e Encontro de Diretores-Gerais, em Brasília;

Julho

- Inauguração das novas instalações do Arquivo Judicial, em São Cristóvão;

Agosto

- COLEPRECOR e Encontro de Diretores-Gerais, em Brasília;
- Solenidade de nomeação do Foro de Petrópolis em homenagem ao desembargador Carlos José Essinger Schaefer;
- Inauguração das novas instalações em Nilópolis;

Setembro

- COLEPRECOR e Encontro de Diretores-Gerais, em Ouro Preto;
- Viagem a Resende para tratar da cessão de imóvel para as novas instalações;
- Viagem a Barra Mansa para tratar da inauguração da Vara do Trabalho daquela localidade;

Outubro

- COLEPRECOR e Encontro de Diretores-Gerais, em Gramado;
- Viagem a Barra Mansa para dar continuidade às tratativas concernentes à inauguração da Vara do Trabalho daquela localidade;
- Inauguração da SEPRO-1 – Anexo, no Fórum Marquês do Lavradio;
- Visita ao TRT da 5ª Região, acompanhando o desembargador Cesar Marques Carvalho, com o fito de conhecer o Escritório de Detetives, o Núcleo de Conciliação e o Sistema de Honorários Periciais daquele Regional;

Novembro

- Viagem a Barra Mansa para acompanhar as últimas providências relativas à inauguração daquela Vara;
- Inauguração da Vara do Trabalho de Barra Mansa;
- COLEPRECOR e Reunião de Diretores-Gerais, em Brasília;
- Inauguração da nova sede de Cabo Frio;

Dezembro

- Visitação a Cabo Frio para tratar da devolução do imóvel;
- Inauguração das novas instalações da Vara do Trabalho de Itaguaí;
- Viagem a Brasília com a finalidade de tratar do projeto de construção do prédio-sede das Varas do Trabalho de Campos dos Goytacazes.



6. Atuação do Grupo de Apoio Correicional – GRACO

O Grupo de Apoio Correicional foi ampliado pela Resolução Administrativa Nº 12/2011, aprovada em sessão do Órgão Especial de 05/05/2011, possibilitando atuação simultânea em até 10 Varas do Trabalho, por um período de até 6 meses. Durante o ano de 2011, o Grupo atuou em apoio às Secretarias da 4ª VT/RJ, 1ª VT/Resende, 17ª VT/RJ e 21ª VT/RJ, com as atividades já concluídas.

Encerrou o ano atuando na 1ª VT/Niterói, 2ª VT/São Gonçalo, 1ª VT/Angra dos Reis e 1ª VT/Campos dos Goytacazes, atuação esta com prosseguimento previsto para o ano de 2012.

Integra também o GRACO uma equipe de calculistas que presta orientação e auxílio às Varas do Trabalho que estão sob atuação das demais equipes e também àquelas que necessitem de ajuda em período excepcional, para a regularização da atividade de cálculos, como se deu no segundo semestre em relação às Secretarias

das 4ª e 5ª VTs/RJ, sendo certo que há previsão de auxílio à 12ª VT/RJ, a partir de fevereiro de 2012.

7. Comissões

A Diretoria-Geral integra as seguintes comissões: Comissão de Tecnologia da Informação – CTI; Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental – CPRSA; Conselho de Gestão Estratégica – CGE; Comissão de Análise de Projetos Especiais; Conselho Consultivo da ESACS/RJ e Comitê de Apoio à Administração – CAD. Participa, também, das atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – COPAD.

8. Processos autuados em 2011

A Diretoria-Geral, ao longo de 2011, promoveu a abertura de processos administrativos, tendo como objetivo a realização de estudo, conforme quadro abaixo.

Processo	Assunto
1/11	Sistema Permanente de Conciliação
2/11	Estudo de Viabilidade de Cadastro Único de Falência
3/11	Estudo para imprimir celeridade à Execução Trabalhista.
4/11	Protesto de Crédito Trabalhista nas Varas do Trabalho
5/11	Estudo sobre a Celebração de Convênios
6/11	Metas Nacionais do Judiciário para 2011
7/11	Acordo de Cooperação – UPP
8/11	GRACO – 17ª VT/RJ
9/11	GRACO – 21ª VT/RJ
10/11	Emissão de Certidão de Distribuição dos Feitos Trabalhistas
11/11	IV Encontro de Diretores de Secretaria de VT do RJ
12/11	Estudo para viabilização de Aquisição de Imóvel – GALPÃO

13/11	Levantamentos de bens móveis adquiridos/doados e não distribuídos - SLG
14/11	Levantamentos de bens móveis adquiridos/doados e não distribuídos - STI
15/11	GRACO – 1º VT/Niterói
16/11	Normatização do acesso de vendedores e assemelhados aos prédios do TRT 1ª Região
17/11	Utilização de recursos provenientes de convênios de cooperação técnica e financeira celebrados com a CAIXA
18/11	Utilização de recursos provenientes de convênios de cooperação técnica e financeira celebrados com o Banco do Brasil
19/11	Estudos para elaboração do Manual de Gestão de Patrimônio do TRT 1ª Região
20/11	Proposta de criação de unidade de Justiça Itinerante no município de Queimados
21/11	Otimização da lotação dos agentes de segurança
22/11	Organização e controle dos setores virtuais
23/11	Aquisição de imóvel em São Gonçalo
24/11	Aquisição de imóvel em Niterói
25/11	Levantamento de passivos de interesse de magistrados e servidores
26/11	Movimento Nacional pela Conciliação 2011
27/11	Modelo de orçamento de obras públicas
28/11	Semana Nacional de Execução Trabalhista 2011
29/11	Estudo sobre aplicabilidade do Decreto 7546/11 no Poder Judiciário
30/11	GRACO – 2º VT/São Gonçalo
31/11	Projeto Bicicletário
32/11	Terceirização do serviço de transporte
33/11	Estudo para criação do Setor de Investigação Patrimonial
34/11	GRACO – 1º VT/Angra dos Reis
35/11	GRACO – 1º VT/Campos dos Goytacazes
36/11	Processo Judicial Eletrônico

Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiros – CPL

Conforme prevê o artigo 4º do Decreto Nº 5450/05, nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade Pregão, sendo preferencial a utilização na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade,

a ser justificada pela autoridade competente. Com exceção de dispensa de licitação e de inexigibilidade, demonstra-se a seguir todas as demais modalidades de licitação realizadas no exercício de 2011, pela CPL:

Modalidade	Quantidade
Concorrência	03

Modalidade	Quantidade
Tomada de preços	02

Modalidade	Quantidade
Convite	00

Modalidade	Quantidade
Leilão	00

Modalidade	Quantidade
Pregão presencial	02

Modalidade	Quantidade
Pregão Eletrônico:	TOTAL: 107

Janeiro/2011	04
Fevereiro/2011	08
Março/2011	07
Abril/2011	01
Maiο/2011	05
Junho/2011	05
Julho/2011	09
Agosto/2011	18
Setembro/2011	06
Outubro/2011	08
Novembro/2011	17
Dezembro/2011	19

Face ao exposto, tem-se o seguinte quadro:

Modalidade	Quantidade	%
Concorrência	03	2,63
Tomada de Preços	02	1,76
Convite	00	0,00
Pregão presencial	02	1,76
Pregão eletrônico	107	93,85
Leilão	0	0,00
Total	114	100

Coordenadoria de Segurança – COSEG

Com o advento da Resolução Administrativa Nº 29/2010 deste Tribunal, a antiga Divisão de Segurança e Vigilância teve sua nomenclatura alterada para Coordenadoria de Segurança. Além disto, a referida norma promoveu a transferência desta unidade para a Diretoria-Geral, conforme disposição contida em seu artigo 9º, inciso V.

Assim sendo, a Coordenadoria de Segurança realizou as seguintes atividades no exercício de 2011:

- Vistorias nas unidades do interior, realizadas pela SESEG-INT, para verificação das condições de segurança:
 - 27/06 a 29/06 - Itaguaí - Angra dos Reis - Barra Mansa - Resende - Volta Redonda I e II - Barra do Piraí;
 - 04/07 a 06/07 - Magé - Teresópolis - Petrópolis - Três Rios;
 - 11/07 a 13/07 - Maricá - Araruama - Cabo Frio I e II - Macaé - Campos dos Goytacazes;
- Elaboração de Plano de Contingência, pela SESEG-CAP, para o Edifício Marquês do Lavradio, que será adaptado para cada unidade, em conformidade com a sua própria realidade;
- Continuidade ao processo que trata do sistema integrado de monitoramento por câmeras (CFTV) para as unidades do TRT, cuja licitação foi efetivada em dezembro;
- Cadastramento da COSEG no INFOSEG;
- Realização de treinamento interno de defesa pessoal e abordagem;
- Realização, em conjunto com a ESACS, de Curso de Ambientação Funcional para os novos agentes;
- Realização, em conjunto com a ESACS, de Curso de Reciclagem Anual para os agentes de segurança;
- Implementação de nova rotina nas rondas periódicas noturnas, e em finais de semana, a fim de maximizar a eficiência na prevenção de ocorrência e/ou agravamento de sinistros;
- Otimização da distribuição dos agentes de segurança lotados na COSEG, conforme estudo realizado nos autos do Processo DG-21/11, aprovado pelo Comitê de Apoio à Administração (CAD), em reunião datada de 23 de agosto de 2011, e elaboração de proposta de Manual de Procedimentos Básicos de Segurança, a ser seguido pelos referidos servidores;
- Implementação das regras insculpidas no Ato Nº 76/2011, que trata do acesso de ambulantes às dependências do Tribunal;
- Ocorrências registradas nos respectivos relatórios mensais da Seção de Segurança da Capital e da COSEG: 152 lacramentos de portas; 1.191 registros de vulnerabilidade patrimonial; 418 eventos de obras e/ou serviços; 27 ocorrências com veículos nos estacionamentos; 22 alarmes de incêndio, 05 alarmes bancários; 01 alarme de artefato explosivo; 205 atendimentos médicos; 48 furtos; 382 objetos perdidos localizados; 164 armas acauteladas; 01 condução coercitiva, sob escolta policial, de indivíduo resistente ao Oficial de Justiça; 23 conduções de indivíduos à Polícia Federal; 19 convocações para segurança ostensiva preventiva; 01 ocorrência de vias de fato; 17 réus acautelados acompanhados às audiências; 77 ocorrências diversas;
- Ocorrências registradas nos relatórios mensais da Seção de Segurança do Interior: 227 ocorrências patrimoniais; 21 ocorrências com pessoas;
- Além das atividades acima descritas, a COSEG esteve ativa na segurança dos eventos externos e internos do Tribunal, tais como: recepção e transporte de autoridades convidadas para congressos e solenidades, posse dos integrantes da nova gestão do TRT,

de desembargadores, juízes e servidores, concursos públicos, atividades no Centro Cultural, mudanças e inaugurações de Fóruns no Interior, etc. A intensa atividade administrativa verifica-se pela emissão de 310 memorandos, 70 ofícios, 184 despachos em processos diversos, além de extensa documentação interna, tais como relatórios, mapas de plantões, boletins de frequência, etc.

1. Projetos em desenvolvimento

- Proposta de aquisição de um sistema integrado de monitoramento por câmeras (CFTV) com abrangência sobre as diversas unidades da Capital e do interior;
- Implantação de sistema de controle de acesso, com portais magnéticos de segurança e esteiras com scanner de raio X (indicadores CNJ 38 e TRT/RJ 37);
- Implantação de sistema de alarme acionado por botão de pânico, interligado ao de CFTV.



Secretaria Judiciária de 1ª Instância – SJU-1

1. Divisão de Controle e Distribuição de Mandados e Divisão de Execução

Movimento estatístico dos mandados relativos ao período de 07 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, oriundos das Varas de Trabalho do município do Rio de Janeiro:

Distribuídos aos Oficiais de Justiça até 31/12/11
.....191.754

Distribuídos da 2ª Instância até 31/12/11
..... 17.020

Distribuídos aos Arrecadores até 31/12/11
..... 2.270

Total de Mandados distribuídos até 31/12/11
.....194.024

2. Divisão de Controle e Distribuição de Mandados – Município do Rio de Janeiro

Mês	Mandados Distribuídos	Mandados Cumpridos
Janeiro	11.519	10.430
Fevereiro	18.947	16.931
Março	15.897	15.846
Abril	18.166	18.167
Mai	17.949	19.633
Junho	19.424	18.118
Julho	17.388	17.523
Agosto	18.549	19.596
Setembro	18.643	17.720
Outubro	17.992	17.543
Novembro	11.231	14.217
Dezembro	6.050	7.544
Total	191.754	193.368

2.1 Mandados Oriundos de 2ª Instância

Total até 31/12/11
.....17.020

3. Divisão de Execução

3.1 Seção de Arrecadação

Mês	Mandados distribuídos	Valores arrecadados
Janeiro	115	419.725,86
Fevereiro	282	458.040,89
Março	228	498.024,06
Abril	239	407.753,93
Mai	173	607.920,62
Junho	200	617.857,76
Julho	174	680.219,57
Agosto	191	650.838,18
Setembro	262	664.030,40
Outubro	185	565.360,52
Novembro	116	570.105,72
Dezembro	105	395.588,57
Total	1.905	6.535.465,78

Obs: O total apurado diz respeito somente aos valores arrecadados pelos Oficiais de Justiça, não incluindo aqueles em que as guias de pagamento das execuções foram comprovadas nas próprias Varas, resultado das diligências dos Oficiais de Justiça.

4. Divisão de Feitos de 1ª Instância

Foram classificadas, cadastradas, distribuídas e remetidas às 82 Varas do Trabalho da Capital, as petições iniciais, observada a Tabela Unificada de Assuntos do CNJ, até 31/12/11.

4.1 Seção de Distribuição de Feitos de 1ª Instância – SEDIS

Mês	Distribuições
Janeiro	9.565
Fevereiro	11.536
Março	11.338
Abril	11.140
Mai	13.500
Junho	8.593
Julho	7.236
Agosto	13.380
Setembro	12.457
Outubro	10.734
Novembro	10.505
Dezembro	9.559
Total	129.543

4.2 Seção de protocolo e controle de feitos – SECOE

Certidões de Feitos recebidas, emitidas e entregues até 31/12/11

.....46.168

Emolumentos de Certidões recolhidos

.....R\$ 255.309,04

4.3 Seção de protocolo de 1ª Instância – SEPRO 1

Total de recebimento, conferência e classificação por assunto de petições até 31/12/11

.....884.421

4.4 Seção de protocolo integrado – SEPRI

Total de Malotes Enviados até 31/12/11

.....9.200;

Total de Petições Recebidas até 31/12/11

.....111.500.

5 Divisão de Coordenação das Seções do Interior – DCOI

A Resolução Administrativa Nº 41/2011, publicada no DOERJ de 04/10/2011, promoveu a reestruturação das unidades organizacionais do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e criou a Divisão de Coordenação das Seções do Interior (DCOI), subordinada à Secretaria Judiciária de 1ª Instância (SJU-1) e responsável pelo acompanhamento das Seções Judiciárias instaladas fora da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Acrescente-se que, com a reestruturação promovida pela RA 41/2011, os agentes de segurança passaram a ser lotados diretamente nas Seções de Apoio às Varas do Trabalho (SEAPOs), nas localidades onde não há setor de Segurança.

Com relação às atividades dos Analistas Judiciários – Executantes de Mandados, a DCOI se utiliza de dados estatísticos fornecidos mensalmente pelas Seções de Apoio às Varas do Trabalho – SEAPOs – e Seções de Distribuição de Mandados – SEDIMs.

Durante o ano de 2011, foram distribuídos nas unidades fora da Capital – Varas Únicas do Trabalho e Seções de Distribuição de Mandados – 175.907 ordens judiciais, sendo cumpridas 148.685. Vale destacar que os municípios de Niterói, com 19.711 mandados distribuídos e 19.719 cumpridos; Nova Iguaçu, com 15.548 distribuídos e 15.192 cumpridos; Campos dos Goytacazes, com 13.500 distribuídos e 13.517 cumpridos; e São Gonçalo, com 11.050 mandados distribuídos e 11.218 cumpridos, foram os que tiveram maior movimentação de mandados.

Dentre os municípios que possuem unidades de Protocolo e Distribuição de Feitos (SEAPOs, SEDIFs e SEPEX), onde são movimentados documentos que compreendem petições vinculadas recebidas e encaminhadas a outras unidades, Cartas Precatórias distribuídas (físicas e eletrônicas) e petições iniciais recebidas e distribuídas, Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo foram os que mais movimentaram esses documentos, totalizando 150.694, 137.594, 113.411 e 67.281, respectivamente.

Secretaria de Gestão do Conhecimento – SGC

A Secretaria de Gestão do Conhecimento atua na definição de diretrizes e na coordenação de ações voltadas para a obtenção, preservação, compartilhamento e disseminação do conhecimento produzido no âmbito do TRT/RJ. Suas ações se desenvolvem em três áreas de atuação: gestão documental, como conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente e memória; gestão de acervo bibliográfico, cuja missão é oferecer, aos usuários, material para estudos e pesquisas técnicas, contribuindo para o crescimento intelectual da instituição; e gestão do conhecimento propriamente dita, com o objetivo de promover, estimular e apoiar os processos de captura, estruturação e disseminação do conhecimento no TRT/RJ.

1. Gestão documental

A Gestão Documental do TRT conseguiu avanços importantes em 2011, abrindo caminho para possibilitar a conclusão de projetos e de ações estratégicas no ano de 2012, sobretudo na organização do acervo de processos arquivados. Dentre as realizações, destacam-se:

- Conclusão da obra do Setor de Arquivo-2, resultado do esforço coordenado de diversas unidades deste Regional, que requereu uma grande mobilização de recursos humanos e materiais. A inauguração do empreendimento possibilitou organizar e catalogar a massa processual alocada nessa unidade, promovendo um melhor gerenciamento do acervo;
- Reformulação da política de Gestão Documental, visando ao aprimoramento do ciclo de vida dos documentos e a adoção das diretrizes traçadas pelos Conselhos Superiores da Justiça, culminando com a publicação da Resolução Administrativa Nº 19/2011 (Programa de Gestão Documental) e a revisão do PAD-SGC-002 (Arquivamento e Desarquivamento de Autos de Processos Judiciais);
- Reformulação das páginas de Gestão Documental no Portal do TRT/RJ, com destaque para o projeto “Acórdão: Fonte de Conhecimento” e “Cronologia e História”, onde há um quadro com a relação dos magistrados que ocuparam os principais cargos nas diferentes Administrações do TRT/RJ desde 1946;
- Pesquisa, seleção e digitalização de 272 acórdãos do período de 1946 a 1961, de lavra do Exmo. juiz Délio Maranhão, para criação da respectiva série arquivística, abrangendo-se até o momento cerca de 82% do acervo disponível;
- Atividades relativas à comemoração dos 70 anos da Justiça do Trabalho;
- Pesquisa iconográfica relacionada à história da Justiça do Trabalho, realizada em diferentes instituições, para compor o livro e/ou revista comemorativa dos 70 anos de Instalação da Justiça do Trabalho, a ser publicado pelo TRT/RJ;
- Pesquisa sobre os eventos relevantes do TRT da 1ª Região no período de 2003 a 2011, bem como sobre a criação dos Tribunais Regionais do Trabalho, para subsidiar evento realizado pelo Centro Cultural do TRT/RJ;
- Pesquisa e elaboração de textos sobre a história do TRT da 1ª Região, para o livro “A História da Justiça do Trabalho no Brasil: Multiplicidade de Olhares”, coordenado pela Comissão Permanente de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho;
- Elaboração de minuta de proposta de inutilização de autos de processos findos, arquivados entre os anos de 2002 e 2005, com aprovação pelo Órgão Especial e publicação da Resolução Administrativa Nº 50/2011;
- Conclusão da separação dos autos findos, arquivados sem baixa em 2002/2003, conforme Resolução Administrativa Nº 50/2011, que determina a seleção de 1% do universo de autos, por amostragem casuística, e a seleção de 50% dos processos distribuídos no período de 1920 até 1990, objetivando a formação de acervo permanente.

- De acordo com a mesma Resolução, a COPAD está autorizada a contatar oficialmente, para fins de tratamento arquivístico e de pesquisa, instituições de pesquisa, instituições de ensino, centros de memória e de documentação e outras organizações que porventura possam ter interesse em receber o acervo restante;
 - Levantamento dos autos findos, arquivados em 2004 e 2005, que deverão ser separados, antes da inutilização, nos mesmos moldes do efetuado com o acervo de 2002/2003;
 - Recebimento de cerca de 100 processos oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, contendo processos judiciais do início do século passado, muitos ainda manuscritos, com matérias trabalhistas importantes para a memória deste Tribunal. O acervo foi avaliado por técnicos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido entregue relatório visando apontar as ações necessárias para a preservação dos documentos recentemente encaminhados pela Comarca de Nova Friburgo/TJ-RJ;
 - Implementação do “Módulo de Controle de Desarquivamento” no SAPWEB, dando continuidade ao processo de informatização dos Setores de Arquivo, com treinamento dos funcionários dos Setarqs e orientação aos usuários internos, com a finalidade de racionalizar os procedimentos e permitir atendimento mais ágil aos jurisdicionados e usuários internos;
 - Medição de todo o acervo arquivístico, objetivando melhor planejamento da movimentação da massa documental, além de servir de base para a contratação de empresa especializada em Gestão Documental.
- Apresentam-se, a seguir, quantitativos de autos de processos judiciais conferidos e arquivados, desarquivados e de atendimento a usuários, computados de janeiro a dezembro de 2011 pelos Setores de Arquivo do TRT da 1ª Região.

Arquivamento de autos

Unidade	2010	2011
SETARQ - 1	53.521	22.098
SETARQ - 2	58.075	258.565
SETARQ - 3	41.208	81.172
SETARQ - 4	12.443	7.733
Total	165.247	369.568

Desarquivamento de autos

Unidade	2010	2011
SETARQ - 1	1.599	1.378
SETARQ - 2	3.656	6.276
SETARQ - 3	4.715	3.571
SETARQ - 4	748	684
Total	10.718	11.909

Atendimento a Partes / Advogados

Unidade	2010	2011
SETARQ - 1	1.015	633
SETARQ - 2	1.458	3.635
SETARQ - 3	2.222	1.482
SETARQ - 4	215	184
Total	4.910	5.934

2. Gestão de acervo bibliográfico

Dentre as ações realizadas em 2011, destacam-se:

- Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de restauração de livros (obras raras), etapa prevista no Projeto Estratégico “Preservação da memória institucional”;
- Captação de publicações internacionais através de doação e/ou permuta com a Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região: revistas “Trabajo” (OIT) e “Cuadernos de Relaciones Laborales” (Universidad Complutense de Madrid);
- Formação de um acervo de audiolivros destinado aos portadores de deficiência visual, iniciado pela doação de 21 títulos, feita pelo Instituto Benjamin Constant.

Aquisição de material bibliográfico

Tipo	Compra	Doação	Permuta
Livros	416	222	-
Periódicos (assinaturas)	216	57	10
Normas técnicas	3	-	-
CD/DVD	3	26	-
Distribuição de material bibliográfico (janeiro a dezembro de 2011)			
Livros incorporados ao acervo da biblioteca			479
Livros encaminhados para outras unidades			159
Assinaturas de periódicos destinados à biblioteca			74
Assinaturas de periódicos para outras unidades			199

A Seção de Tratamento de Acervo Bibliográfico (Setab) procedeu à padronização da catalogação no sistema de

automação da biblioteca (Siabi), uniformizando os seguintes registros:

Autor	5.391 registros
Assunto	124.372 registros
Local de publicação	23 registros
Editora	78 registros

- A Setab também cuidou do preparo dos novos materiais incorporados ao acervo ao longo do ano, que somaram 5.153 itens, sendo 414 livros e folhetos, 29 CD-ROM/DVD's, 3.554 atos normativos internos e externos, 969 artigos de periódicos, 185 capítulos de livros e 2 artigos avulsos;
- Foram atendidas 920 consultas locais, 589 solicitações de pesquisa (via e-mail ou telefone) e 589 empréstimos. Do universo de novos usuários, 66 foram cadastrados, o que representa um acréscimo de 15% em relação ao ano anterior;
- A implantação do Siabi, *software* padrão nos TRTs, proporcionou a modernização de diversas rotinas da biblioteca, que antes eram feitas manualmente. Dentre elas, destacam-se o controle das assinaturas de periódicos e o empréstimo através de senha pessoal, eliminando desta forma o cartão de assinatura do usuário. O novo sistema disponibilizou também a consulta *on-line* ao acervo, bem como a renovação e reserva de material via internet, contando, até o momento, com 4.047 acessos, dos quais 204 efetuados por usuários cadastrados (magistrados e servidores);
- Quanto à Biblioteca Digital – BDTRT Rio, seguem abaixo os quantitativos mais relevantes:

Novos usuários registrados	94
Itens depositados	352
Visualizações de itens	179.936
Pesquisas executadas	32.319

3. Organização do conhecimento

No ano de 2011, atuou-se no resgate da memória jurisprudencial da 1ª Região com a digitalização de 130 mil acórdãos, disponibilizando-os para pesquisa através da Biblioteca Digital, que foi customizada e integrada com o SAPWEB e encontra-se com um *layout* mais dinâmico e com mais recursos de busca, além da guarda de 61.000 acórdãos e encadernação de 400 volumes. Dentre as diversas realizações, destacam-se as seguintes:

- Portal: Foram desenvolvidas melhorias significativas no Portal deste Tribunal através da alteração de 56 páginas e criação de 409, das quais destacam-se os Relatórios de Distribuição de 2ª Instância, a localização de Varas do Interior e de jurisdição de comarcas, o Manual da SGP, páginas para ADI, Ouvidoria, Serviços-Push e Catálogo de Endereços e Telefones. Tais atividades representaram uma melhoria na distribuição dos conteúdos e no aspecto visual, facilitando o acesso às informações institucionais, como aquelas pertinentes às varas.
Além disso, houve a inspeção de conteúdos publicados para identificar a necessidade de atualizações, sendo que a área técnica passou a ser responsável pelo Mapa do Site, que estava defasado. Ainda, elaborou 75 propostas de gestão de conteúdo;
- Publicações: Houve modernização da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com a modificação de sua diagramação, o que propiciou o

aumento do espaço destinado à publicação de doutrina e jurisprudência, além da modernização da logo e página para consulta de edições anteriores na internet, o que pode ser visto nas revistas 48 e 49, que foram distribuídas para 6.600 usuários.

A solicitação de artigos em parceria com a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (AIC) ampliou o interesse pela Revista, o que possibilitou a criação de um segundo periódico, em formato totalmente eletrônico e de periodicidade trimestral, ampliando a disseminação da produção jurídica da 1ª Região.

- Quanto aos Boletins de Jurisprudência (BJ), que atualmente são distribuídos para 46.898 usuários, a seção de Pesquisa e Publicação passou a selecionar as ementas, a partir do BJ 1/2011, levando ao leitor a pluralidade de entendimentos adotados pelos desembargadores desta Corte, além de disponibilizar as ementas solicitadas pelos gabinetes;
- Súmulas e Atos Normativos: Além da publicação de atos normativos na Biblioteca Digital e Portal do TRT/RJ, e que são atividades rotineiras da área de Estruturação do Conhecimento, iniciou-se um processo de consolidação que facilitará a atividade de advogados e magistrados, pois as normas serão disponibilizadas com as respectivas alterações no próprio corpo do texto, permitindo assim uma consulta mais rápida e um entendimento histórico das modificações ocorridas;



Setor de Arquivo 2, em São Cristóvão, com novas instalações inauguradas em 4.7.2011

- *Design web e design gráfico:* A área de criação teve papel fundamental para diversas campanhas deste Tribunal, dentre as quais citam-se: 70 anos da Justiça do Trabalho, Conciliar é a Nossa Praia, Clique e Descubra, Agenda da Presidência, Prevenção de Acidentes do Trabalho, Ouvir é Legal, Semana Nacional de Execução Trabalhista, Plano de Saúde. O trabalho consistiu na elaboração de banners, botões, logos, capas e *layouts* de páginas.

Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

A Secretaria de Tecnologia da Informação, ao longo do exercício de 2011, atuou com inequívoco esforço para garantir e melhorar o funcionamento dos serviços essenciais à prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, bem como para implementar as modificações necessárias ao desenvolvimento da área de TI, no intuito de proporcionar maior eficiência e eficácia a essa prestação.

Manteve-se a política de renovação do parque tecnológico, incluindo microcomputadores, multifuncionais, impressoras de pequeno e médio porte, das diversas unidades que compõem o TRT/RJ. Também houve o acréscimo de 02 (dois) microcomputadores em todas as Varas do Trabalho da Capital, estando as Varas do interior, gabinetes e turmas em processo de instalação. Promoveu-se, ainda, a substituição dos *notebooks* dos magistrados.

Neste exercício, também se destaca a aquisição e implementação de solução de gravação audiovisual de audiências, na 61ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, como projeto piloto, para atender à Meta Nº 02 do CNJ.

O Serviço de Atendimento ao Usuário contou com melhorias, contabilizando o gerenciamento e o atendimento de cerca de 5.000 (cinco mil) incidentes/mês, ressaltando-se o controle dos níveis de serviço acordados e a implementação de *software* de inventário, que possibilita a identificação das estações de trabalho e dos respectivos *softwares* nelas instalados. Destacou-se, ainda, a instalação e suporte na implantação do SIGEP – Sistema de Gerenciamento de Postagens em todas as unidades judiciárias do TRT/RJ.

A área de infraestrutura de Tecnologia da Informação concluiu os estudos das demandas de tráfego do TRT da 1ª Região para a Rede Nacional de Longa Distância da Justiça do Trabalho, com definição das velocidades de todos os seus circuitos, bem como o estudo para futura contratação de infraestrutura para implantação de uma

rede de dados de alta velocidade em todos os Fóruns deste Regional.

Ao longo deste exercício, foram executadas diversas ações:

- A instalação de mais um *Switch Core* na sala-cofre, permitindo o acréscimo de equipamentos e a expansão da rede local de dados;
- A expansão das velocidades dos circuitos da Rede Nacional;
- A redistribuição dos aceleradores de rede, de forma a compatibilizar as licenças existentes com as velocidades dos circuitos que compõem a Rede Nacional;
- A contratação e instalação de um link secundário de internet, com a respectiva instalação do IPS/*Firewall*, além da instalação do módulo GTM (*Global Traffic Manager*) do equipamento F5 Big-IP, para garantir de forma automatizada a alta disponibilidade do Portal do TRT da 1ª Região e de seus serviços, bem como do acesso à internet por magistrados e servidores;
- Disponibilizou-se a nova versão de *software* utilizado no equipamento *proxy*, que atua no controle de acesso à internet, permitindo o cumprimento da Política de Acesso à Internet através da gerência de usuários;
- Atualizou-se o *software* do equipamento IPS (Sistema de Prevenção de Intrusão), propiciando maior segurança no acesso interno e externo aos links de internet; foi iniciada a implantação da gerência de ativos de rede de dados através do *software* livre *Nagios*;
- Promoveram-se a ativação de VPN (Rede Privada Virtual) no *Firewall checkpoint*, a instalação da rede sem fio corporativa nos Fóruns da Rua do Lavradio e Gomes Freire, o acompanhamento e estudos para implantação da rede sem fio da OAB/RJ no Fórum da Rua do Lavradio, a elaboração de projetos e da licitação visando à aquisição de *switches* de borda e core para atualização tecnológica dos fóruns da Capital;

- Foram ainda concretizadas a ativação da infraestrutura das novas instalações da Rua Mourão do Vale e da Vara do Trabalho de Nilópolis e as adequações dos circuitos de dados para atender às necessidades das Varas do Trabalho de Barra Mansa, Cabo Frio e Itaguaí, considerando-se as novas instalações.

Na área de telefonia, destacaram-se o procedimento licitatório para aquisição de duas centrais telefônicas PABX para os Fóruns da Av. Antônio Carlos e Rua do Lavradio e a aquisição de três centrais IP, além da manutenção de centrais telefônicas da Capital e do interior. Novas linhas telefônicas analógicas foram instaladas na Capital e no interior, considerando-se as unidades inauguradas e a ampliação dos ramais nas já existentes, além do aumento de dez linhas móveis disponibilizadas a este Regional, e a aquisição de aparelhos telefônicos sem fio para a Presidência e Vice-Presidência.

A área de núcleos de computação trabalhou na instalação e configuração de servidor de e-mail (SMTPS e IMAPS) para acesso *Outlook*; na aquisição e instalação de *storage* EMC para criação de máquinas virtuais e futura disponibilização de maior espaço de armazenamento de correio eletrônico; na atualização do *software* antispam *Proofpoint*; na instalação de ambiente de homologação do *software* de *webmail* *Zimbra*; na instalação de unidade de fita de maior capacidade de *backup*; na instalação de certificados em servidores de e-mail; na aquisição de *software* de virtualização para aumento da disponibilidade do sistema; na instalação de novos servidores de aplicação e de banco de dados para ambientes de testes, treinamento e homologação do sistema SAPWEB.

Foram ainda promovidas adequações dos servidores de aplicação e banco de dados para o inventário do SAPWEB, migração dos sistemas ERGON e ÁGORA para os novos servidores de aplicação e de banco de dados, instalação de máquinas virtuais através do *software*

Vmware, instalação dos módulos de segurança (ASM) e balanceamento de carga (LTM) no produto F5 Bigip, instalação de servidores de aplicação e banco de dados para ADM Eletrônico, instalação de ambiente *Moodle* para ESACS e Escola Judicial, instalação do Juriscalc no servidor Citrix para melhor desempenho do acesso e, por fim, treinamento da brigada de incêndios do TRT/RJ para atuação na sala-cofre.

Com relação ao desenvolvimento e à manutenção dos sistemas de apoio às atividades institucionais e à Administração, foi realizada uma série de projetos visando garantir maior eficiência. Destaca-se a conclusão da contratação de nova empresa para prestar serviços de manutenção evolutiva, adaptativa, perfectiva e corretiva do SAPWEB, sendo que, no período em que o Tribunal permaneceu sem contrato de manutenção, a Secretaria de Tecnologia da Informação envidou esforços no sentido de manter a estabilidade do sistema e sob controle os incidentes abertos pelos usuários.

Junto ao Comitê de Monitoramento e Evolução do SAPWEB – CMES, trabalhou-se a validação dos dados extraídos do SAPWEB para o e-Gestão, de acordo com as normas estabelecidas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - CGJT. Cumpre ressaltar, ainda com relação ao SAPWEB, a customização do sistema especificamente para registro das demandas relacionadas à CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

Para o sistema ERGON, vem sendo realizada customização de modo a se implementarem as demandas levantadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP junto aos usuários. Paralelamente, foram elaborados projetos para implementação das Guias Online, e-Recurso, XML para o TST, Sistema de Honorários Periciais e Reformulação do Portal (em conjunto com a Secretaria de Gestão do Conhecimento – SGC), sendo que alguns desses projetos ainda se encontram em andamento.



LEGENDA!!!

Secretaria de Logística – SLG

A Secretaria de Logística é composta por três divisões: Divisão de Contratação, Divisão de Material e Patrimônio e Divisão de Infraestrutura.

1. Divisão de Contratação – DICO

Unidade responsável pela instrução técnica e jurídica de processos de contratação em prazo hábil, para assegurar a agilidade de atendimento, observado o devido processo legal. A DICO é composta de quatro seções. A Seção de Documento de Referência (Sedor), em 2011, analisou 103 documentos de referência em processos de contratação, incluindo aquisições, obras e serviços. A Seção de Formalização de Ajustes (Sefoa) elaborou mais de 260 instrumentos, incluindo contratos, termos aditivos, convênios, cessões de uso, rescisões, termos de ajuste, apostilas, entre outros. A Seção de Compras (Secom), em 2011, recebeu 110 processos, contactou 1.555 fornecedores e recebeu 539 estimativas. Foram feitos 176 cadastros de Pregões e Notas de Empenho no sistema Ágora, realizadas 8 dispensas de licitação e 29 enquadramentos em inexigibilidades. A Seção de Fiscalização de Execução de Contratos (Sefec) acompanha 182 contratos e registros de preços e 40 convênios/acordos de cooperação, sendo composta, ainda, dos seguintes setores: Setreb (Setor de Regularização de Bens Imóveis); Setarc (Setor de Análise de Reajuste Contratual) que, em 2011, analisou 197 processos de contratação; e Setrap (Setor de Procedimentos Apuratórios de Penalidades), que concluiu cerca de 177 procedimentos apuratórios de penalidades.

2. Divisão de Material e Patrimônio – DMAP

Unidade responsável pela gestão de Material e Patrimônio no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a DMAP é composta por quatro seções e um setor. As seguintes atividades foram realizadas em 2011:

- Emissão de 60 pedidos de compra para aquisição de 457 itens de materiais;
- Consolidação de 7.437 requisições de materiais, correspondentes a 63.739 itens;
- Acompanhamento da execução dos contratos decorrentes das Atas de Registro de Preços;
- Produção de 10.510.310 impressos, além de convites, folders, cartazes e jornais;
- Disponibilização, na intranet, do catálogo com fotos e códigos OTAN dos materiais permanentes;
- Organização dos depósitos de Engenho de Dentro, Gamboa, Augusto Severo e Ramos, com a catalogação de todos os itens armazenados nestes locais;
- Entrega de 2.174 bens inservíveis em processos de desfazimento em curso e indicação de outros bens para novos processos da mesma natureza;
- Registro da entrada de 1.311 itens no Sistema de Material e Patrimônio;
- 6.023 bens patrimoniais adquiridos e 6.423 bens patrimoniais incorporados;
- 6.776 transferências de bens patrimoniais, correspondentes a 27.705 itens;
- 1.492 transferências de bens de informática, correspondentes a 7.969 itens;
- Entrega de 6.203 requisições, totalizando 56.403 itens fornecidos.

Por fim, deu prosseguimento à política de logística reversa, a partir da substituição de cartuchos de *toner* usados por novos, junto aos fabricantes que adotam tal procedimento, através da assinatura de mais um convênio (firmado com a empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda, nos autos do processo SLG 15/08).

3. Divisão de Infraestrutura – DINF

A Divisão de Infraestrutura, atuando diretamente ou através de suas unidades componentes – Seção de Apoio ao Prédio Sede (Sapop), Seção de Apoio aos Prédios da Lavradio e Gomes Freire (Sealg), Seção de Expedição

e Malote (Secem), Seção de Movimentação de Bens (Semob) e Seção de Transportes (Setra) – forneceu a necessária infraestrutura administrativa, predial e logística que permitiu o funcionamento da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Com destaque para a fiscalização dos seus 19 contratos de serviços (reprografia, telefonia, mensageria, fornecimento de gêneros alimentícios, fornecimento de café e açúcar, lavagem de toalhas, higienização de reservatórios de água, coleta e transporte de lixo, ascensoristas, copeiragem e garçons, limpeza e conservação,

manutenção de jardins, combate a pragas e vetores, serviço de correios, fornecimento de DOERJ, seguro de veículos, abastecimento de veículos, manutenção de veículos e serviços gerais).

Executou 1.196 serviços, compreendendo implementação de *layouts*, eventos e inaugurações, registrou cerca de 5.287 saídas de veículos e expediu cerca de 1.309.599 objetos postais (remessa local, sedex, cartas registradas e simples), contribuindo efetivamente para o funcionamento da Justiça do Trabalho.



Secretaria de Manutenção e Obras – SMO

A SMO é composta por duas divisões: Divisão de Obras (DIOB) e Divisão de Manutenção (DMAN). A Divisão de Obras possui três seções. São elas: Seção de Projetos (SPROJ); Seção de Acompanhamento e Fiscalização de Obras (Sefis); e pela Seção de Planejamento e Orçamento de Obras (Sepla). A Divisão de Manutenção possui também três seções: Seção de Manutenção Predial (Semap); Seção de Manutenção do Interior (Semai) e Seção de Manutenção de Equipamentos (Semae).

A seguir as atividades de cada seção da SMO:

1. Divisão de Obras – DIOB

1.1 Seção de Projetos – SPROJ

1.1.1 Projetos básicos/termos de referência/orçamentos para devolução de imóveis

- Contratação de serviços de engenharia e arquitetura no âmbito da construção civil;
- Varas Únicas de Magé e Teresópolis: projetos básicos e projetos executivos para obras de modernização e reformas para acessibilidade;
- Fórum de Nova Iguaçu: elaboração de projeto para instalações complementares de ar-condicionado e de eletricidade;
- Fórum de Cabo Frio: execução de instalações de finalização e de alimentação de energia elétrica da edificação;
- Prédio-sede: restauração de pedras de revestimento das fachadas;
- Protocolo Lavradio: Termo Aditivo para condução dos serviços de reforma do anexo;
- Arquivo Judicial Rua Mourão do Vale: instalação de piso elevado em salas;
- Fornecimento de elementos de comunicação visual para atualização em diversas edificações;
- Orçamentos referentes a restauração de imóveis para efeito de indenização em face da devolução daqueles alugados para funcionamento das Varas do Trabalho de Nilópolis, Cordeiro, Itaguaí e Nova Iguaçu.

1.1.2 Desenvolvimento de projetos

- Sistema de refrigeração para o novo prédio do Fórum de Nova Iguaçu;
- Alimentação elétrica, sistema de refrigeração e paisagismo para as novas instalações da Vara Única de Itaguaí;
- Adequação de edificação para implantação da Vara Única de Nilópolis;
- Implantação da 2ª VT de Nova Friburgo;
- Implantação do Protocolo Ágil em Niterói;
- Redistribuição da Divisão de Feitos no edifício Marquês do Lavradio;
- Prédio-Sede: reforma do Auditório 1, ampliação das 7ª e 9ª Turmas e redução das Salas de Sessões 4 e 5;
- Legalização do projeto de instalação de cobertura no Fórum da Gomes Freire (fundos);
- Estudos e elaboração de novos *layouts* e pequenas intervenções para melhoria dos espaços para 69 Unidades Administrativas e Judiciárias;
- Confecção de elementos de comunicação visual e desenvolvimento de modelo e acompanhamento da aquisição de placas para as inaugurações das novas unidades de Barra Mansa, Cabo Frio, Itaguaí, Nova Friburgo, Nova Iguaçu e Nilópolis;
- Definições técnicas para aquisição de mobiliário padrão complementar.

1.1.3 Projetos (acompanhamento e fiscalização)

- Sistema de acessibilidade para o portador de necessidades especiais em 15 prédios do TRT/RJ, incluindo o Prédio-Sede;
- Construção do prédio do Fórum de Campos dos Goytacazes;
- Contrato de prestação de serviços de engenharia e arquitetura para: construção do prédio do Fórum de Petrópolis; adaptações de instalações (elétrica e sistema de ventilação) para implantação da Vara Única de Itaguaí e dos Fóruns de Nova Iguaçu e de Cabo Frio; análise da estrutura e das instalações elétricas, com emissão de laudo, da Vara Única de Resende;

reforma de edificação para implantação da Vara Única de Barra Mansa; projeto executivo para modernização e acessibilidade da Vara Única de Teresópolis; elaboração de *layouts* para melhoria dos espaços e das condições de trabalho de 17 Unidades Administrativas e Judiciárias;

- Desenvolvimento do Plano de Obras (sistema de referência e definição das obras para o biênio 2011/2012).

1.2 Seção de Planejamento e Orçamento de Obras – SEPLA

1.2.1 Elaboração de documentação técnica para licitação

- Construção do Prédio-Sede de Campos dos Goytacazes;
- Atualização e reestruturação de orçamento para construção do prédio-sede de Macaé;
- Elaboração de novo projeto básico para contratação de prestação de serviços de engenharia e arquitetura;
- Modernização dos sistemas dos dois elevadores do Fórum de Niterói;
- Projeto para contratação de empresa para fornecimento e instalação de persianas.

1.3 Seção de Fiscalização e Acompanhamento de Obras – SEFIS

1.3.1 Obras finalizadas e garantia de serviços concluídos

- Reforma e adaptações para implantação do Arquivo Judicial de São Cristóvão;
- Obra de reforma para implantação do Protocolo do prédio anexo ao edifício Marquês do Lavradio;
- Fornecimento e instalação de persianas verticais (PVC);
- Fornecimento e instalação de divisórias e balcões de atendimento para os Fóruns de Nova Iguaçu e Barra Mansa.

1.3.2 Obras e serviços em andamento

- Execução de sistema de alimentação elétrica para o novo Fórum de Cabo Frio;
- Fornecimento e colocação de luminárias e dispositivos com instalações elétricas para a Vara Única de Barra Mansa;
- Fornecimento e instalação de piso elevado em salas do Arquivo Judicial de São Cristóvão.



Novas instalações da Justiça do Trabalho em Itaguaí, em 6.12.2011

2. Divisão de Manutenção – DMAN

A tabela abaixo revela o número de ordens de serviço executadas pelas seções de manutenção:

	OS's Solicitadas	OS's Atendidas	% de Atendimento
SEMAP	10.191	9.946	97,6
SEMAE	1.280	1.265	98,82
SEMAI	3.907	2.453	62,78

2.1 Seção de Manutenção Predial – SEMAP

2.1.1 Principais atividades desenvolvidas pela SEMAP durante o período

- Pintura da parede, teto e piso de toda a caixa das escadas de emergência do edifício Marquês do Lavradio;
- Execução de *layout* da reprografia no 10º pavimento do edifício Marquês do Lavradio;
- Instalação de grades com porta metálica na cobertura do edifício Marquês do Lavradio;
- Pintura das grades do 10º pavimento do edifício Marquês do Lavradio;
- Substituição dos engates hidráulicos de todos os banheiros do edifício Marquês do Lavradio;
- Confecção de dique removível do Setarq-RJ2 (Setarq-RJ2);
- Pintura do Setarq-RJ-2;
- Melhoria do sistema de esgoto do Setarq-RJ2;
- Execução de novo *layout* da Secretaria de Manutenção e Obras (SMO), 6º pavimento do edifício Barão de Mauá;
- Execução de novo *layout* da Secretaria de Logística (SLG), 5º pavimento do edifício Barão de Mauá;
- Execução de novo *layout* da Secretaria de Gestão do Conhecimento (SGC), 4º pavimento do edifício Barão de Mauá;
- Realização de *layout* para sala específica da Escola de Administração e Capacitação de Servidores (Esacs), 3º pavimento do edifício Barão de Mauá;
- Execução de novo *layout* da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), nos 13º e 14º pavimentos do edifício Barão de Mauá;
- Pintura dos corredores de serviço e recepção dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, e 11º pavimentos do Prédio-Sede;
- Instalação de balcão na Secretaria Judiciária (SJU), 2º pavimento do Prédio-Sede;
- Manutenção da escada de incêndio do Prédio-Sede;
- Execução de *layout* da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no 8º pavimento, ala norte, do Prédio-Sede;
- Execução de *layout* de parte da Diretoria Geral (DG), Seção de Apoio Operacional e Cerimonial (SEAOC), Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (AIC) e Ouvidoria, no 4º pavimento, ala sul, do Prédio-Sede;
- Execução de *layout* da Divisão de Manutenção (DMAN), Seção de Manutenção de Equipamentos (SemaE) e Seção de Manutenção Predial (Semap) na sobreloja do Prédio-Sede;
- Execução de *layout* das ilhas de reprografia nos 2º e 5º pavimentos do Prédio-Sede;
- Pintura do refeitório dos terceirizados no subsolo do Prédio-Sede;
- Execução de novo *layout* da Central de Atendimento

ao Magistrado e Servidor (Cemase) no 3º pavimento do Prédio-Sede;

- Impermeabilização da varanda do 2º pavimento, ala norte, do Prédio-Sede;
- Execução de *layout* do serviço médico e das salas de atendimento aos clientes dos planos de saúde NotreDame e Amil, no 6º pavimento do Fórum Advogado Eugênio Haddock Lobo.

2.2 Seção de Manutenção de equipamentos – SEMAE

2.2.1 Principais atividades desenvolvidas pela SEMAE durante o período

- Contratação de manutenção do sistema de ar-condicionado do Fórum Advogado Eugênio Haddock Lobo;
- Renovação do contrato dos serviços de operação, instalação e manutenção dos equipamentos de som e vídeo nos prédios do TRT/RJ;
- Elaboração de contrato para análise da qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente;
- Recuperação do sistema de climatização do prédio do Fórum Ministro Arnaldo Sússekind.

2.3 Seção de Manutenção do Interior – SEMAI

2.3.1 Principais atividades desenvolvidas durante o período

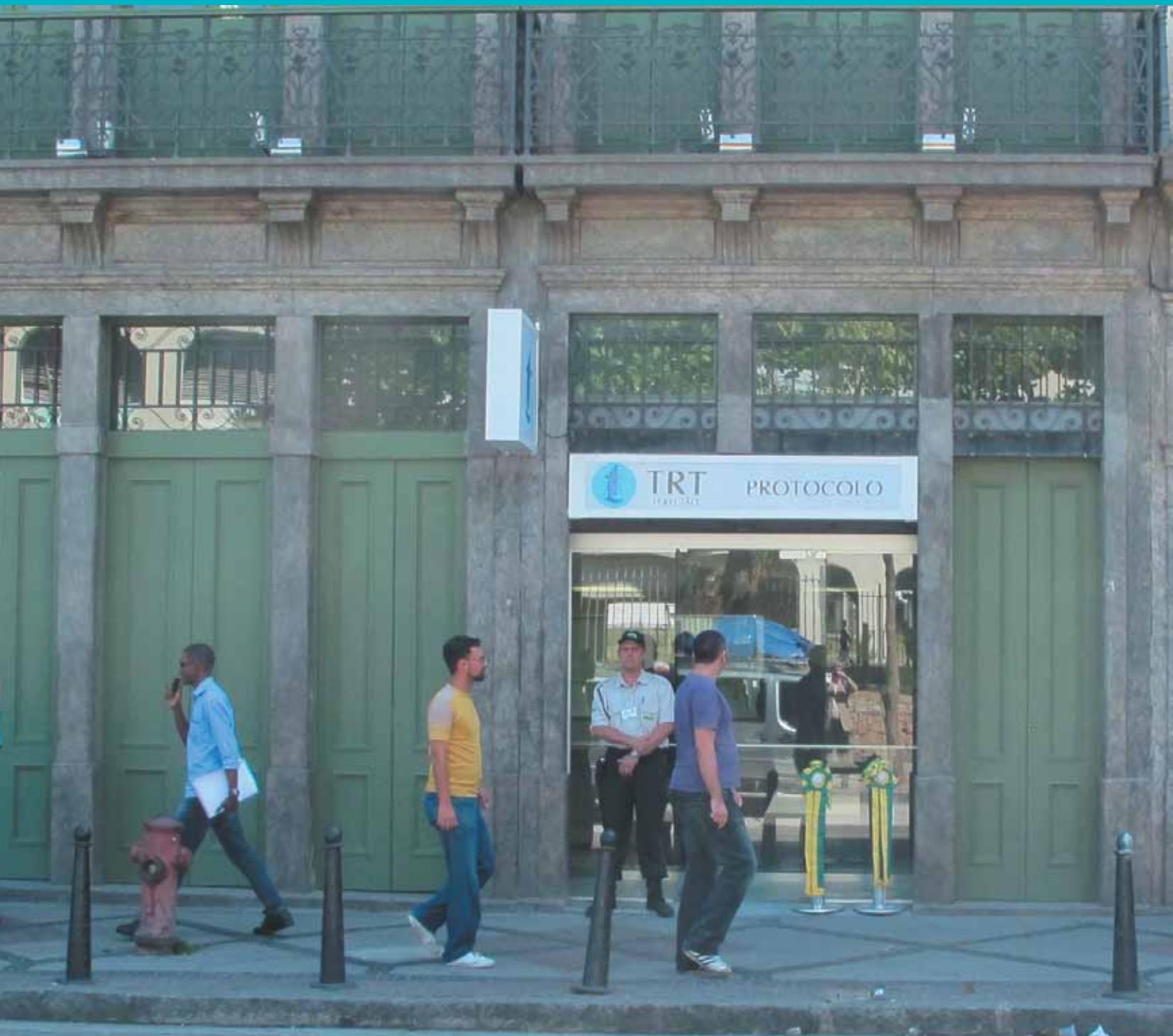
- Os setores de Manutenção do Interior, sob a coordenação da SEMAI, executaram cerca de 2.453 ordens de serviço, destacando-se a recuperação, em manutenção predial, nas áreas de elétrica, hidráulica, pintura, alvenaria, serralheria e marcenaria das unidades do interior, em especial nos Fóruns de Nova Iguaçu, São Gonçalo, Macaé e Niterói.
- Promoveram-se adequações das instalações das novas Varas do Trabalho de Barra Mansa, Itaguaí, Nova

Iguaçu e Nilópolis, com colocação de aparelhos de ar-condicionado;

- Adequação elétrica do Fórum de Duque de Caxias;
- Aumento de carga da Vara do Trabalho de Magé;
- Adequação do ar-condicionado central do Fórum de São João de Meriti;
- Pintura e substituição de telhas e blocos de vidros no Fórum de São Gonçalo e a substituição dos equipamentos de som antigos das Varas do Trabalho do interior.

Resumo dos principais serviços executados pela SMO em 2011

- Instalação da 2ª VT de Nova Friburgo em 26/01/2011;
- Instalação do novo Fórum de Nova Iguaçu em 21/03/2011;
- Adequação das instalações da Vara do Trabalho de Resende às recomendações decorrentes da atuação do GRACO;
- Instalação do Arquivo da Rua Mourão do Vale em 04/07/2011;
- Reinstalação da Vara do Trabalho de Nilópolis em prédio cedido pela Prefeitura do município em 22/08/2011;
- Instalação do Protocolo no anexo do edifício Marquês do Lavradio em 07/10/2011;
- Elaboração de Projeto Básico completo para contratação da modernização das Varas do Trabalho de Magé e Teresópolis;
- Elaboração de Projeto Básico completo para contratação da modernização dos elevadores do Fórum de Niterói;
- Inauguração do Prédio-Sede das Varas do Trabalho de Cabo Frio em 14/11/2011;
- Inauguração das novas instalações da Vara do Trabalho de Itaguaí em 06/12/2011.



Novo espaço do Protocolo da Justiça do Trabalho, inaugurado em 7.10.11 e funcionando em prédio anexo ao Foro da Rua do Lavradio

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF

A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – dentro das atribuições de garantir de forma eficiente a gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional, bem como o registro de todos os atos e fatos contábeis da forma mais fidedigna possível – manteve, em 2011,

a medição dos indicadores implantados a partir de 2010, com o intuito de monitorar o desempenho da sua gestão.

Assim sendo, o resultado encontrado, no exercício, até o mês de dezembro é o demonstrado a seguir, por área:

Na área Contábil:

Indicador	Fórmula	Resultado e análise
Índice de conciliação patrimonial	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de registros equivocados}}{\text{N}^\circ \text{ de registros no ÁGORA e no SIAFI}}$	Dos 7.986 registros patrimoniais, 128 foram realizados por equívoco, o que corresponde, em termos percentuais, a 2% do total.
Índice de liquidação de despesa com precatórios	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de NS emitidas}}{\text{N}^\circ \text{ de minutas recebidas}}$	Das 91 minutas recebidas foi obtido o resultado de 191 Notas de Sistemas (NS) emitidas, representando 100% de aproveitamento.
Índice de despesas classificadas corretamente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de despesas classificadas corretamente}}{\text{N}^\circ \text{ de despesas classificadas}}$	Foram classificadas corretamente 346 despesas, do total de 351, gerando um aproveitamento de 99%.
Índice de conformidade das regularizações referentes aos depósitos em conta única	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de NS emitidas corretamente}}{\text{Total de NS emitidas}}$	Das 946 NS emitidas, 922 foram emitidas corretamente, representando 97% de acertos.
Índice de análise de depósitos realizados na conta única	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de documentos recebidos}}{\text{N}^\circ \text{ de documentos solicitados}}$	Do total de 339 documentos recebidos, 271 foram analisados, o que corresponde a 80% do total.
Índice de conformidade de gestão	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de registros analisados}}{\text{N}^\circ \text{ de registros efetuados no SIAFI}}$	Dos 26.465 registros efetuados no SIAFI, 9.174 foram analisados, representando 35% do total de registros.

Dos indicadores acima, vale a pena ressaltar os 100% de aproveitamento obtidos na contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, os 99% de despesas classificadas e os 97% de conformidade obtidos na regularização de depósitos efetuados na conta única.

Os demais ficaram dentro das expectativas previs-

tas para o exercício, exceto o índice de conformidade de gestão que teve uma média anual de 35%. Contudo, com o objetivo de melhorar este indicador, a SOF já está revendo os processos de trabalho e iniciando um projeto de automatização das atividades relacionadas à conformidade de gestão.

Na área Financeira:

Indicador	Fórmula	Resultado e Análise
Índice de ordens bancárias canceladas	$\frac{\text{Nº de ordens bancárias canceladas}}{\text{Total de ordens bancárias emitidas}}$	Das 6.806 OB emitidas, 153 foram canceladas o que representa 2% do total.
Índice de pagamentos realizados com atraso	$\frac{\text{Quantidade de pagamentos realizados com atraso}}{\text{Quantidade total de pagamentos}}$	Dos 6.809 pagamentos realizados, 704 foram efetuados com atraso, gerando um percentual de 10%.
Índice de restos a pagar (não processados)	$\frac{\text{Restos a pagar executados}}{\text{Total de restos a pagar inscritos}}$	Do saldo total de R\$29.497.292,53 já foram baixados R\$16.431.372,07, representando 55,7%.
Índice de programação financeira consistente	$\frac{\text{Programações corretas}}{\text{Total de programações registradas}}$	Das 62 programações financeiras registradas, 100% estavam corretas.
Índice de restos a pagar (processados)	$\frac{\text{Restos a pagar executados}}{\text{Total de restos a pagar inscritos}}$	Do saldo de R\$1.993.41148, já foram executados R\$1.729.304,88, o que representa 87% do saldo total inscrito.
Índice de processos analisados	$\frac{\text{Nº de equívocos}}{\text{Total de processos analisados}}$	Do total de 5.032 processos analisados, foram cometidos 15 equívocos, o que representa 0,3% do total.

Ressalte-se do quadro acima os 100% de programação financeira registrada corretamente, os 2% de ordens bancárias canceladas, os 0,3% de equívocos cometidos no universo de 5.032 processos analisados.

Os demais indicadores ficaram dentro das expectativas previstas para o ano. Ressalte-se que 88% do valor a ser baixado de restos a pagar não processados correspondem a um único Precatório que se encontra sobrestado.

Na área Orçamentária:

Indicador	Fórmula	Resultado e Análise
Índice de precisão na emissão de notas de empenho	Nº de notas de empenho emitidas com acerto / Total de notas de empenho emitidas	Das 2.019 notas emitidas, 2.013 foram corretas, o que representa 99,7%.
Taxa de execução orçamentária	Total executado / Dotação orçamentária autorizada	Do saldo de R\$1.345.351.863, já foram executados R\$1.342.993.387, representando 99,8% do total autorizado.
Taxa de liquidação da despesa	Total liquidado / Dotação orçamentária autorizada	Do saldo de R\$1.345.351.863, já foram liquidados R\$1.332.042.479, representando 99,01% do total autorizado.
Índice de cumprimento das atividades do ciclo orçamentário	Total de documentos elaborados em conformidade e tempestivamente / Total de documentos	Foram elaborados 12 documentos e todos foram apresentados em conformidade e tempestivamente.
Índice de atendimento aos Órgãos Superiores de Orçamento	Nº de conformidades nas informações prestadas / Total de informações	Das 32 informações prestadas, 100% foram em conformidade.

Vale a pena ressaltar, dos indicadores acima, os 100% obtidos no cumprimento das atividades do ciclo orçamentário, na conformidade das informações prestadas aos Órgãos Superiores de Orçamento e às unidades do Tribunal.

Chamam também atenção os índices “Taxa de execução orçamentária” e “Taxa de liquidação da despesa”, que obtiveram como resultado, até o mês de dezembro, 99,8% e 99,01%, respectivamente.

Além disso, foi verificada a regularidade dos procedimentos relacionados aos estágios do empenho, da liquidação e do pagamento da despesa de 89 processos SOF, bem como a conferência dos procedimentos referentes à elaboração da proposta orçamentária prévia, dos créditos adicionais, da proposta orçamentária anual, do plano plurianual, dos relatórios de controle orçamentário, das mensagens do Sistema Integrado de

Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e do relatório de Gestão Fiscal.

Outra atividade relevante foi a publicação na intranet, mensalmente, atendendo a compromisso assumido pela Presidência deste Regional, de todos os indicadores relacionados a divisões, as atas das reuniões orçamentárias, os processos auditados, os relatórios de controle orçamentário, os relatórios de restos a pagar, recolhimento ao Tesouro Nacional, incluindo as receitas geradas por custas judiciais, emolumentos, taxa de inscrição em concurso público, dentre outras. A Divisão Financeira, periodicamente, publica no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro as informações acerca de concessão de diárias.

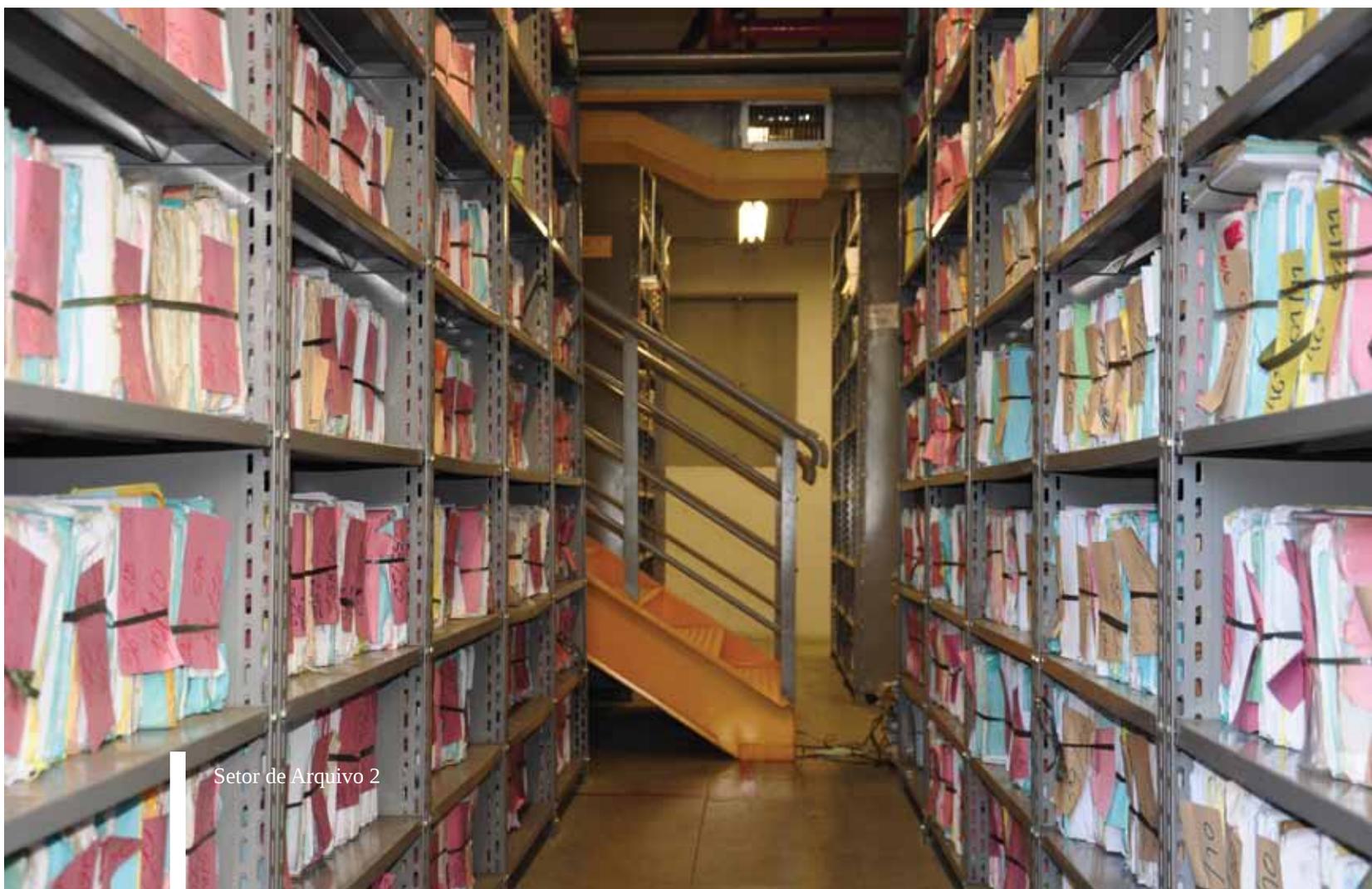
Também são publicados na internet, mensalmente, os dados relacionados à gestão orçamentária e financeira do TRT/RJ, conforme determinações do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), para acesso irrestrito da sociedade.

Importante destacar, no exercício 2011, a utilização dos recursos disponibilizados pelo CSJT através do Projeto de Modernização das Instalações na Justiça do Trabalho, que possibilitou a contratação das obras para os Fóruns de Magé, Teresópolis e Niterói, visando à me-

lhoria nas instalações prediais e, com isso, uma melhor prestação aos jurisdicionados.

A SOF continuará, ao longo de 2012, aprimorando suas atividades e rotinas para alcançar metas próprias e também metas estabelecidas por outros órgãos do Poder Judiciário. Assim sendo, concluímos que as atividades da SOF foram realizadas de forma satisfatória.



Setor de Arquivo 2

Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

1. Divisão de Recrutamento e Avaliação – DRAV

A DRAV abrange as seções de Recrutamento (Seret) e de Avaliação e Acompanhamento (Sevac). Durante o ano de 2011, a Seret desenvolveu ações relativas a:

- Movimentação de pessoal, controle de vagas de cargos efetivos, concurso público para provimento de cargos do quadro de servidores e magistrados, declaração sobre cumulação de cargos, remoção por permuta, redistribuição, clima organizacional, Ação Estratégica Integra-Ação, processo seletivo interno e recrutamento dos candidatos aprovados nos concursos e seleções internas.

A Sevac desenvolveu ações relativas à avaliação de desempenho para o fim de realizar a promoção dos servidores efetivos e a progressão de servidores efetivos em estágio probatório.

Gestão de Pessoas por competências

Em agosto de 2011, a DRAV representou o TRT/RJ junto ao CNJ, na consultoria em Gestão de Pessoas por Competências, gerando, após reunião com todos os demais Regionais, as diretrizes para elaboração da Política de Gestão de Pessoas por Competências, em nível nacional.

Convocação de servidores – concursos em vigência

Em 2011, foram convocados 269 candidatos aprovados nos concursos públicos para provimento dos cargos pertencentes ao quadro de pessoal deste Regional.

Concurso de juízes

Em fevereiro, foram empossados 15 candidatos aprovados no Concurso de 2010. Um novo certame foi iniciado e, ao final de 2011, encontrava-se na segunda etapa – prova discursiva.

Movimentação de servidores

Conforme os critérios estabelecidos pela Resolução Administrativa Nº 26/2008, alterada pela Resolução Administrativa Nº 26/2010, no ano de 2011 foram cadastradas 277 solicitações de alteração de lotação feitas pelos servidores, sendo atendidas 112.

Controle de vagas de cargos

Cabendo a esta Divisão realizar o controle de cargos efetivos deste Tribunal, verifica-se que, atualmente, estão disponíveis 28 vagas para juiz do Trabalho Substituto e 26 para servidores, sendo estes 20 Técnicos Judiciários e seis Analistas Judiciários.

Declaração de exercício do magistério

No primeiro trimestre de 2011, foram encaminhados formulários a todos os magistrados a fim de verificar possíveis casos de acumulação de cargos, considerando-se a compatibilidade de horários.

Remoção por permuta

Foram recebidos 26 processos de remoção para avaliação curricular, entrevista e sugestão de lotação.

Redistribuição

No ano de 2011, foram recebidos 12 processos de redistribuição para análise e entrevista com os interessados, sendo outros procedimentos destinados à sua formalização executados pela Divisão de Administração de Pessoal.

Recrutamento e seleção interna

Foram realizados seis processos seletivos para 30 vagas, com um total de 114 inscritos. Foi realizada, também, a verificação de eficácia dos processos seletivos.

Promoção e progressão funcional

Foram emitidas 249 fichas de promoção funcional, 592 de progressão funcional e 1.057 de estágio probatório,

totalizando 1.898 fichas enviadas. Durante o ano também foram autuados 475 processos tratando de promoção, progressão e estágio probatório, tendo sido publicadas 17 Portarias de promoção, 31 de progressão e 35 de estágio probatório.

2. Divisão de Preparo de pagamento de Pessoal – DPPE

Dentre as ações da Divisão de Preparo de Pagamento de Pessoal realizadas em 2011, merecem destaque as seguintes:

- Quitação de parte dos passivos devidos a magistrados relativos à Parcela Autônoma de Equivalência – PAE;
- Quitação de parte dos passivos devidos a servidores relativos à URV e à revisão de adicional por tempo de serviço;
- Elaboração e envio de 764 ofícios de resposta à AGU e à Justiça Federal, às entidades de classe e a outros órgãos, encaminhando informações, cálculos e fichas financeiras relativas a passivos de URV, 434 certidões de passivos de URV, e aproximadamente 600 certidões de passivos de Quintos (VPNI);
- Preparo das folhas de pagamento regulares e suplementares a mais de 6.000 (seis mil) beneficiários, entre magistrados e servidores, ativos, inativos e beneficiários de pensão por morte;
- Envio de arquivos com informações para atendimento à Resolução N° 102 do CNJ (Transparência);
- Prestação de informações bimestrais ao CSJT dos quantitativos de servidores inativos e pensionistas do quadro efetivo;
- Geração e envio mensal das Guias do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP's e das respectivas retificações;
- Geração e envio das Declarações de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF's originais e retificadoras;
- Processamento, em média, de 350 (trezentos e cinquenta) movimentos mensais de consignações facultativas (empréstimos, mensalidades de associações/sindicato) e de quantidade mensal variável de consignações compulsórias em folha de pagamento (pensões alimentícias, honorários da AGU, execuções trabalhistas etc);
- Gerenciamento de devoluções ao erário e inscrições na dívida ativa;
- Procedimentos para gestão de passivos e dos pagamentos por via judicial;
- Emissão de declarações para recebimento de valores de URV e PAE aos servidores inativos e pensionistas, através de mala direta.

3. Divisão de Saúde – DSAD

Durante o ano de 2011, deu-se prosseguimento às atividades de concessão de licenças médicas, de realização de perícias por Junta Médica Oficial e de atendimentos a urgências. Nos meses de agosto e novembro, foram recebidos novos servidores, sendo quatro médicos, duas assistentes sociais e uma psicóloga. Com efeito, eles contribuíram para imprimir maior celeridade na emissão de laudos, tendo sido duplicada a média de realização de perícias (de 4 perícias diárias para 8 perícias diárias) e para que as decisões médicas se dessem de maneira mais subsidiada.

Também, no início do ano, foi adquirida uma nova ambulância, possibilitando a prestação de melhor atendimento a magistrados e servidores.

Durante os meses de setembro e outubro, os médicos cardiologistas realizaram a primeira avaliação que irá compor o Plano de Capacitação Anual dos Agentes de Segurança.

Foi finalizado o Projeto "Movimente-se", com visitação às Varas do Trabalho e aos setores da Administração, para análise dos resultados obtidos.

Durante o ano, a Divisão também realizou visitas para ajuste de postos de trabalho e participou da ambientação funcional dos novos empossados, bem como na estruturação do Projeto Estratégico PE-31 – Vara Modelo.

4. Divisão de Administração de Pessoal – DIAP

Em 2011, diversas ações foram desenvolvidas pela Divisão de Administração de Pessoal, visando ao constante aprimoramento do atendimento às demandas de seu público-alvo, composto de servidores, magistrados e pensionistas. Destacaram-se as seguintes atividades:

Reestruturação administrativa

Foram elaboradas as portarias pertinentes às mudanças ocorridas no organograma do Tribunal, em virtude da edição das Resoluções Administrativas 12, 27, 38, 39 e 41/2011, que reestruturaram diversas unidades deste Tribunal, tendo sido efetuadas as correspondentes atualizações no sistema informatizado.

Posse de servidores em cargos efetivos

Tomaram posse em cargos efetivos deste Regional 163 (cento e sessenta e três) servidores, demandando o cadastramento de todos os registros funcionais no sistema informatizado.

Processamento de aposentados e pensões

Foram processadas, até a data de 31/12/2011, 102 (cento e duas) concessões de aposentadoria, 31 (trinta e um) processos de concessão de pensões *post-mortem* e 21 (vinte e uma) revisões de aposentadorias ou pensões.

Levantamento de dados estatísticos de pessoal

No decorrer de 2011, foram disponibilizadas diversas

planilhas eletrônicas com dados pertinentes a esta unidade, de modo a atender a solicitações internas, bem como de outros órgãos da Administração Pública, tais como CNJ, CSJT, TST, TCU.

Cumprimento de diligências do Tribunal de Contas da União (TCU)

Foram realizados procedimentos inerentes ao cumprimento de diligências oriundas do Tribunal de Contas da União, em um total de 287 (duzentos e oitenta e sete) processos administrativos.

Assistência complementar à saúde

Neste âmbito, a principal ação desenvolvida em 2011 foi a implantação dos novos ajustes obrigacionais (contrato e convênio), destinados a dar continuidade à prestação da assistência médico-hospitalar aos servidores, magistrados e seus dependentes, após o término da vigência da contratação anterior, prorrogada até 30/06/2010, com a empresa AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

A implantação do contrato com a NotreDame Seguradora e do convênio com a Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho – ANAJUSTRA – abrangeu mais de 10.600 (dez mil e seiscentos) cadastramentos, além de uma ampla campanha de divulgação, para o Portal e intranet do TRT/RJ, elaborada em parceria com a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (AIC).

Desenvolvimento de estudos e revisões de regulamentações

Foram realizados estudos destinados à revisão de regulamentos vigentes neste Tribunal e à aplicação de normas relacionadas com pessoal, com destaque para o estudo sobre os critérios para cumprimento, no âmbito deste Regional, dos Mandados de Injunção de números 1.052-DF, 1.688-DF e 1.211-DF, bem como para definir a contagem de tempo especial em atividades insalubres/perigosas; estudo acerca da regulamentação da substituição (Processo TRT-PA-719/98 - Ato N° 69/2011); revisão do Ato regulamentar de férias (Ato N° 64/2009), com o es-

copo de compatibilizá-lo com as alterações promovidas na Lei Nº 8.112/90, pelas Leis Nº 9.527/97 e 12.269/10; estudos para aplicação da conversão de Licença-Prêmio em pecúnia, que culminaram na publicação do Ato Nº 89/2011; estudos visando à regulamentação do pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), implementados nos autos do Processo DGA 36/07.

5. Central de atendimento ao magistrado e servidor – CEMASE

Foram realizadas modificações no *layout* da Central de Atendimento ao Magistrado e Servidor, que deixou de possuir um balcão para os atendimentos e passou a ser estruturada para atender à clientela da Secretaria de Gestão de Pessoas de forma mais direta e acolhedora, a partir de 2012, possibilitando o livre acesso de todos ao interior da unidade.

Durante o ano de 2011, foram planilhados 11.799 (onze mil, setecentos e noventa e nove) documentos e realizados, aproximadamente, 100 (cem) atendimentos diários.

Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

A desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos assumiu a direção do Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho (CCTRT/RJ), no dia 25 de março de 2011, para o biênio 2011/2013. À época, o Centro Cultural já exibira a exposição “Retratos em preto e branco”, no período de 14 a 25 de janeiro, e estava realizando a exposição “O Grito”, com abertura em 18 de março e visitação de 21 de março a 26 de abril. A seguir, as ações realizadas pelo CCTRT/RJ:

Março

- O Centro fechou parceria com o Projeto “Música no Museu” para apresentação mensal no espaço e, logo no dia 30 de março, ocorreu a apresentação da Camerata de Violões (grupo formado por profissionais do Conservatório Brasileiro de Música);

Abril

- 12/4: Encontro de Corais – Coral do TRT/RJ, Coral do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) e Associação Atlética Banco do Brasil, com a participação do Grupo Servidores em Cena;
- 13/4: Lançamento do livro do juiz Marcelo Moura – “Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para Concursos – Teoria, Súmulas, Jurisprudência e Questões”, Editora Juspodivm;

Maiο

- 5/5: Celebrada a abertura das comemorações pelos 70 anos da Justiça do Trabalho, com apresentação da Orquestra de Cordas da Petrobras Sinfônica;
- 11/5: Apresentações do Grupo Servidores em Cena, Coral da Justiça do Trabalho da 1ª Região e Coral do Hospital Central da Aeronáutica;
- 16/5: Coquetel de abertura do Seminário “Trabalho precoce e direitos humanos”, realizado pela Ematra, Amatra-1 e Ministério Público do Trabalho (MPT), com lançamento dos livros “Prevenção e eliminação do trabalho infantil: um guia para ação governamental” e “Criança, adolescente, trabalho”;
- 23/5: Apresentação do Duo En'Harmonie (Caroline

Lieby-Muller – harpa, e Jérémy Lussiez – fagote, ambos da França), com a presença da harpista Claire Jones, dentro da Série VI RioHarp Festival, integrante do projeto “Música no Museu”;

- 26/5: apresentação de Benjamin Creighton (harpa – Reino Unido), dentro da Série VI RioHarp Festival, integrante do projeto “Música no Museu”;

Junho

- 9-30/6: Exposição “Poéticas Ambientais”, com trabalhos (telas e instalações) dos artistas plásticos Alice Gorayeb Vinagre, Anderson Carneiro Kelly, Helder Nascimento, Huno, Grasi Fernasy, Neide Roche, Reinaldo Silva, Yara Rangel, Yara Mochiaro, Nilza Athaide, Silva Maranhão e Suzana Amaral, e curadoria de Germana Portella;

Julho

- 01/7: Apresentação do grupo “Música Indiana Brasil” (com os músicos Sandro Shankara – cordas, Jaffer Ferreira – percussão, e Paramatma Cristophe – flautas), integrante do projeto “Música no Museu”;

Agosto

- 5/8: Apresentação do Duo Rangel (Mateus e Marcos Rangel), integrante do projeto “Música no Museu”;
- 9/8: Apresentação dos Corais de Copacabana e São Conrado, sob a regência do maestro Eduardo Feijó, na abertura da exposição “4 Artes em Movimento”, com telas dos artistas plásticos Fátima Cabral, Jorge Calfo, Vera Gonzalez e Yara Mochiaro;
- 15/8: Apresentação de Daniel Murray (violão), integrante do projeto “Música no Museu”;

Setembro

- 2/9: Apresentação de Newton Nazareth (piano – show multimídia), integrante do projeto “Música no Museu” e do violinista Cedmon Alves, acompanhado do percussionista Reinaldo Pestana, integrante do projeto “Música no Museu”;
- 6-27/9: Salão de Fotografias de magistrados e

servidores do TRT da 1ª Região (Tema: Livre), com a apresentação do grupo de chorinho "Pixinguços", composto pelos músicos Luis Berner (violão), Daniel Senos (bandolim), Marianne Zanon (violão/pandeiro), Jéssica Soares (cavaco) e João Dutra (flauta transversa);

- 27/9: 2º Encontro de Corais e 1º aniversário do Coral do TRT/RJ, com apresentação do Coral do TRT/RJ e de quatro corais convidados: OAB-Niterói, Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), e Superintendência do Trabalho do Rio de Janeiro;

Outubro

- 7/10: apresentação do Duo Ritmata (Roberto de Brito – violão, e Rachel Castro – flauta), integrante do Projeto "Música no Museu" e visitação dos alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira, de Realengo;
- 14/10: aula de Dança de Salão;

Novembro

- 07-25/11: exposição "Cores e Contrastes" – telas dos artistas plásticos Reinaldo Silva e Lucia Perissé;
- 10/11: coquetel em comemoração à posse do desembargador Mário Sérgio Medeiros Pinheiro, com apresentação de grupo de jazz;
- 11/11: parceria com a Funarte no musical "Arranco de Varsóvia", onde foram contemplados 15 servidores do TRT/RJ com ingressos para o show do grupo;
- 14/11: apresentação dos músicos Marco Miglietta (oboé) e Pablo Macieira (fagote), integrante do Projeto "Música no Museu";
- 18/11: realização do evento Encontro com as Palavras (música, poesia e dança), com o Grupo Servidores em Cena;
- 21/11: coquetel de abertura do I Fórum Gestão Judiciária do TRT/RJ;

Dezembro

- 16/12: realização do V Seminário do Empreendedorismo na Área Musical, em parceria com o projeto "Música no Museu".



Exposição "Poéticas Ambientais", inaugurada em 9.6.11, no Centro Cultural do TRT/RJ

Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental – CPRSA

A Comissão é composta pelo juiz Maurício Pizarro Drummond, Titular da 12ª Vara do Trabalho; José Márcio da Silva Almeida, diretor-geral do TRT/RJ; Bruno Henrique Fernandes Fonseca, assessor de Desenvolvimento Institucional; Alessandra Nunes Martins, assessora de Imprensa e Comunicação Social do Regional; Patrícia Cardoso de Mello Silva, secretária-executiva da Comissão e presidida pela desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos.

A CPRSA, em 2011, objetivou o aprofundamento da cultura de responsabilidade socioambiental, explicitada como valor do TRT/RJ, dando continuidade ou desenvolvendo projetos e ações de combate ao desperdício, de minimização de impactos ambientais e de destinação adequada dos resíduos gerados; igualmente ocupou-se em focar as condições de trabalho e relações interpessoais no âmbito do Regional, com o intuito de melhoria da qualidade de vida no trabalho. Foram reiteradas ou implementadas as seguintes ações:

Impressão frente e verso

A impressão frente e verso dos documentos, recomendada pela Portaria Nº 151/2007, é mantida ativamente, e as aquisições de impressoras continuam atendendo ao que determina a norma, constando a modalidade duplex.

Uso do papel reciclado

O papel reciclado vem sendo adquirido e utilizado no TRT/RJ desde 2007. É necessária a solicitação para uso na unidade.

Projeto Movimento-se

Incentiva a observância de pausas e a prática de alongamentos no curso da jornada de trabalho. São exercícios simples, que podem ser feitos individualmente ou em grupo. Estão disponíveis em cartazes, prismas de mesa, no *mouse-pade* na página da CPRSA no Portal do TRT/RJ.

Por solicitação do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, José Antônio Vieira

de Freitas Filho, foi realizada parceria para utilização do Projeto no MPT-RJ. Foram cedidos os desenhos dos exercícios e proferida palestra no auditório do Ministério, por profissionais da seção de Promoção de Saúde do TRT/RJ, que forneceram dicas para a prevenção das lesões por esforço repetitivo (LER) e dos distúrbios osteomioarticulares relacionados ao trabalho (DORT).

Dicas de saúde

Orientações sobre hábitos saudáveis e prevenção de doenças, divulgadas periodicamente na intranet.

Combate ao desperdício

Foram distribuídas canecas de louça nas ambientações dos magistrados e servidores, a fim de evitar o uso de copos descartáveis.

Biblioteca Livre

Espaço disponível para troca de livros e revistas por todas as pessoas que trabalham ou circulam pelos prédios do Regional. Os leitores podem trazer, trocar, retirar, repor ou devolver livros e revistas nas estantes colocadas nos *halls* dos prédios do TRT/RJ na Capital e na sala de lanches da Escola de Capacitação e Administração de Servidores (Esacs).

Servidores em Cena

Ideia inovadora – apoiada pela Comissão Socioambiental – busca reunir dotes artísticos dos servidores do TRT/RJ, em uma iniciativa espontânea. O grupo, que completou seu primeiro aniversário em agosto de 2011, prepara esquetes, saraus, encontros literários, exposições, contação de histórias e dança de salão. Em 2011, o grupo se apresentou 12 (doze) vezes.

Campanhas de doação

Em 2011, foram realizadas três campanhas, que beneficiaram grupos sociais externos ao Regional. Foram elas:

Volta às aulas solidária: campanha de coleta de material escolar, realizada no mês de fevereiro, para as crianças da Associação Repartir. Em 2011, as crianças desabrigadas da região serrana também foram contempladas.

Inverno: tradicionalmente realizada no mês de julho, a mobilização arrecadou 61 (sessenta e um) itens entre agasalhos para adultos e crianças, cobertores, roupas de cama, fraldas descartáveis e leite em pó integral. O material foi destinado à Associação Repartir.

Dia das Crianças: no mês de outubro foram recolhidos 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) brinquedos e livros para as crianças atendidas pela Associação Repartir e para as crianças internadas no Hospital Municipal Jesus. O evento de entrega das doações contou com a participação de Contadores de Histórias e apresentação do Grupo Servidores em Cena.

Programa Trabalho, Cidadania e Justiça

Parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho da 1ª Região (Amatra-1), o objetivo é divulgar os direitos básicos dos trabalhadores, fortalecer a cidadania e aproximar o judiciário da sociedade. O programa conta com duas ações:

Casa de Direitos: a ação é uma parceria firmada entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, o Ministério da Justiça e Tribunais, entre eles o TRT da 1ª Região. A CPRSA participou das duas ações itinerantes, realizadas na Cidade de Deus, em 30 de abril e 2 de julho de 2011.

Semana da Criança: tem como objetivo a aproximação de crianças e adolescentes com a Justiça do Trabalho. No dia 07/10/11, estudantes da Escola Municipal Tasso da Silveira visitaram o Fórum do Lavradio e o Prédio-Sede

do TRT/RJ. Alunos e professores tiveram a oportunidade de ver de perto as atividades realizadas pelo Tribunal, obtendo noção da função jurisdicional. O grupo foi presenteado com um kit, oferecido pela CPRSA, contendo uma camisa feita de malha pet (da Comissão), Cartilha do Trabalhador e brindes variados. Os alunos e professores assistiram a uma apresentação do grupo Servidores em Cena, durante o lanche no refeitório do edifício da Rua do Lavradio.

Coleta permanente de eletrônicos

Este projeto, denominado "Futuro para Todos", criou postos permanentes de recolhimento de eletroeletrônicos nos prédios do TRT da 1ª Região. Tem como objetivo proporcionar meios para o descarte adequado de equipamentos eletroeletrônicos e contribuir com a inclusão social.

Fora da Capital, as comarcas de Itaguaí, Nova Friburgo, São João de Meriti, Volta Redonda, Itaperuna, São Gonçalo e Angra dos Reis pontuaram com grandes contribuições.

Iniciado em 25 de julho, os postos arrecadaram 1.023 (hum mil e vinte e três) itens, encaminhados para a ONG Comitê para a Democratização da Informática (CDI), que os destina à inclusão social de crianças, capacitando indivíduos de diversas idades, pertencentes a grupos menos favorecidos. O que não é reaproveitado é descartado de forma correta, sem comprometer o meio-ambiente. Podem ser doados computadores, teclados, televisores, impressoras, roteadores, DVDs, videocassete, monitores, entre outros resíduos eletrônicos.

Integração Interna

Todas as ações têm o objetivo de promoverem o relacionamento e a confraternização entre as pessoas que trabalham no Regional. A integração também visa à construção da cultura da participação, buscando envolver servidores voluntários em todas as etapas. Destacam-se duas importantes festas:

Ouro da Casa: a 5ª edição da Festa Ouro da Casa foi realizada no dia 27 de outubro, na Marina da Glória, para 1.000 (hum mil) pessoas. Além de muita diversão, houve apresentação de talentos da casa, previamente inscritos.

Terceirizados: a 6ª edição da Festa dos Terceirizados, realizada pela direção do Fórum das Varas do Trabalho da Capital, com apoio da CPRSA, homenageou cerca de 900 (novecentos) trabalhadores das empresas contratadas e estagiários que prestam serviços em todos os prédios do Tribunal na Capital. A festa contou com a apresentação do Coral do TRT/RJ e talentos, dentre os trabalhadores terceirizados e estagiários, além de música, *buffet*, cestas de Natal, prêmios e distribuição de presentes para os filhos dos trabalhadores de até 12 anos de idade. Magistrados e servidores participam, voluntariamente, da organização da festa e da contribuição para as despesas.

A CPRSA incentiva as demais comarcas a realizarem suas próprias comemorações.

Projetos Estratégicos

PE-7 Inventário Socioambiental: concluído em dezembro, aguarda reunião do Conselho de Gestão Estratégica (CGE) para o encerramento. O objetivo é dar visibilidade às ações do TRT/RJ relacionadas com a Responsabilidade Socioambiental, realizadas ou não pela CPRSA.

PE-8 Livro Falado: em processo de finalização, com previsão de conclusão para março de 2012. Este projeto estratégico consiste em implantar, como modalidade de capacitação dos servidores, a atividade de leitura de material jurídico-didático para gravação de audiolivros destinados ao uso exclusivo de deficientes visuais, atendidos pelo Instituto Benjamin Constant.

PE-9 Integração Socioambiental: composto por três subprojetos: Arte no Fórum, Coral e Clube da Corrida e Caminhada. Na 35ª reunião do Conselho de Gestão

Estratégica (28/06/2011), foi aprovado o encerramento dos subprojetos Arte no Fórum e Coral por terem sido concluídos. Ambos foram inseridos no Banco de Boas Práticas de Gestão, do Canal de Estratégia do Judiciário do CNJ.

Decidiu-se que caberia à CPRSA definir sobre a possibilidade de continuar as ações pertinentes ao subprojeto Arte no Fórum, bem como dar continuidade às ações, já em andamento, do subprojeto Coral do TRT/RJ. A CPRSA optou por dar prosseguimento aos projetos. O Arte no Fórum manteve os espetáculos nos *halls* dos prédios do Regional e a exibição de vídeos no refeitório do Fórum Marques do Lavradio, bem como nos refeitórios dos 7º e 10º andares do Prédio-Sede. Foram apresentados sete espetáculos e 20 vídeos. Realizou-se pesquisa de opinião para verificar o interesse quanto aos vídeos, para posterior avaliação de continuidade pela CPRSA, no ano de 2012.

O Coral do TRT/RJ, que tem como coordenadoras Ana Margarida Pereira Pinto, Stella Maria Fortes Moraes e Lenawaine Mello, prossegue com suas atividades, aberto aos servidores, magistrados – ativos e inativos –, estagiários e terceirizados. Os ensaios são realizados às 3ª feiras, às 18h30, no refeitório do Foro da Lavradio, 10º andar, sob a regência do maestro André Protásio. Conta com cerca de 30 participantes. No ano de 2011, o Coral do TRT/RJ realizou dez apresentações.

O Clube de Corrida e Caminhada foi concluído após a aprovação do Estatuto do Clube da Corrida e Caminhada e a realização da 1ª Corrida e Caminhada do TRT/RJ, no dia 11/12/2011, na Estrada das Paineiras.

Ação estratégica Ser Sustentável

Esta ação estratégica tem a finalidade de estimular a reflexão e a mudança de atitude, objetivando que servidores e instituição incorporem critérios ambientais em suas atividades rotineiras. Foram enviadas mensagens com temas socioambientais para os e-mails corporativos das unidades, publicados informes e mensagens na

intranet do Regional, procedida a manutenção da página da Comissão no site institucional e realizados eventos comemorativos ao Dia do Meio Ambiente.

Cursos internos – Capacitação

A inclusão da Responsabilidade Socioambiental, como parte dos cursos internos destinados aos gestores, resulta de parceria estabelecida com a Escola de Administração e Capacitação de Servidores (Esacs). O Conselho Consultivo da Escola aprovou o enquadramento, para efeitos de Adicional de Qualificação, das palestras, atividades educativas e cursos relacionados à Responsabilidade Socioambiental. Em maio de 2011, foi ministrada aula no curso de ambientação dos novos juízes, promovido pela Escola Judicial.

Compras sustentáveis

Designada pelo Ato CSJT.GPSG N° 098/2011 como representante da Região Sudeste, a secretária-executiva da CPRSA participa do Grupo de Trabalho instituído pelo Ato CSJT.GPSG N° 214/2010, com a finalidade de elaborar proposta visando à edição de guia prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços da Justiça do Trabalho de 1° e 2° graus.

Gerenciamento de resíduos – coleta seletiva

Foi contratada a empresa Keyassociados para desenvolver Plano de Gerenciamento de Resíduos para o TRT/RJ – Processo TRT/SOF 187/11. O Plano dotará o TRT/RJ de recursos para sua conformidade com os padrões e regras ambientais estabelecidos para a destinação de resíduos. Em prosseguimento aos convênios com fornecedores dos cartuchos de *toners* utilizados no TRT/RJ, a partir de 2011, o material está sendo transferido em sua totalidade para as empresas conveniadas – Lexmark, Okidata e Xerox, que efetuam a troca de usados por novos, variando a quantidade, em função do modelo.

Bicicletário

Foi aprovada, em reunião da CPRSA realizada em 13 de setembro de 2011, a instalação de bicicletários nos prédios do TRT/RJ. O projeto, que contempla o Prédio-Sede e os edifícios da Lavradio e Augusto Severo, foi encaminhado à Presidência em 03 de outubro de 2011.

Inclusão da Comissão no Regimento Interno

A proposta de inclusão da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental no Regimento Interno do TRT/RJ foi aprovada pela Comissão de Regimento Interno e será submetida ao Tribunal Pleno para aprovação. Atende ao item 2 da Recomendação CSJT N° 11/2011.



"Dia Diferente" – Comemoração pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, no Parque da Quinta da Boa Vista



Apresentação do Coral do TRT/RJ em comemoração aos 70 Anos da Justiça do Trabalho

Informações úteis

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Fórum Ministro Arnaldo Süssekind
Avenida Presidente Antônio Carlos, 251 – Centro
CEP: 20.020-010 – PABX: 2380-6150

Presidência
Secretaria Geral da Presidência
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Sedic
Vice-Presidência
Corregedoria Regional
Vice-Corregedoria
Assessoria Jurídica da Presidência
Ouvidoria
Escola Judicial
Secretarias de Seção Especializada em Dissídios Individuais
Turmas
Gabinetes dos Desembargadores
Diretoria-Geral
Secretaria Judiciária de 2ª Instância
Núcleo de Centralização de Execução e Conciliação
Seção de Protocolo de 2ª Instância (Sepro 2)
Assessoria de Recurso de Revista
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Secretaria de Gestão de Pessoas
Seção de Apoio Externo e Institucional
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social
Seção de Apoio Operacional e Cerimonial
Coordenadoria de Segurança e Vigilância
Setor de Hastas Públicas
Central de Atendimento ao Magistrado e Servidor
Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª da Região
Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental
Biblioteca Ministro Carvalho Junior

Fórum das Varas do Trabalho da Rua do Lavradio

Rua do Lavradio, 132 – Lapa
CEP 20.230-070 – PABX: 2380-5100

Varas do Trabalho da 1ª a 70ª
Seção de Distribuição de Feitos
Seção de Protocolo Integrado
Seção de Protocolo de 1ª Instância (Sepro-1)
Divisão de Coordenação das Seções do Interior (DCOI)

Fórum Advogado Eugenio Roberto Haddock Lobo

Avenida Gomes Freire, 471 – Centro
CEP: 20231-014 – PABX: 2380-7500

Varas do Trabalho da 71ª a 82ª
Secretaria Judiciária de 1ª Instância
Divisão de Saúde

Edifício Barão de Mauá

Av. Augusto Severo, 84 – Glória
CEP: 20020-040 - PABX: 2380-7200

Assessoria de Desenvolvimento Institucional
Escola de Administração e Capacitação de Servidores
Secretaria do Controle Interno
Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiros
Secretaria de Tecnologia da Informação
Secretaria de Logística
Secretaria de Manutenção e Obras
Secretaria de Gestão do Conhecimento



Varas da Capital do Rio de Janeiro

Rua do Lavradio e Av. Gomes Freire

1ª VT – Criada pela Lei Nº 6.596 de 12.12.1940.
Data de instalação: 1º.5.1941
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5101. E-mail: vt01.rj@trt1.jus.br

2ª VT – Criada pela Lei Nº 6.596 de 12.12.1940.
Data de instalação: 1º.5.1941
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5102. E-mail: vt02.rj@trt1.jus.br

3ª VT – Criada pela Lei Nº 6.596 de 12.12.1940.
Data de instalação: 1º.5.1941
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5103. E-mail: vt03.rj@trt1.jus.br

4ª VT – Criada pela Lei Nº 6.596 de 12.12.1940.
Data de instalação: 1º.5.1941
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5104. E-mail: vt04.rj@trt1.jus.br

5ª VT – Criada pela Lei Nº 6.596 de 12.12.1940.
Data de instalação: 1º.5.1941
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5105. E-mail: vt05.rj@trt1.jus.br

6ª VT – Criada pela Lei Nº 6.596 de 12.12.1940.
Data de instalação: 1º.5.1941
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5106. E-mail: vt06.rj@trt1.jus.br

7ª VT – Criada pela Lei Nº 8.087 de 15.10.1945.
Data de instalação: 16.1.1946
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5107. E-mail: vt07.rj@trt1.jus.br

8ª VT – Criada pela Lei Nº 8.087 de 15.10.1945.
Data de instalação: 16.1.1946
Rua do Lavradio, 132.1º – CEP 20230-070
(21) 2380-5108. E-mail: vt08.rj@trt1.jus.br

9ª VT – Criada pela Lei Nº 8.087 de 15.10.1945.
Data de instalação: 16.1.1946
Rua do Lavradio, 132.2º – CEP 20230-070
(21) 2380-5109. E-mail: vt09.rj@trt1.jus.br

10ª VT – Criada pela Lei Nº 2.694 de 24.12.1955.
Data de instalação: 25.6.1957
Rua do Lavradio, 132.2º – CEP 20230-070
(21) 2380-5110. E-mail: vt10.rj@trt1.jus.br

11ª VT – Criada pela Lei Nº 2.694 de 24.12.1955.
Data de instalação: 25.6.1957
Rua do Lavradio, 132.2º – CEP 20230-070
(21) 2380-5111. E-mail: vt11.rj@trt1.jus.br

12ª VT – Criada pela Lei Nº 2.694 de 24.12.1955.
Data de instalação: 25.6.1957
Rua do Lavradio, 132.2º – CEP 20230-070
(21) 2380-5112. E-mail: vt12.rj@trt1.jus.br

13ª VT – Criada pela Lei Nº 2.694 de 24.12.1955.
Data de instalação: 25.6.1957
Rua do Lavradio, 132.2º – CEP 20230-070
(21) 2380-5113. E-mail: vt13.rj@trt1.jus.br

14ª VT – Criada pela Lei Nº 2.694 de 24.12.1955.
Data de instalação: 25.6.1957
Rua do Lavradio, 132.2º – CEP 20230-070
(21) 2380-5114. E-mail: vt14.rj@trt1.jus.br

15ª VT – Criada pela Lei Nº 2.694 de 24.12.1955.
Data de instalação: 25.6.1957
Rua do Lavradio, 132.2º – CEP 20230-070
(21) 2380-5115. E-mail: vt15.rj@trt1.jus.br

16ª VT – Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959.
Data de instalação: 27.5.1963
Rua do Lavradio, 132.3º – CEP 20230-070
(21) 2380-5116. E-mail: vt16.rj@trt1.jus.br

17ª VT – Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959.
Data de instalação: 27.5.1963
Rua do Lavradio, 132.3º – CEP 20230-070
(21) 2380-5117. E-mail: vt17.rj@trt1.jus.br

18ª VT – Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959.
Data de instalação: 27.5.1963
Rua do Lavradio, 132.3º – CEP 20230-070
(21) 2380-5118. E-mail: vt18.rj@trt1.jus.br

19ª VT – Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959.
Data de instalação: 27.5.1963
Rua do Lavradio, 132.3º – CEP 20230-070
(21) 2380-5119. E-mail: vt19.rj@trt1.jus.br

20ª VT – Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959.
Data de instalação: 27.5.1963
Rua do Lavradio, 132.3º – CEP 20230-070
(21) 2380-5120. E-mail: vt20.rj@trt1.jus.br

21ª VT – Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.10.1970.
Data de instalação: 28.8.1972
Rua do Lavradio, 132.3º – CEP 20230-070
(21) 2380-5121. E-mail: vt21.rj@trt1.jus.br

22ª VT – Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.10.1970.
Data de instalação: 28.8.1972
Rua do Lavradio, 132.3º – CEP 20230-070
(21) 2380-5122. E-mail: vt22.rj@trt1.jus.br

23ª VT – Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.10.1970.
Data de instalação: 28.8.1972
Rua do Lavradio, 132.4º – CEP 20230-070
(21) 23805123. E-mail: vt23.rj@trt1.jus.br

24ª VT – Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.10.1970.
Data de instalação: 28.8.1972
Rua do Lavradio, 132.4º – CEP 20230-070
(21) 2380-5124. E-mail: vt24.rj@trt1.jus.br

25ª VT – Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.10.1970.
Data de instalação: 28.8.1972
Rua do Lavradio, 132.4º – CEP 20230-070
(21) 2380-5125. E-mail: vt25.rj@trt1.jus.br

26ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.4º – CEP 20230-070
(21) 2380-5126. E-mail: vt26.rj@trt1.jus.br

27ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.4º – CEP 20230-070
(21) 2380-5127. E-mail: vt27.rj@trt1.jus.br

28ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.4º – CEP 20230-070
(21) 2380-5128. E-mail: vt28.rj@trt1.jus.br

29ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.4º – CEP 20230-070
(21) 2380-5129. E-mail: vt29.rj@trt1.jus.br

30ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.5º – CEP 20230-070
(21) 2380-5130. E-mail: vt30.rj@trt1.jus.br

31ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.5º – CEP 20230-070
(21) 2380-5131. E-mail: vt31.rj@trt1.jus.br

32ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.5º – CEP 20230-070
(21) 2380-5132. E-mail: vt32.rj@trt1.jus.br

33ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.5º – CEP 20230-070
(21) 2380-5133. E-mail: vt33.rj@trt1.jus.br

34ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.5º – CEP 20230-070
(21) 2380-5134. E-mail: vt34.rj@trt1.jus.br

35ª VT – Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978.
Data de instalação: 13.12.1978
Rua do Lavradio, 132.5º – CEP 20230-070
(21) 2380-5135. E-mail: vt35.rj@trt1.jus.br

36ª VT – Criada pela Lei Nº 7.471 de 30.4.1986.
Data de instalação: 1º.6.1986
Rua do Lavradio, 132.5º – CEP 20230-070
(21) 2380-5136. E-mail: vt36.rj@trt1.jus.br

37ª VT – Criada pela Lei Nº 7.471 de 30.4.1986.
Data de instalação: 1º.6.1986
Rua do Lavradio, 132.6º – CEP 20230-070
(21) 2380-5137. E-mail: vt37.rj@trt1.jus.br

38ª VT – Criada pela Lei Nº 7.471 de 30.4.1986.
Data de instalação: 1º.6.1986
Rua do Lavradio, 132.6º – CEP 20230-070
(21) 2380-5138. E-mail: vt38.rj@trt1.jus.br

39ª VT – Criada pela Lei Nº 7.471 de 30.4.1986.
Data de instalação: 1º.6.1986
Rua do Lavradio, 132.6º – CEP 20230-070
(21) 2380-5139. E-mail: vt39.rj@trt1.jus.br

40ª VT – Criada pela Lei Nº 7.471 de 30.4.1986.
Data de instalação: 1º.6.1986
Rua do Lavradio, 132.6º – CEP 20230-070
(21) 2380-5140. E-mail: vt40.rj@trt1.jus.br

41ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.6º – CEP 20230-070
(21) 2380-5141. E-mail: vt41.rj@trt1.jus.br

42ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.6º – CEP 20230-070
(21) 2380-5142. E-mail: vt42.rj@trt1.jus.br

43ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.6º – CEP 20230-070
(21) 2380-5143. E-mail: vt43.rj@trt1.jus.br

44ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.7º – CEP 20230-070
(21) 2380-5144. E-mail: vt44.rj@trt1.jus.br

45ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.7º – CEP 20230-070
(21) 2380-5145. E-mail: vt45.rj@trt1.jus.br

46ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.7º – CEP 20230-070
(21) 2380-5146. E-mail: vt46.rj@trt1.jus.br

47ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.7º – CEP 20230-070
(21) 2380-5147. E-mail: vt47.rj@trt1.jus.br

48ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.7º – CEP 20230-070
(21) 2380-5148. E-mail: vt48.rj@trt1.jus.br

49ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.7º – CEP 20230-070
(21) 2380-5149. E-mail: vt49.rj@trt1.jus.br

50ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.7º – CEP 20230-070
(21) 2380-5150. E-mail: vt50.rj@trt1.jus.br

51ª VT – Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989.
Data de instalação: 7.1.1991
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5151. E-mail: vt51.rj@trt1.jus.br

52ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5152. E-mail: vt52.rj@trt1.jus.br

53ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5153. E-mail: vt53.rj@trt1.jus.br

54ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5154. E-mail: vt54.rj@trt1.jus.br

55ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5155. E-mail: vt55.rj@trt1.jus.br

56ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5156. E-mail: vt56.rj@trt1.jus.br

57ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5157. E-mail: vt57.rj@trt1.jus.br

58ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.8º – CEP 20230-070
(21) 2380-5158. E-mail: vt58.rj@trt1.jus.br

59ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5159. E-mail: vt59.rj@trt1.jus.br

60ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5160. E-mail: vt60.rj@trt1.jus.br

61ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5161. E-mail: vt61.rj@trt1.jus.br

62ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5162. E-mail: vt62.rj@trt1.jus.br

63ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5163. E-mail: vt63.rj@trt1.jus.br

64ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5164. E-mail: vt64.rj@trt1.jus.br

65ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5165. E-mail: vt65.rj@trt1.jus.br

66ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.9º – CEP 20230-070
(21) 2380-5166. E-mail: vt66.rj@trt1.jus.br

67ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.10º - CEP 20230-070
(21) 2380-5167. E-mail vt67.rj@trt1.jus.br

68ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.10º - CEP 20230-070
(21) 2380-5168. E-mail vt68.rj@trt1.jus.br

69ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.10º - CEP 20230-070
(21) 2380-5169. E-mail vt69.rj@trt1.jus.br

70ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Rua do Lavradio, 132.10º - CEP 20230-070
(21) 2380-5170. E-mail vt70.rj@trt1.jus.br

71ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Av. Gomes Freire, 471.1º - CEP 20231-014
(21) 2380-7571. E-mail vt71.rj@trt1.jus.br

72ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Av. Gomes Freire, 471.1º - CEP 20231-014
(21) 2380-7572. E-mail vt72.rj@trt1.jus.br

73ª VT – Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992.
Data de instalação: 1º.9.1993
Av. Gomes Freire, 471.2º - CEP 20231-014
(21) 2380-7573. E-mail vt73.rj@trt1.jus.br

74ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.2º - CEP 20231-014
(21) 2380-7574. E-mail vt74.rj@trt1.jus.br

75ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.2º - CEP 20231-014
(21) 2380-7575. E-mail vt75.rj@trt1.jus.br

76ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.2º - CEP 20231-014
(21) 2380-7576. E-mail vt76.rj@trt1.jus.br

77ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.3º - CEP 20231-014
(21) 2380-7577. E-mail vt77.rj@trt1.jus.br

78ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.3º - CEP 20231-014
(21) 2380-7578. E-mail vt78.rj@trt1.jus.br

79ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.3º - CEP 20231-014
(21) 2380-7579. E-mail vt79.rj@trt1.jus.br

80ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.3º - CEP 20231-014
(21) 2380-7580. E-mail vt80.rj@trt1.jus.br

81ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.4º - CEP 20231-014
(21) 2380-7581. E-mail vt81.rj@trt1.jus.br

82ª VT – Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003.
Data de instalação: 18.9.2006
Av. Gomes Freire, 471.4º - CEP 20231-014
(21) 2380-7582. E-mail vt82.rj@trt1.jus.br



Varas do Trabalho Interior

VT DE ANGRA DOS REIS

Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989
Praça Marquês de Tamandaré Nº 172, São Bento
CEP: 23.900-000 - Angra dos Reis/RJ
Tel: (0xx24) 3365-2894
e-mail: vt01.ar@trt1.gov.br
Jurisdição: Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro.

VT DE ARARUAMA

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978
Rua Cesar Marques Carvalho Nº 200 - Centro
CEP: 28.970-000 - Araruama/RJ
Tel: (0xx22) 2665-2403
e-mail: vt01.ara@trt1.gov.br
Jurisdição: Araruama, Iguaba Grande e Saquarema.

VT DE BARRA MANSA

Criada pela Lei 10.770/2003 - 21.11.2003
Rualzimbar do Peixoto, 139 - Saudade
CEP: 27.355-390 - Barra Mansa - RJ
Tel: (0xx24) 3322-4799
e-mail: vt01.bm@trtrio.gov.br
Jurisdição: Barra Mansa e Quatis

VT DE BARRA DO PIRAI

Criada pela Lei 6.563/1978 - 19.9.1978
Rua Senador Arlindo Rodrigues Nº 5 - Centro
CEP: 27.135-340 Barra do Pirai/RJ
Tel: (0xx24) 2442-0440
e-mail: vt01.bp@trt1.gov.br
Jurisdição: Barra do Pirai, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pirai, Rio das Flores, Valença e Vassouras.

PAV-BP - Posto Avançado de Valença

Travessa Ventura Alves de Souza, 174, salas 208, 209 e "E" - Centro
CEP: 27.600-000 - Valença/RJ
Tel.: (0xx24) 2438-3211
pav.valenca@trtrio.gov.br

1ª VT DE CABO FRIO

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
Avenida Poeta Vitorino Carriço, nº 331 - Jardim Olinda
CEP: 28907-400 - Cabo Frio/RJ
Tel: (0xx22) 2647-2378
e-mail: vt01.cf@trt1.gov.br

2ª VT DE CABO FRIO

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
Avenida Poeta Vitorino Carriço, nº 331 - Jardim Olinda
CEP: 28907-400 - Cabo Frio/RJ
Tel: (0xx22) 2644-8255
e-mail: vt02.cf@trt1.gov.br
Jurisdição: Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e São Pedro da Aldeia

PAV-CF - Posto Avançado de Cabo Frio em Rio das Ostras

Rua das Casuarinas, 595, Edifício Centro de Cidadania, Bairro Âncora
CEP: 28890-000- Rio das Ostras - RJ -
Tel: (0xx22) 2771-9703
e-mail: pav.cf@trtrio.gov.br

1ª VT DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Criada pelo Decreto-Lei Nº 5.926 de 26.10.1943
Av. Tenente Coronel Cardoso, 517, 5º andar - Centro
CEP: 28.010-801- Campos dos Goytacazes/RJ
Tel: (0xx22) 2722-4838
e-mail: vt01.cg@trt1.gov.br

2ª VT DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
Av. Tenente Coronel Cardoso, 517, 6º andar - Centro
CEP: 28.010-801- Campos dos Goytacazes/RJ
Tel: (0xx22) 2722-9443
e-mail: vt02.cg@trt1.gov.br

3ª VT DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
Av. Tenente Coronel Cardoso, 517, 6º andar - Centro
CEP: 28.010-801- Campos dos Goytacazes/RJ
Tel: (0xx22) 2722-9443
e-mail: vt02.cg@trt1.gov.br
Jurisdição: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São Fidelis e São João da Barra

1ª VT DE DUQUE DE CAXIAS

Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959
Av. Brigadeiro Lima e Silva Nº 1.576, 2º andar
CEP: 25.071-180 - Duque de Caxias/RJ
Tel: (021) 2771-4359
e-mail: vt01.dc@trt1.gov.br

2ª VT DE DUQUE DE CAXIAS

Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.12.1970
Av. Brigadeiro Lima e Silva Nº 1.576, 3º andar
CEP: 25.071-180 – Duque de Caxias/RJ
Tel: (021) 2771-4363
e-mail: vt02.dc@trt1.gov.br

3ª VT DE DUQUE DE CAXIAS

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978
Av. Brigadeiro Lima e Silva Nº 1.576, 3º andar
CEP: 25.071-180 - Duque de Caxias/RJ
Tel: (021) 2771-0135
e-mail: vt03.dc@trt1.gov.br

4ª VT DE DUQUE DE CAXIAS

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
CEP: 25.071-180 - Duque de Caxias/RJ
Tel: (021) 2771-3018
e-mail: vt04.dc@trt1.gov.br

5ª VT DE DUQUE DE CAXIAS

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
Av. Brigadeiro Lima e Silva Nº 1.576, 4º andar
CEP: 25.071-180 Duque de Caxias/RJ
Tel: (021) 2772-3257
e-mail: vt05.dc@trt1.gov.br

6ª VT DE DUQUE DE CAXIAS

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
Av. Brigadeiro Lima e Silva Nº 1.576, 2º andar
CEP: 25.071-180 Duque de Caxias/RJ
Tel: (021) 2772-5473
e-mail: vt06.dc@trt1.gov.br

7ª VT DE DUQUE DE CAXIAS

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
Av. Brigadeiro Lima e Silva Nº 1.576, 6º andar
CEP: 25.071-180 - Duque de Caxias/RJ
Tel: (021) 2673-6177
e-mail: vt07.dc@trt1.gov.br
Jurisdição: Duque de Caxias

VT DE ITABORAÍ

Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989
Av. 22 de Maio, Quadra 05 - Lotes 05/06 - Nancilandia
CEP: 24.800 - 000 - Itaboraí/RJ
Tel: (021) 2635-7847
e-mail: vt01.itb@trt1.gov.br
Jurisdição: Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá.

VT DE ITAGUAÍ

Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989
Rua General Quintino Bocaiúva, Nº 310 - Centro
CEP: 23815-310 - Itaguaí/RJ
Tel: (021) 2688-1690
e-mail: vt01.itg@trt1.gov.br
Jurisdição: Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica.

VT DE ITAPERUNA

Criada pela Lei Nº 5.693 de 2.12.1970
Rua Euclides Polbel de Lima Nº 276 - Vinhosa
CEP: 28.300-000 - Itaperuna/RJ
Tel: (022) 3822-0978
e-mail: vt01.itp@trt1.gov.br
Jurisdição: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, Varre-Sai e São José de Ubá.

1ª VT DE MACAÉ

Criada pela Lei Nº 7.471 de 30.4.1986
Rua Dr. Luiz Belegard Nº 209, 3º andar, Imbetiba
CEP: 27.913-260 - Macaé/RJ
Tel: (022) 2772-6118
e-mail: vt01.mac@trt1.gov.br

2ª VT DE MACAÉ

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
Rua Dr. Luiz Belegard Nº 209, 4º andar, Imbetiba
CEP: 27.913-260 - Macaé/RJ
Tel: (022) 2772-7297
e-mail: vt02.mac@trt1.gov.br
Jurisdição: Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus e Quissamã

VT DE MAGÉ

Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989
Rua Comendador Reis, Nº 91 - Centro
CEP: 25.900 - 000 - Magé/RJ
Tel: (021) 2633-3170
e-mail: vt01.mag@trt1.gov.br
Jurisdição: Magé e Guapimirim.

VT DE NILÓPOLIS

Criada pela Lei Nº 7.729 de 16.1.1989
Rua Senador Salgado Filho, esquina com a Rua Getúlio de Moura,
1º Pavimento - Olinda
CEP: 26.540 - 020 Nilópolis/RJ
Tel: (021) 2791-5684
e-mail: vt01.nil@trt1.gov.br
Jurisdição: Nilópolis.

1ª VT DE NITERÓI

Criada pelo Decreto-Lei Nº 6.596 de 12.12.1940
 Av. Ernani do Amaral Peixoto Nº 232, 2º andar - Centro
 CEP: 24.020 - 075 - Niterói/RJ
 Tel: (021) 2719-3181
 e-mail: vt01.nit@trt1.gov.br

2ª VT DE NITERÓI

Criada pelo Decreto-Lei Nº 6.596 de 12.12.1940
 Av. Ernani do Amaral Peixoto Nº 232, 3º andar - Centro
 CEP: 24.020 - 075 - Niterói/RJ
 Tel: (021) 2719-0705
 e-mail: vt02.nit@trt1.gov.br

3ª VT DE NITERÓI

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978
 Av. Ernani do Amaral Peixoto Nº 232, 4º andar - Centro
 CEP: 24.020 - 075 - Niterói/RJ
 Tel: (021) 2717-2573
 e-mail: vt03.nit@trt1.gov.br

4ª VT DE NITERÓI

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
 Av. Ernani do Amaral Peixoto Nº 232, 5º andar - Centro
 CEP: 24.020 - 075 - Niterói/RJ
 Tel: (021) 2717-9222
 e-mail: vt04.nit@trt1.gov.br

5ª VT DE NITERÓI

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
 Av. Ernani do Amaral Peixoto Nº 232, 6º andar - Centro
 CEP: 24020-075 – Niterói/RJ
 Tel: (021) 2620-9577
 e-mail: vt05.nit@trt1.gov.br

6ª VT DE NITERÓI

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
 Av. Ernani do Amaral Peixoto Nº 232, 7º andar - Centro
 CEP: 24020-075 – Niterói/RJ
 Tel: (021) 2621-5423
 e-mail: vt06.nit@trt1.gov.br

7ª VT DE NITERÓI

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
 Av. Ernani do Amaral Peixoto Nº 232, 8º andar - Centro
 CEP: 24020-075 – Niterói/RJ
 Tel: (021) 2621-3761
 e-mail: vt07.nit@trt1.gov.br
 Jurisdição: Niterói e Maricá

Pav-NIT - Posto Avançado de Niterói em Maricá

Rua Jovino Duarte de Oliveira, antiga rua 37, lote 5, quadra 162, Loteamento Jardim Balneário Maricá – Maricá
 CEP: 24900-000 – Maricá – RJ
 Tel: (0210) 3731-1325
 e-mail: pav.nit@trt1.gov.br

1ª VT DE NOVA FRIBURGO

Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959
 Av. Alberto Braune Nº 128 – 1º andar - Centro
 CEP: 28613-000 - Nova Friburgo/RJ
 Tel: (022) 2522-6216
 e-mail: vt01.nf@trt1.gov.br

2ª VT DE NOVA FRIBURGO

Criada pela Lei 8.432/1992 – 11 de junho de 1992
 Av. Alberto Braune Nº 128 – 2º andar - Centro
 CEP: 28613-000 - Nova Friburgo/RJ
 Tel: (022) 2543-1471
 e-mail: vt02.nf@trt1.gov.br
 Jurisdição: Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Sumidouro Cordeiro, Cantagalo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes, Macuco, Carmo, Duas Barras e Bom Jardim.

1ª VT DE NOVA IGUAÇU

Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959
 Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, 175 Centro
 CEP: 26210-190 Nova Iguaçu/RJ
 Tel: (021) 2667-8039
 e-mail: vt01.ni@trt1.gov.br

2ª VT DE NOVA IGUAÇU

Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.12.1970
 Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, 175 - Centro
 CEP: 26210-190 - Nova Iguaçu/RJ
 Tel: (021) 2667-8701
 e-mail: vt02.ni@trt1.gov.br

3ª VT DE NOVA IGUAÇU

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978
 Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, 175 - Centro
 CEP: 26210-190 - Nova Iguaçu/RJ
 Tel: (021) 2667-8781
 e-mail: vt03.ni@trt1.gov.br

4ª VT DE NOVA IGUAÇU

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
 Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, 175, - Centro
 CEP: 26210-190 - Nova Iguaçu/RJ
 Tel: (021) 2667-8927
 e-mail: vt04.ni@trt1.gov.br

5ª VT DE NOVA IGUAÇU

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, 175 - Centro
CEP: 26210-190 - Nova Iguaçu/RJ
Tel: (021) 2667-9562
e-mail: vt05.ni@trt1.gov.br

6ª VT DE NOVA IGUAÇU

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, 175 - Centro
CEP: 26210-190 - Nova Iguaçu/RJ
Tel: (021) 2667-7814
e-mail: vt06.ni@trt1.gov.br
Jurisdição: Nova Iguaçu, Paracambi, Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo

1ª VT DE PETRÓPOLIS

Criada pela Lei Nº 5.926 de 26.10.1943
Rua 16 de Março Nº 60, 1º andar
CEP: 25.620 - 001 - Petrópolis/RJ
Tel: (024) 2242-3216
e-mail: vt01.pet@trt1.gov.br

2ª VT DE PETROPÓLIS

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978
Rua 16 de Março Nº 60, 2º andar
CEP: 25.620 - 001 - Petrópolis/RJ
Tel: (024) 2237-5166
e-mail: vt02.pet@trt1.gov.br
Jurisdição: Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

VT DE RESENDE

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
Rua Padre Marques Nº 68, 1º andar - Centro
CEP: 27.511 - 100 - Resende/RJ
Tel: (024) 3354-7967
e-mail: vt01.res@trt1.gov.br
Jurisdição: Itatiaia, Porto Real e Resende.

1ª VT DE SÃO GONÇALO

Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.12.1970
Rua Lourenço Abrantes Nº 59 - 1º andar - Centro
CEP: 24.440-420 - São Gonçalo/RJ
Tel: (021) 2605-7949
e-mail: vt01.sg@trt1.gov.br

2ª VT DE SÃO GONÇALO

Criada pela Lei Nº 7.471 de 30.4.1986
Rua Lourenço Abrantes Nº 59, 2º andar - Centro
CEP: 24.440-420 - São Gonçalo/RJ
Tel: (021) 2712-9924
e-mail: vt02.sg@trt1.gov.br

3ª VT DE SÃO GONÇALO

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.1992
Rua Lourenço Abrantes Nº 59 - 3º andar - Centro
CEP: 24.440-420 - São Gonçalo/RJ
Tel: (021) 2605-2332
e-mail: vt03.sg@trt1.gov.br

4ª VT DE SÃO GONÇALO

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003
Rua Sá Carvalho Nº 165 - Centro
CEP: 24.440-710 - São Gonçalo/RJ
Tel: (021) 2724-0984
e-mail: vt04.sg@trt1.gov.br
Jurisdição: São Gonçalo

1ª VT DE SÃO JOÃO DE MERITI

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978
Av. Dr. Celso José de Carvalho, s/Nº - Parque Barão do Rio Branco
CEP: 25555-651 - São João de Meriti/RJ
Tel: (021) 2751-5108
e-mail: vt01.sjm@trt1.gov.br

2ª VT DE SÃO JOÃO DE MERITI

Criada pela Lei Nº 8.432 de 11.6.19925
Av. Dr. Celso José de Carvalho, s/Nº - Parque Barão do Rio Branco
CEP: 25555-651 - São João de Meriti/RJ
Tel/Fax: (021) 2751-3986
e-mail: vt02.sjm@trt1.gov.br
Jurisdição: São João de Meriti

VT DE TERESÓPOLIS

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978
Rua José Augusto da Costa Nº 53 - Centro
CEP: 25.953 - 160 - Teresópolis/RJ
Tel: (021) 2742-6116
e-mail: vt01.ter@trt1.gov.br
Jurisdição: Teresópolis.

VT DETRÊS RIOS

Criada pela Lei Nº 5.633 de 2.12.1970

Rua Pres. Vargas, 475 - Centro

CEP: 25.802 - 200 - Três Rios/RJ

Tel: (024) 2252-1316

e-mail: vt01.tr@trt1.gov.br

Jurisdição: Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraiba do Sul, Rio das Flores, Sapucaia e Três Rios.

1ª VT DE VOLTA REDONDA

Criada pela Lei Nº 3.610 de 11.8.1959

Rua General Newton Fontoura Nº 891 - Bairro N. Srª das Graças

CEP: 27.295-480 - Volta Redonda/RJ

Tel: (024) 3347-3666

e-mail: vt01.vr@trt1.gov.br

2ª VT DE VOLTA REDONDA

Criada pela Lei Nº 6.563 de 19.9.1978

Rua General Newton Fontoura Nº 891 - Bairro N. Srª das Graças

CEP: 27.295-480 - Volta Redonda/RJ

Tel: (024) 3347-1366

e-mail: vt02.vr@trt1.gov.br

3ª VT DE VOLTA REDONDA

Criada pela Lei Nº 10.770 de 21.11.2003

Rua Ruy Barbosa de Oliveira Nº 166 - Bairro Aterrado

CEP: 27.215-510 - Volta Redonda/RJ

Tel: (024) 3347-4915

e-mail: vt03.vr@trt1.gov.br

Jurisdição: Volta Redonda e Pinheiral

Divisão de Coordenação das Seções do Interior (DCOI)

Rua do Lavradio, 132, Anexo, 2º andar, Lapa

Tel: (0xx21) 2380-6007/6008/5877

Seção de Apoio às Varas do Trabalho, Cabo Frio, SEAPO - CF
Avenida Poeta Vitorino Carriço, nº 331, Jardim Olinda
(0xx22) 2645-2822

Seção de Apoio às Varas do Trabalho, Campos dos Goytacazes,
SEAPO - CG
Av. Tenente Coronel Cardoso, 517, 5º andar, Centro, Campos dos
Goytacazes
(0xx22) 2723-8952 / (0xx22) 2723-8974

Seção de Apoio às Varas do Trabalho, Macaé, SEAPO - MACAÉ
Rua Capitão Luís Belegard, 209, Imbetiba, Macaé
(0xx22) 2772-1194 / (0xx22) 2772-3583
(0xx22) 2772-4412 / (0xx22) 2772-7328

Seção de Apoio às Varas do Trabalho, Nova Friburgo, SEAPO - NF
Av. Alberto Braune, 128, Sobreloja, Centro, Nova Friburgo
(0xx22) 2522-4261

Seção de Apoio às Varas do Trabalho, Petrópolis, SEAPO - PET
Rua 16 de Março, Nº 60, Térreo, Petrópolis
(0xx24) 2243-1512

Seção de Apoio às Varas do Trabalho, São João de Meriti,
SEAPO - SJM
Av. Dr. Celso José de Carvalho, s/n, 2º andar, Parque Rio Branco São
João de Meriti
(0xx21) 2751-7625 / (0xx21) 2751-6253

Seção de Apoio às Varas do Trabalho, Volta Redonda, SEAPO - VR
Rua General Newton Fontoura, 891 (Antiga Rua 535), térreo,
Nossa Srª das Graças, Volta Redonda
(0xx24) 3347-4609 (0xx24) 3347-3723

Seção de Protocolo e Distribuição de Feitos, Duque de Caxias,
SEDIF - DC
Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1576, 6º andar, Duque de Caxias
(0xx21) 2672-0448

Seção de Protocolo e Distribuição de Feitos, Niterói, SEDIF - NT
Rua Ernani do Amaral Peixoto, 232, 1º andar, Niterói
(0xx21) 2620-1191

Seção de Protocolo e Distribuição de Feitos, Nova Iguaçu, SEDIF - NI
Rua Dom Walmor, 270, Térreo, Nova Iguaçu
(0xx21) 2667-9694

Seção de Protocolo e Distribuição de Feitos, São Gonçalo, SEDIF - SG
Rua Lourenço Abrantes, 59, Térreo, Centro, São Gonçalo
(0xx21) 2605-8550 / (0xx21) 2604-7021

Seção de Protocolo e Expedição, Duque de Caxias, SEPEX - DC
Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1576, 6º andar, Duque de Caxias
(0xx21) 2672-0448

Seção de Protocolo e Expedição, Niterói, SEPEX - NT
Rua Ernani do Amaral Peixoto, 232, Térreo, Niterói
(0xx21) 2717-9120

Seção de Protocolo e Expedição, Nova Iguaçu, SEPEX - NI
Rua Dom Walmor, 270, Térreo, Nova Iguaçu
(0xx21) 3778-5519

Seção de Protocolo e Expedição, São Gonçalo, SEPEX - SG
Rua Lourenço Abrantes, 59, Térreo, Centro, São Gonçalo
(0xx21) 2604-5374

Seção de Distribuição de Mandados, Duque de Caxias, SEDIM-DC
Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1576, 6º andar, Duque de Caxias
(0xx21) 2772-8196

Seção de Distribuição de Mandados, Niterói, SEDIM - NT
Rua Ernani do Amaral Peixoto, 232, 2º andar, Niterói
(0xx21) 2719-9163

Seção de Distribuição de Mandados - Nova Iguaçu - SEDIM - NI
Rua Dom Walmor, 270, Térreo, Nova Iguaçu
(0xx21) 2667-3147

Seção de distribuição de Mandados, São Gonçalo, SEDIM - SG
Rua Lourenço Abrantes, 59 Térreo, Centro, São Gonçalo
(0xx21) 2605-8550 / (0xx21) 2604-7024

Produção Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Revisão Secretaria-Geral da Presidência do TRT/RJ
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TRT/RJ (AIC)
Imagens Marcelo Antero de Carvalho – juiz Convocado
Ronald Ribeiro – servidor
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (AIC)
Projeto Gráfico e diagramação Traço Leal Comunicação ◻ www.tracoleal.com.br
Impressão Gráfica Novo Mundo

